

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Fagunes Ferreira de Moura

**Risco de Crédito e Práticas de Governança
Corporativa: um Estudo nas Instituições
Fornecedoras de Crédito em Pernambuco**

Recife, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia.

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Dissertação: Risco de Crédito e Práticas de Governança Corporativa: um Estudo nas Instituições Fornecedoras de Crédito em Pernambuco.

Nome do Autor: Fagunes Ferreira de Moura

Data da aprovação: 13/06/2014

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 13 de Junho de 2014.

Assinatura do autor

Fagunes Ferreira de Moura

**Risco de Crédito e Práticas de Governança
Corporativa: um Estudo nas Instituições
Fornecedoras de Crédito em Pernambuco**

Orientadora: Joséte Florencio dos Santos, Dra.

Dissertação apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre em Administração, na área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2014

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Risco de Crédito e Práticas de Governança Corporativa: um Estudo nas Instituições Fornecedoras de Crédito em Pernambuco

Fagunes Ferreira de Moura

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 13 de Junho de 2014.

Banca Examinadora:

Prof.^a Joséte Florencio dos Santos, Doutora, UFPE (Orientadora)

Prof. José Lamartine Távora Júnior, Doutor, UFPE (Examinador Externo)

Prof. Bruno Campello de Souza, Doutor, UFPE (Examinador Interno)

Com muito amor à minha família: aos meus pais (Francisco Manoel de Moura e Ana Maria Ferreira de Moura) e às minhas irmãs (Fabrícia Ferreira de Moura e Flávia Ferreira de Moura).

Agradecimentos

Ao Senhor meu Deus por todos os dons, bênçãos e graças que sempre me concede, até mais do que eu mereço. Pois, é apenas o Senhor quem opera as suas maravilhas em minha vida.

Aos meus pais: Francisco Manoel de Moura e Ana Maria Ferreira de Moura; e às minhas irmãs: Fabrícia Ferreira de Moura e Flávia Ferreira de Moura. Pois, sem o apoio irrestrito que vocês sempre me proporcionaram eu não teria conseguido chegar até onde estou. Muito obrigado a vocês, e que Deus nos abençoe sempre!!!!

À minha orientadora, Prof.^a Josete Florencio dos Santos, por todos os ensinamentos e orientações compartilhados comigo. Também, pelas preocupações que ela sempre teve para comigo: se eu estava bem, se eu precisava de algo, pelas caronas durante o meu Estágio Docência e tantas outras. Enfim, muito obrigado professora por tudo, pois tenho a convicção de que nunca poderei pagar por toda a atenção que a senhora teve por mim. Portanto, só Deus é quem é de retribuir tudo e em dobro a senhora por tudo o que fez por mim, antes mesmo de eu vir morar no Recife (PE), por ocasião do meu Curso de Mestrado. Do fundo do meu coração, muito obrigado!!!

Aos Professores, Bruno Campello de Souza e José Lamartine Távora Júnior, que gentilmente aceitaram o nosso convite para poder participar da Banca de Examinadora desta Dissertação e contribuir com suas valiosas orientações.

À FACEPE, por ter financiado os meus estudos, pois foi um apoio indispensável durante todo o meu curso.

A todos os professores do PROPAD, pelos ensinamentos que foram imprescindíveis na minha formação acadêmica enquanto mestrando.

A todos os funcionários e funcionárias do PROPAD, pelas orientações na parte acadêmica e administrativa, de modo especial, a Paula Soares Cabral.

À minha amiga, Prof.^a Ana Márcia Batista Almeida, que durante a minha graduação em Administração, na UFPI/Picos, sempre me motivou a fazer o Mestrado. Todas as orientações dela foram indispensáveis para mim e, graças a Deus, tudo ocorreu conforme ela havia dito para mim, ainda em setembro de 2008: “Tenho a certeza de que você (Fagunes) vai fazer o seu Mestrado no PROPAD e vai voltar para trabalhar na UFPI/Picos”. E com a graça de Deus, assim aconteceu. Portanto, serei eternamente grato a ela, pois foi Deus quem a colocou no meu caminho e, conseqüentemente, que Ele a abençoe cada vez mais, especialmente com saúde e paz. Do fundo do meu coração, muito obrigado!!!

Aos meus amigos, Prof. Cléverson Vasconcelos da Nóbrega e Prof. José Ribamar Pereira, que sempre me ajudaram com suas orientações durante a seleção do Mestrado. As mesmas foram tão importantes para mim que eu acabei passando em 1º lugar na Linha de Pesquisa de Finanças. A minha eterna gratidão a vocês, muito obrigado!!!

À minha amiga Karina da Silva Carvalho, que também me ajudou com suas orientações sobre o processo de seleção do Mestrado, além de ter me indicado aos seus amigos para dividirmos apartamento quando eu cheguei ao Recife.

A dois grandes amigos que sempre estiveram presentes comigo durante o Mestrado, Moisés Araújo Almeida e Marcelo dos Santos Alves. Seus conselhos, orientações e atenções foram muito importantes para mim, especialmente nos momentos mais difíceis que eu passei.

A todos os amigos e amigas “Propadianos” que eu tive o prazer de conhecer e conviver durante o Mestrado, de modo particular, aos da nossa 18ª Turma, especialmente: Marconi Freitas da Costa (meu professor na graduação), Júlio Pereira de Araújo, Renata Gusmão de Luna, Anderson Diego Farias da Silva, Roberta de Albuquerque Pereira, Emily Cabral da Silva Santos e Giselle Alves Silva.

Às minhas queridas amigas “Propadianas”: Flávia de Oliveira Antunes, Thaysa Danyella Lira da Silva, Girlayne Danusia Farias Pereira, Carolinne Rodrigues de Souza Silva e Daiana Amorin Ferreira; por aquela quarta-feira, dia 16 de maio de 2012, quando vocês me levaram para eu conhecer o mar, na praia de Boa Viagem, que até aquela ocasião eu nunca o tinha visto. Nunca vou esquecer aquele dia especial que vocês me proporcionaram.

A todos os alunos e alunas que tiveram participação no meu Estágio Docência, supervisionado pela minha orientadora, a Prof.^a Joséte. Pois, aprendi muito com todos eles.

E a todas as pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente, muito obrigado.

Sl 144 (145), 2-3. 10-11. 12-13ab (R. 9a)

R. O Senhor é muito bom para com todos.

*2 Todos os dias haverei de bendizer-vos, *
hei de louvar o vosso nome para sempre.*

*3 Grande é o Senhor e muito digno de louvores, *
e ninguém pode medir sua grandeza. R.*

*10 Que vossas obras, ó Senhor, vos glorifiquem, *
e os vossos santos com louvores vos bendigam!*

*11 Narrem a glória e o esplendor do vosso reino *
e saibam proclamar vosso poder! R.*

*12 Para espalhar vossos prodígios entre os homens *
e o fulgor de vosso reino esplendoroso.*

*13a O vosso reino é um reino para sempre, **

13b vosso poder, de geração em geração. R.

Resumo

No segmento bancário, as principais motivações das empresas pleiteantes de crédito em adotar práticas de governança corporativa consistem em garantir maior transparência e relacionamento com os bancos e facilitar o acesso delas ao crédito. Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa é investigar se as boas práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito contribuem para a redução do risco de crédito, na percepção dos gestores das instituições credoras localizadas na cidade do Recife (PE). Trata-se de um estudo exploratório que foi realizado em 38 agências bancárias, entre públicas e privadas, cujos participantes foram os gerentes de conta de pessoa jurídica. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado com respostas considerando a escala do tipo Likert de 5 pontos. Os resultados referentes ao risco de crédito mostraram que os gestores atribuíram maior relevância à observância dos C's do crédito, haja vista que eles entendem que o não-cumprimento das promessas de pagamento, por parte das empresas, está diretamente relacionado aos mesmos, especialmente ao caráter, a capacidade e ao capital. Por sua vez, os resultados relacionados às práticas de governança corporativa das empresas evidenciaram que os gestores consideraram como sendo pertinente a transparência nas suas demonstrações financeiras. Identificou-se que boa parte dos bancos não possuem linhas especiais de crédito para contemplar empresas que adotam boas práticas de governança corporativa. Além do mais, os resultados constataram que os gestores acreditam que as boas práticas de governança das empresas podem contribuir para dirimir o risco de crédito.

Palavras-chave: Risco de crédito. Governança corporativa. Bancos. Análise Fatorial.

Abstract

In the banking sector, the main motivations of the plaintiff's credit companies to adopt corporate governance practices are to ensure greater transparency and relationship with banks and facilitate their access to credit. In this context, the main objective of this research is to investigate whether good corporate governance practices of the applicants credit companies contribute to the reduction of credit risk, the perception of managers of lending institutions located in the city of Recife (PE). This is an exploratory study that was conducted on 38 banks, including public and private, whose participants were manager's business account. The instrument for data collection was a structured responses considering the scale of the Likert 5-point questionnaire. Results related to credit risk showed that managers attributed greater importance to the observance of the C's credit, given that they understand that the non-fulfillment of promises of payment by undertakings is directly related to them, especially the character, capacity and capital. In turn, the results related to corporate governance practices of the companies showed that managers considered as being relevant for transparency in their financial statements. It was identified that most of the banks have no special credit lines for companies contemplating adopting good corporate governance practices. Moreover, the results found that managers believe that good corporate governance practices can contribute to resolve credit risk.

Keywords: Credit risk. Corporate governance. Banks. Factor Analysis.

Lista de figuras

Figura 1 (2) – Processo de gerenciamento de risco	29
Figura 2 (2) – Ciclo da intermediação financeira	31
Figura 3 (2) – Os Três Pilares de Basileia II	36
Figura 4 (2) – Os seis C's do Crédito	39
Figura 5 (3) – <i>R-mode factor analysis</i>	52
Figura 6 (4) – Figura 6 (4) – Caracterização dos bancos (total=10)	56
Figura 7 (4) – Distribuição dos gestores dos bancos por tipo (total=80)	57
Figura 8 (4) – Participação dos gestores de bancos públicos	57
Figura 9 (4) – Participação dos gestores de bancos privados	58
Figura 10 (4) – Distribuição dos gestores por gênero	59
Figura 11 (4) – Distribuição das quantidades de gestores por faixa de idade	59
Figura 12 (4) – Relevância dos C's do Crédito, relativa às assertivas 8 a 13	66
Figura 13 (4) – Percepção dos gestores com relação ao não pagamento de crédito e os C's do Crédito, relativa à assertiva 14	67
Figura 14 (4) – Percepção dos gestores com relação às informações gerais da ficha cadastral de pessoa jurídica, relativas às assertivas 15 a 23	68
Figura 15 (4) – Percepção dos gestores com relação aos indicadores contábeis da ficha cadastral de pessoa jurídica, referentes às assertivas 24 a 28	69
Figura 16 (4) – Percepção dos gestores acerca das boas práticas de governança corporativa, relativas às assertivas 29 a 34	71
Figura 17 (4) – Percepção dos gestores sobre as práticas de governança corporativa das empresas solicitantes de crédito, referentes às assertivas 35 a 45	73

Lista de tabelas

Tabela 1 (4) – Caracterização geral dos gestores por bancos	55
Tabela 2 (4) – Quantidade de gestores por gênero e faixa de idade	60
Tabela 3 (4) – Formação acadêmica dos gestores	61
Tabela 4 (4) – Caracterização do nível de pós-graduação dos gestores	62
Tabela 5 (4) – Caracterização do tempo de serviço dos gestores nos bancos	63
Tabela 6 (4) – Caracterização dos gestores em relação aos cargos ocupados nos bancos	64
Tabela 7 (4) – Caracterização do tempo de serviço dos gestores nos cargos ocupados nos bancos	65
Tabela 8 (4) – Atributos de gestão referentes os mecanismos de governança corporativa que são considerados na análise de concessão de crédito	75
Tabela 9 (4) – Análise fatorial para o risco de crédito	78
Tabela 10 (4) – Análise fatorial para a governança corporativa	81
Tabela 11 (4) – Análise fatorial para o risco de crédito e a governança corporativa	84

Lista de quadros

Quadro 1 (2) – Classe de risco, dias de atraso e provisionamento	34
Quadro 2 (3) – Bancos presentes no Recife (PE)	43
Quadro 3 (3) – Amostra da pesquisa (bancos públicos e privados)	44
Quadro 4 (3) – Distribuição dos gestores por banco	45
Quadro 5 (3) – Fontes referenciais para cada conjunto de variáveis	46
Quadro 6 (3) – Teste do <i>alfa de Cronbach</i>	48

Lista de siglas e abreviaturas

AF	Análise Fatorial
AFE	Análise Fatorial Exploratória
BACEN	Banco Central do Brasil
BCBS	<i>Basel Committee on Banking Supervision</i>
BIS	<i>Bank for International Settlements</i>
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMN	Conselho Monetário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
JSTOR	<i>Journal Storage</i>
KMO	<i>Kaiser-Meyer-Olkin</i>
MSA	<i>Measure of Sampling Adequacy</i>
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
PAA	Posto Avançado de Atendimento
PAB	Posto de Atendimento Bancário
PAE	Posto de Atendimento Bancário Eletrônico
PAM	Posto de Atendimento ao Micro Crédito
PAP	Posto Bancário de Arrecadação e Pagamento
PAT	Posto de Atendimento Transitório
PCP	Posto de Câmbio Permanente
PROPAD	Programa de Pós-Graduação em Administração
REF	Relatório de Estabilidade Financeira
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SCR	Sistema de Informações de Crédito
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPELL	<i>Scientific Periodicals Eletronic Library</i>
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Science</i>
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

Sumário

1 Introdução	15
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 Justificativa e contribuição do estudo	18
2 Referencial teórico	20
2.1 Governança corporativa	20
2.1.1 Motivação das empresas para adoção das boas práticas de governança corporativa	24
2.2 Riscos	27
2.2.1 Risco de crédito	29
2.2.2 Mercado de crédito bancário	32
2.2.3 Risco de crédito nas atividades bancárias	33
2.2.4 Proposições dos Acordos de Basileia	35
2.2.5 Mensuração do risco de crédito	38
2.2.6 Orientações do BACEN para o risco de crédito dos bancos	40
3 Procedimentos metodológicos	42
3.1 Delineamento da pesquisa	42
3.2 População e amostra da pesquisa	43
3.3 Tipo, instrumento e estratégia de coleta de dados	45
3.3.1 Tipo de dados coletados	45
3.3.2 Instrumento de coleta de dados	46
3.3.2.1 Consistência do instrumento de coleta de dados	47
3.3.3 Estratégia de coleta de dados	49
3.4 Estratégias de análise de dados	50
3.5 Limitações	54
4 Análise e discussão dos resultados	55
4.1 Caracterização dos gestores dos bancos	55
4.2 Análise das informações sociais	58
4.3 Análise descritiva do risco de crédito	64
4.4 Análise descritiva da governança corporativa	70
4.5 Resultados da análise fatorial para o risco de crédito	75
4.6 Resultados da análise fatorial para a governança corporativa	78
4.7 Resultados da análise fatorial para o risco de crédito e a governança corporativa	80
5 Considerações finais	85
5.1 Limitações e sugestões de pesquisa	87
Referências	88
APÊNDICE A – Carta enviada aos bancos	94
APÊNDICE B – Questionário da pesquisa	95
APÊNDICE C – Detalhes das aplicações dos questionários	100
APÊNDICE D – Matriz dos Componentes Rotacionada para as assertivas (8 a 28) referentes ao risco de crédito	102
APÊNDICE E – Matriz dos Componentes Rotacionada para as assertivas (29 a 45) referentes à governança corporativa	103
APÊNDICE F – Matriz dos Componentes Rotacionada para as assertivas (8 a 45) referentes ao risco de crédito e a governança corporativa	104

1 Introdução

1.1 Contextualização do tema

O panorama econômico-financeiro mundial ainda é marcado por incertezas no que diz respeito à estabilidade macroeconômica, por ocasião da crise global de 2008 no mercado imobiliário norte-americano. A partir de então, a discussão acerca da regulação financeira, com vistas à estabilidade das economias mundiais, tem se tornado cada vez mais intensa. Ao mesmo tempo em que se debate tal assunto, Almeida et al. (2012) mencionam que é pouco provável que governos, instituições financeiras e empresas, através de seus representantes, não discutam sobre os riscos inerentes aos mercados financeiros e as companhias, no sentido de reverem se os seus modelos de gestão e normas internas estão sendo eficazes e, por conseguinte, se os investidores e a sociedade em geral estão vendo-os com transparência.

Nesse contexto, o sistema financeiro de um país desempenha um papel imprescindível na economia através da atuação do segmento bancário, que é a proposição de políticas no âmbito da regulação financeira. Com isso, o objetivo é fortalecer o cenário empresarial contra possíveis crises globais que possam comprometer a estabilidade econômico-financeira dos países.

No que diz respeito às instituições financeiras, elas atuam como agentes econômicos, através de prestação de serviços de intermediação financeira, suprindo a necessidade de agentes deficitários (investidores) que demandam recursos para financiar suas atividades. Os recursos transferidos através de empréstimos e financiamentos são provenientes e captados de depósitos de agentes superavitários (poupadores e investidores). Sobre essa discussão, Silva (2008) enfatiza que a função de crédito busca avaliar e garantir a capacidade de pagamento do tomador, objetivando preservar a reputação e a solidez da instituição credora.

Adicionalmente, os procedimentos empregados pelos bancos para avaliação de crédito tem papel crucial para a sua sobrevivência, haja vista que um crédito mal dimensionado em seu processo de concessão pode acarretar e conduzir à perda, assim como implicar em prejuízos em várias operações financeiras. Reed e Gil (1994) explicitam que os empréstimos problemáticos afetam significativamente a liquidez de um banco, aumentando a possibilidade de perda e, conseqüentemente, reduzindo a capacidade dele atender outros pleitos.

Considerando que existem várias modalidades de riscos envolvendo empresas, mercados e instituições financeiras, o que mais vem preocupando os governos e investidores, nacionais e internacionais, é o risco de crédito. Esta atenção para com essa modalidade de risco faz-se necessária em virtude do aumento considerável de regulamentações econômicas, políticas e tecnológicas no contexto mundial, por ocasião das altas taxas de inadimplência por parte dos tomadores de crédito e que, ao mesmo tempo, podem comprometer a solvência e liquidez do mercado financeiro internacional (CAOUILLE et al., 2009).

Assim, os gestores dos bancos (comerciais, desenvolvimento, investimento, múltiplos, cooperativo, caixas econômicas) precisam administrar o risco de crédito com vistas a aumentar a transparência dos negócios e garantir o retorno sobre o investimento do capital aplicado pelos investidores, assim como contribuir para a continuidade das organizações, por meio da adoção de recomendações além do que é exigido pelas leis.

Em virtude de crises, a exemplo da que ocorreu em 2008, e escândalos corporativos na última década, envolvendo empresas como a *Enron*, a *Worldcom*, a *Tyco* e a *Parmalat*, organizações internacionais que desenvolvem a cooperação entre bancos centrais com vistas à busca da estabilidade financeira e monetária, como o *Bank for International Settlements* (BIS), o *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS) que também é ligado ao BIS e a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), vêm atuando para ampliar a discussão dos mecanismos de governança corporativa como possíveis soluções para mitigar as várias modalidades de riscos envolvendo as instituições financeiras, entre elas, o de crédito. Nessa perspectiva, a proposição desses mecanismos resultou no desenvolvimento de códigos de boas práticas de governança corporativa, tendo a premissa básica de que eles podem contribuir para o adequado gerenciamento dos diversos tipos de riscos do setor bancário, assim como das companhias em geral e aumentar a perenidade delas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC – (2009), a governança corporativa é evidenciada pela literatura como uma abordagem recente e muito discutida em decorrência de vários aspectos, entre eles, com o objetivo de melhorar o nível dos padrões de gestão das empresas. Esta premissa de ser o melhor mecanismo para gestão de riscos tem como alicerce as proposições dos seus princípios básicos: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Além do mais, os mecanismos de governança corporativa compreendem, entre outros, códigos de boas práticas que norteiam o funcionamento das companhias, a fim de lhes propiciarem maior credibilidade na atração de investimentos e criação de valor para os

acionistas. Vale ressaltar que no Brasil destacam-se dois principais códigos de boas práticas de governança corporativa: o do IBGC, cuja edição mais atual é a de 2009; e a cartilha da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de 2002.

Com o objetivo de reduzir riscos, grandes instituições financeiras brasileiras vêm adotando boas práticas de governança corporativa. Estudos atribuem isto, em parte, aos investidores de instituições que têm sido mais exigentes e querendo maior transparência das gestões onde estão aplicando seus recursos (MENDES-DA-SILVA; NAKAMURA; MORAES, 2012). Adicionalmente, a governança corporativa garante aos sócios o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva (IBGC, 2009).

Entretanto, considerando a necessidade de ter rigor na concessão de crédito e que as boas práticas de governança corporativa são mais transparentes e inspiram confiança, ainda não existe na literatura um estudo empírico de caráter conclusivo e definitivo que respondam aos seguintes questionamentos: Qual a percepção dos gestores das instituições financeiras com relação à governança corporativa das empresas demandantes de crédito? Na visão dos gestores, as instituições financeiras que adotam as boas práticas de governança corporativa podem contribuir para a mitigação dos riscos que estão expostas, especialmente o risco de crédito? Na aprovação da concessão de crédito para as empresas, os gestores levam em consideração se elas adotam práticas de governança corporativa?

Dessa forma, as instituições fornecedoras de crédito, caracterizadas por atuarem em ambientes de alto risco, têm dedicado uma atenção especial à administração do risco de crédito sob a perspectiva da governança corporativa, no sentido de minimizá-lo, a fim de que o tomador de crédito possa honrar suas obrigações junto ao poupador, garantindo com isso a solvência e a liquidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN), de modo especial, por meio de controles internos (ERFURTH; BEZERRA, 2013; BEUREN; DALLABONA; DANI, 2011).

Partindo dos pressupostos da gestão do risco de crédito e da abordagem sobre a governança corporativa, a presente pesquisa buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa:

Será que as boas práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito contribuem para a redução do risco de crédito, na percepção dos gestores das instituições credoras localizadas na cidade do Recife (PE)?

1.2 Objetivos

O objetivo geral e os específicos foram desenvolvidos com o propósito de responder à pergunta de pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Esta pesquisa teve como objetivo investigar se as boas práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito contribuem para a redução do risco de crédito, na percepção dos gestores das instituições credoras localizadas na cidade do Recife (PE).

1.2.2 Objetivos específicos

Para ajudar a alcançar o propósito desta pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos como:

- Investigar a importância que os gestores atribuem aos critérios dos C's do Crédito e da ficha cadastral de pessoa jurídica considerados na análise de concessão de crédito;
- Identificar questões relativas às práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito, consideradas importantes para dirimir riscos na análise de concessão de crédito;
- Analisar se os atributos de gestão, referentes aos mecanismos de governança corporativa, são considerados na análise de concessão de crédito.

1.3 Justificativa e contribuição do estudo

O presente estudo justifica-se pela pertinência do tema no panorama mundial, por ocasião da crise do crédito que atingiu as instituições financeiras de vários países, entre os anos de 2008 e 2009 (ALMEIDA et al., 2012). Além disso, também é relevante para o cenário nacional, pois, conforme os autores ainda mencionam, as consequências da crise tiveram seus

impactos na economia nacional, como por exemplo, a dificuldade das empresas em obter crédito externo.

Do ponto de vista acadêmico, como resultado deste trabalho, espera-se avançar nos conhecimentos da literatura organizacional financeira sobre a gestão de riscos em suas várias dimensões, especialmente o risco de crédito, haja vista que o fornecimento de crédito é imprescindível para o crescimento das empresas e, ao mesmo tempo, um crédito que não seja direcionado de maneira correta pode comprometer a solvência da instituição credora.

Adicionalmente, no que concerne a governança corporativa, é fundamental analisar a percepção que os gestores dos bancos têm acerca das empresas demandantes de crédito, isto é, se as empresas que adotam boas práticas de governança corporativa são mais favoráveis a terem os seus pedidos de créditos deferidos. Dessa forma, procura-se contribuir com os estudos da governança corporativa, na perspectiva dos gestores do segmento bancário, relativos às empresas demandantes de crédito.

Nesse sentido, vale ressaltar que as pesquisas acerca da governança corporativa têm aumentado nos últimos anos, nos meios acadêmico e empresarial, em decorrência dos escândalos corporativos envolvendo fraudes em mercados e informações financeiras e, conseqüentemente, por colocar em risco a solvência e a liquidez do sistema financeiro internacional.

Sendo assim, a pesquisa é de fundamental importância para o segmento bancário, pois a concessão de crédito as empresas demandantes é característica intrínseca do processo de intermediação financeira da atividade bancária (GARTNER; MOREIRA; GALVES, 2009). Portanto, a eficácia da transferência de recursos de agentes superavitários para agentes deficitários está diretamente relacionada à sofisticação das atividades bancárias, isto é, depende da revisão e desenvolvimento de novas técnicas de mensuração do risco de crédito.

2 Referencial teórico

O referencial teórico tem a finalidade de sistematizar o conhecimento na área de investigação do estudo. Partindo desse pressuposto, procurou-se refletir acerca do estado em que se encontra o conhecimento na área abordada nesta pesquisa e, conseqüentemente, a literatura que foi abordada neste capítulo é proveniente dos Portais de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), da *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), do *Journal Storage* (JSTOR), além de livros, dissertações e teses.

Assim, este capítulo aborda temas referentes a dois tópicos principais e suas subdivisões, respectivamente: a) Governança corporativa, abrangendo também as motivações das empresas para adoção das boas práticas de governança corporativa; e b) Riscos, compreendendo: risco de crédito, mercado de crédito bancário, risco de crédito nas atividades bancárias, proposições dos Acordos de Basileia, mensuração do risco de crédito e orientações do Banco Central do Brasil (BACEN) para o risco de crédito.

2.1 Governança corporativa

A temática envolvendo a literatura da governança corporativa tem como marco teórico os estudos de Berle e Means (1932) que enfatizaram as características relacionadas à separação entre propriedade e controle, especialmente nas empresas de capital aberto. Os pressupostos dessa abordagem dizem respeito à relação de agenciamento envolvendo um principal (acionista) e os agentes (gestores), ou seja, quando esses últimos tomam decisões que não estão alinhadas com os objetivos do primeiro.

Com a separação entre propriedade e controle nas organizações decorrem os chamados problemas de agência. Neste sentido, os trabalhos de Alchian e Demsetz (1972) e Jensen e Meckling (1976) contribuíram significativamente para o desenvolvimento da teoria de agência, cuja finalidade básica é a análise dos problemas de agência envolvendo proprietários e agentes (BEDICKS, 2009). Adicionalmente, um dos pilares dos estudos sobre governança corporativa está apoiado na teoria da agência, que considera as relações entre os diversos agentes e a empresa, aliados aos custos decorrentes dos conflitos de interesse que possam ser gerados por esta relação, em função dos diferentes objetivos envolvidos.

Além do mais, os primeiros estudos abordaram a questão dos conflitos de interesse resultantes da separação entre propriedade e gestão, que foram observados nas empresas modernas do início do Século XX (BERLE; MEANS, 1932). Como os gestores e os proprietários possuem interesses e objetivos divergentes, um problema de agência entre essas partes fica caracterizado pela possibilidade de não maximização da riqueza dos acionistas por parte dos gestores e, conseqüentemente, pode comprometer o valor da empresa.

A partir de então vários autores vem estudando a temática acerca da teoria de agência, destacando-se entre eles Jensen (1986), Shleifer e Vishny (1997), La Porta et al. (1998) e La Porta, Lopes-de-Silanes e Shleifer (1999). De acordo com Jensen e Meckling (1976), o foco da teoria de agência está relacionado com os problemas de agência, de modo particular a assimetria de informação envolvendo os grupos de acionistas e gestores, a exemplo dos Estados Unidos e Inglaterra em que o capital de suas empresas é pulverizado.

Jensen e Meckling (1976) analisaram os conflitos envolvendo as relações entre gestores e proprietários, majoritários e minoritários através da teoria de agência, como tentativa de resolvê-los. Shleifer e Vishny (1997) consideram que a proteção legal aos investidores é elemento essencial para um bom sistema de governança corporativa. Com um sistema legal eficiente, os acionistas minoritários podem recorrer caso se sintam ameaçados de expropriação pelos seus gestores ou pelos grandes investidores, por meio de mecanismos relacionados às práticas de governança corporativa, através da suspensão de ações autointeressadas do controlador (ROSSONI; MACHADO-DA-SILVA, 2010). Estes autores argumentam que no Brasil os conflitos de agência envolvendo majoritários (acionistas controladores) e minoritários (acionistas não controladores) são mais frequentes, em que predominam uma estrutura de propriedade concentrada e o mercado de capital é incipiente.

É nesse contexto envolvendo o conflito de agência nas organizações que reside praticamente todas as discussões relativas à teoria de agência. Dessa forma, a solução encontrada para os problemas advindos das divergências de interesses entre principais e agentes, majoritários e minoritários, foi o desenvolvimento de mecanismos de governança corporativa, com vistas a minimizar a assimetria de informação e, conseqüentemente, aumentar o valor das empresas (JUNQUEIRA et al., 2010). A proposição desses mecanismos resultou no desenvolvimento de códigos de boas práticas de governança corporativa, tendo como premissa básica que eles podem contribuir para o adequado gerenciamento das várias modalidades de riscos das empresas e aumentar a perenidade delas.

Por outro lado, as empresas buscam constantemente melhorar o seu padrão de gestão, sobretudo quando o cenário mundial é marcado por escândalos corporativos e crises recentes, a fim de propiciar maior credibilidade e criação de valor aos acionistas, através das melhores práticas de governança corporativa. Entretanto, Correia, Amaral e Louvet (2011) argumentam que o acesso a fontes alternativas de capital, a exemplo do mercado de capitais, exige que as empresas forneçam garantias aos investidores de que seus interesses serão preservados, e uma das condições para o cumprimento dessa exigência seria a eficiência da governança corporativa como forma de proteção dos interesses dos investidores, especialmente as empresas brasileiras que recorrem aos recursos de investidores estrangeiros.

Adicionalmente ao panorama brasileiro, Rossoni e Machado-da-Silva (2010) evidenciam que a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) é tida como a referência em instituir altos padrões de práticas de governança corporativa, por ocasião da criação dos segmentos especiais de listagem (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2) em dezembro do ano 2000, assim como pelo incentivo as empresas nacionais e estrangeiras (com representação no país), independentemente do seu porte, a adotarem alto padrão de gestão que possibilita a criação de valor para elas e também contribui para manter a solvência e liquidez do SFN.

Em virtude da importância atribuída aos segmentos especiais de listagem da BM&FBovespa no SFN e também considerando os vários estudos acadêmicos na referida temática (BERTUCCI; BERNARDES; BRANDÃO, 2006; PROCIANOY; VERDI, 2009; ROSSONI; MACHADO-DA-SILVA, 2010; VENTURA et al., 2012; PONTE et al., 2012; CHING; COLOMBO, 2012; ERFURTH; BEZERRA, 2013), o tópico seguinte explicita o propósito de cada um deles de acordo com a própria BM&FBovespa (2000) e, por conseguinte, disponibilizados no seu *site*¹:

- **Seguimentos especiais de listagem da BM&FBovespa:**

- 1) **Novo Mercado:** a listagem nesse segmento especial implica na adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente. Então, trata-se do mais elevado padrão de governança corporativa, e as companhias listadas neste só podem emitir ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias (ON).

¹ Disponível em http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/pages/empresas_segmentos-de-listagem.asp. Acesso em: 23/08/2013.

- 2) **Nível 1:** as companhias listadas neste nível devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso, elas devem divulgar informações adicionais às exigidas em lei, como por exemplo, um calendário anual de eventos corporativos;
- 3) **Nível 2:** similar ao Novo Mercado, porém com algumas exceções. As empresas listadas neste nível têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador, prevendo, portanto, o direito de *tag along* de 100% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador.

Diante do exposto e considerando as visões de Ventura et al. (2012) e Erfurth e Bezerra (2013), os segmentos especiais de listagem da BM&FBovespa, enquanto padrões diferenciados, são exemplos de melhores práticas de governança corporativa para as companhias que desejam adotar, voluntariamente, regras de alto padrão de governança corporativa que vão além das exigidas pela Lei das Sociedades por Ações. Com isso, a BM&FBovespa propõe as empresas em geral uma melhor estruturação e solução de conflitos societários tendo como pilar central os princípios básicos da governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa), além de estarem contribuindo diretamente para o desenvolvimento do mercado de capitais.

No que diz respeito aos conceitos do termo governança corporativa, o IBGC (2009, p. 19), principal organização nacional a promover a discussão sobre o tema, o define como sendo “o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle”.

Já na compreensão da CVM (2002, p. 01), a governança corporativa é definida como “o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como: investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital”.

De modo geral, a expressão governança corporativa é empregada para descrever os assuntos relativos ao poder de controle e direção de uma empresa, bem como as diferentes formas de sua atuação e interesses que possam de alguma forma ser importante para as empresas. Porém, recentemente algumas dimensões da governança corporativa têm sido mais

observadas pelo mercado de capitais, especialmente os seus princípios básicos: transparência, equidade de tratamento dos acionistas, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (IBGC, 2009). Sob este aspecto, Fortuna (2007) enfatiza que as boas práticas de governança corporativa e a qualidade financeira das instituições são imprescindíveis a solvência e liquidez do SFN, especialmente no cumprimento de seus princípios em suas próprias operações.

Na visão de Erfurth e Bezerra (2013), a transparência é um mecanismo que evita as atividades indesejadas, ou seja, a improvisação, à discricção arbitrária, o nepotismo e em geral qualquer abuso no exercício do poder, e se aplica às organizações privadas e as públicas, pois a importância da transparência está baseada na gestão sem subjetivismo, mas sim na ética dos gestores e isso se faz através dos princípios norteadores da governança corporativa. Assim, a transparência é baseada em fornecer o máximo de informação possível às partes interessadas (*stakeholders*) que têm, ou venham a ter, alguma relação tanto dentro como fora das instituições.

No segmento de cessão de crédito, as regras das instituições credoras, como bancos e financeiras, devem ser claras e inequívocas, para dar mais credibilidade na concessão e no gerenciamento do crédito, tanto para os tomadores como para os investidores destas instituições. Quanto mais informação seja divulgada acerca de uma instituição, quanto mais transparente seja, mais confiável ela se torna. Nesse contexto, a análise desta pesquisa parte desse pressuposto, ou seja, a transparência inclui a necessidade da discussão juntamente com a temática da governança corporativa.

2.1.1 Motivação das empresas para adoção das boas práticas de governança corporativa

As boas práticas de governança corporativa são instrumentos indispensáveis à credibilidade de empresas, mercados e instituições financeiras, haja vista que práticas modernas e transparentes de gestão podem contribuir de modo positivo para enfrentar crises financeiras e escândalos corporativos, considerando a disciplina e a responsabilidade dos administradores das companhias para com os acionistas. Além do mais, Silveira, Perobelli e Barros (2008) argumentam que a qualidade da boa governança das empresas pode ser fator decisivo nas decisões de empréstimos e financiamentos, caso elas já atendam esse requisito.

As companhias em geral, de modo particular, as que atuam em ambientes de alto risco como os mercados de capitais estão cada vez mais preocupadas em ampliar a discussão desta temática, no sentido de aprimorar a sua eficiência e competitividade através da governança corporativa, com vistas à proteção dos interesses dos investidores, em face do risco de expropriação por parte dos agentes oportunistas (CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2011). No sistema bancário, Fortuna (2007) ressalta que a governança corporativa é determinante para se evitar uma crise financeira, uma vez que suas boas práticas estabelecem normas, a exemplo dos seus princípios, que objetivam a criação de riqueza aos seus proprietários.

Por ocasião da importância atribuída a temática da governança corporativa nas últimas décadas, as organizações internacionais como o BIS, o BCBS e a OECD têm incentivado a necessidade de estudar, entender e melhorar a discussão sobre o assunto no âmbito das instituições financeiras, uma vez que esta abordagem tem como objeto de discussão a alta gestão das grandes organizações (ANDRES; VALLELADO, 2008). Aebi, Sabato e Schmid (2012) corroboram com estes autores ao mencionarem que recentes estudos acadêmicos, destacando-se Fahlenbrach e Stulz (2011), Beltratti e Stulz (2012) e Erkens, Hung e Matos (2012), têm investigado algumas características da governança corporativa em bancos, entre elas a atribuições do conselho de administração, o pagamento do *Chief Executive Officer* (CEO) e a propriedade, com o objetivo de melhorar a governança de riscos em grandes instituições financeiras. Adicionalmente, Aebi, Sabato e Schmid (2012) enfatizam que a literatura acerca da governança corporativa, assim como os seus efeitos de sua valorização em empresas financeiras, ainda é considerada muito limitada, no sentido de ampliar a discussão sobre esta abordagem.

Nessa circunstância, Rossoni e Machado-da-Silva (2010) e Ventura et al., (2012) enfatizam que a relevância da governança corporativa consiste em fazer com os gestores das empresas entendam o fenômeno desse modelo de gestão, em virtude de ele reger as relações de governo das companhias e, conseqüentemente, atuar de maneira direta entre três principais atores: acionistas, executivos e conselho de administração.

Sob essa perspectiva, Silva, Karem e Sheng (2011) consideram que as empresas com boas práticas de governança corporativa apresentam um maior retorno e menor risco para os investidores, sendo possível refletir acerca da percepção que o mercado tem em relação a essas empresas.

Além disso, mecanismos de governança como o sistema jurídico, frequentemente classificado como lei (comum e civil), são definidos como normas que regulam o

comportamento das companhias e a proteção aos acionistas minoritários, assim como influenciando o desenvolvimento dos mercados de capitais e, por conseguinte, o crescimento do país (LA PORTA et al., 1997; LEVINE, 1999). Outra característica da governança corporativa está relacionada aos códigos de boa governança corporativa, enquanto uma série de recomendações de ‘melhores práticas’ em relação ao comportamento e a estrutura do conselho de administração.

Nesse sentido, empresas com boas práticas de governança corporativa têm, em média, um melhor desempenho em relação às demais, compreendendo maior retorno de capital, maior valor da empresa e melhor desempenho operacional (GIROUD; MUELLER, 2011). Adicionalmente, essa discussão está relacionada à divulgação de informações, principalmente as adicionais em relação a que os mercados de capitais exigem das companhias, com vistas a reduzir a assimetria de informação tanto das pessoas que estão dentro do ambiente corporativo, como daquelas que estão fora, podendo também fazer com que essa prática aumente o valor de uma empresa (HERMALIN; WEISBACH, 2012).

Conforme Almeida et al. (2010), as boas práticas de governança corporativa estão diretamente vinculadas aos códigos que dispõem sobre esta temática, cujos princípios fundamentais dizem respeito a transparência (*disclosure*), equidade (*fairness*), prestação de contas (*accountability*), cumprimento das leis (*compliance*) e ética (*ethics*). Esses autores ainda mencionam que a referida abordagem tem como pilar a propriedade (acionistas), o conselho de administração, a diretoria executiva e a auditoria independente.

Vários países, como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão, têm contribuído para implementar melhores práticas de governança corporativa em suas nações. No panorama nacional, destacam-se as principais iniciativas: a reformulação da Lei das S/As, a criação e atuação do IBGC, a criação e implementação dos seguimentos especiais de listagem (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2) da BM&FBovespa e cartilha da CVM² contendo recomendações sobre a governança corporativa (BERTUCCI; BERNARDES; BRANDÃO, 2006).

Com base em pesquisas anteriores, Ponte et al. (2012) explicita em seu recente estudo uma série de fatores motivadores que as empresas têm se baseado para adotar boas práticas de governança, entre eles: (a) alcançar ambiente meritocrático, a fim de aumentar a retenção de talentos; (b) melhorar o relacionamento entre os acionistas componentes do bloco de controle; (c) garantir maior transparência e relacionamento com o mercado de capitais; (d) recuperar a

² Disponível em <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 23/08/2013.

confiança dos investidores; (e) possibilitar uma maior diversificação patrimonial dos acionistas controladores; (f) melhorar o processo de precificação das ações da empresa; (g) promover maior alinhamento entre proprietários, conselheiros e gestores; (h) reduzir a volatilidade das ações da empresa; e (i) melhorar o trabalho da alta gestão no processo de reestruturação e de melhoria do desempenho operacional.

De acordo com Barbosa (2012), as empresas demandantes de crédito recorrem às boas práticas de governança corporativa com a finalidade de transmitir ao banco uma transparência e segurança, de modo especial, na análise do processo de concessão de crédito. Porém, a autora evidenciou em sua pesquisa que os bancos ainda não possuem linhas especiais de crédito para contemplar empresas que adotam boas práticas de governança corporativa.

Em vista do exposto, e de acordo com os estudos de Ponte et al. (2012) e Erfurth e Bezerra (2013), as empresas que recorrem a governança corporativa, conforme as sugestões dos respectivos códigos, o fazem com objetivos distintos, mas alguns são comuns a elas: gerar valor de mercado, garantir mais transparência, reduzir a assimetria de informação entre gestores e acionistas e os *stakeholders*, criar maior independência do conselho de administração, obter retornos ou benefícios que sejam superiores ao custo de implementação e contribuir para o desenvolvimento socioambiental.

2.2 Riscos

As empresas e os mercados financeiros de um modo geral estão sujeitos a uma diversidade de riscos, pois são partes integrantes de algum tipo de atividade, seja ela financeira ou não. Entretanto, Beuren, Dallabona e Dani (2011, p. 49) argumentam “que assumir riscos e gerenciá-los é essencial para o desenvolvimento da organização, no sentido da obtenção de lucros e geração de valor para seus proprietários”. Estas autoras ainda ressaltam uma observação importante em relação aos riscos, ou seja, eles apresentam diferentes significados e os mais comuns nas organizações são: risco de mercado, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e risco legal.

As literaturas especializadas na temática de riscos apresentam várias definições para expressar o que realmente venha a ser o seu significado. Damodaran (2009, p. 24) define risco como sendo a “variabilidade dos retornos observados de um investimento em comparação com o retorno esperado do investimento, mesmo quando esses retornos representam

resultados positivos”. O autor evidencia a necessidade de considerar o risco não exclusivamente sob o prisma da probabilidade de ocorrência de eventos negativos, ou seja, é preciso levar em consideração a perspectiva de quando os retornos também representam os resultados positivos.

Entretanto, há autores como Crouhy, Galai e Mark (2008, p. 21) que conceituam o risco a partir da “a volatilidade dos retornos que conduz a ‘perdas inesperadas’, com maior volatilidade indicando maior risco”. Em outras palavras, esses autores atribuem maior atenção ao risco sob o aspecto de resultados indesejáveis, como perdas financeiras. Assim, os riscos precisam ser identificados e gerenciados, tanto da perspectiva da ocorrência de eventos negativos, quanto de resultados indesejáveis, a fim de que os mesmos possam ser mitigados com eficácia do ambiente de negócios.

Zonatto e Beuren (2010) enfocam que o objetivo da empresa consiste em maximizar seus resultados e o incremento nos lucros, porém, para que isso ocorra de maneira eficaz, à necessidade de controles é imprescindível no gerenciamento das companhias. A ausência ou deficiência de controles na administração das empresas podem implicar em sérias mudanças no cenário organizacional e, ao mesmo tempo, acarretar consequências na economia global, entre elas, escândalos corporativos e crises financeiras (BEUREN; DALLABONA; DANI, 2011).

Por outro lado, Crouhy, Galai e Mark, (2008) mencionam que os gestores responsáveis pelo efetivo gerenciamento de risco precisam estar atentos no momento de selecionarem o tipo e o nível dos riscos pertinentes que venham assumir. Além disso, esta não é uma tarefa fácil, haja vista que o processo de gerenciamento de risco, conforme mostra a Figura 1 (2) da página seguinte, é complexo e envolve muitas atribuições além de detectar ameaças para a empresa, sobretudo realçar a sua reputação no mercado (CHING; COLOMBO, 2012).

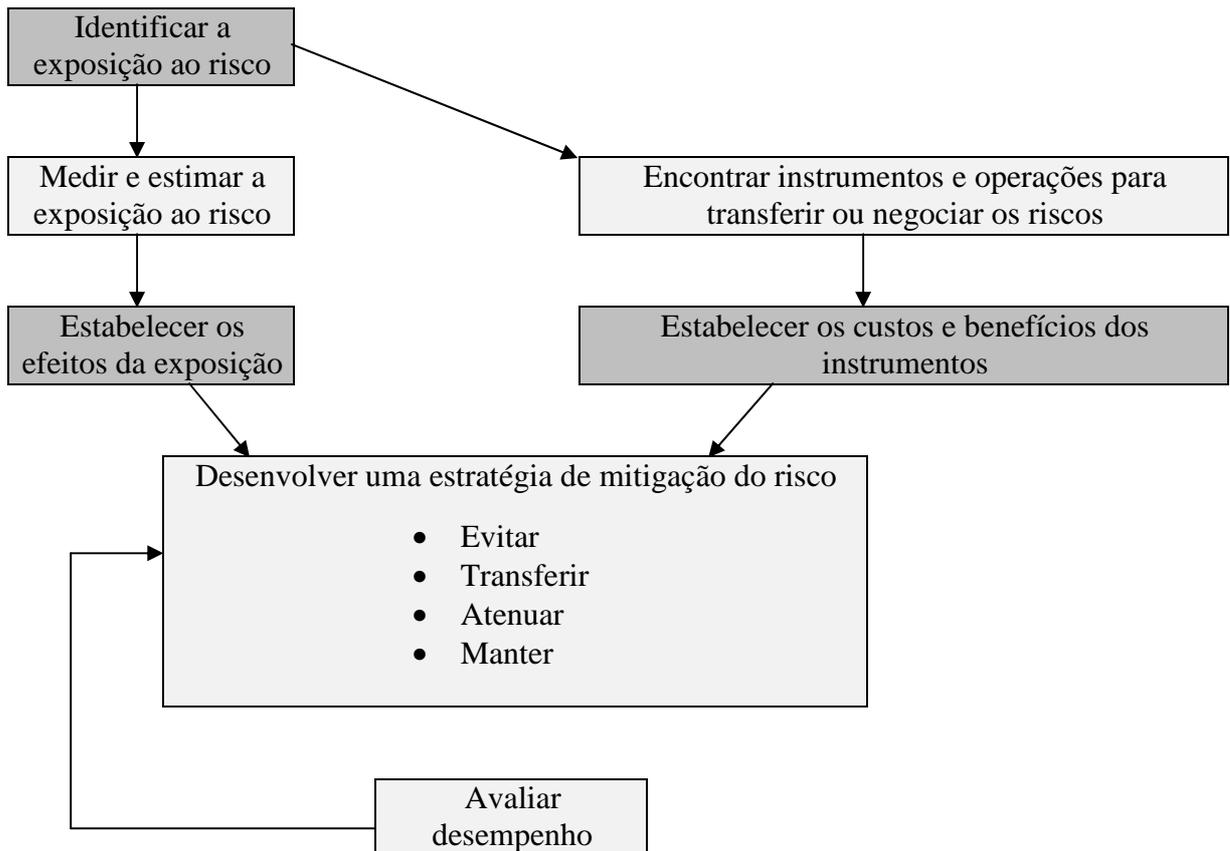


Figura 1 (2) – Processo de gerenciamento de risco.

Fonte: Crouhy, Galai e Mark (2008, p. 2).

Portanto, a partir da Figura 1 (2) observa-se que o processo de gerenciamento de risco possui uma série de etapas a serem implementadas, além de ser uma atribuição de quem detém o poder decisório na empresa, e necessita da utilização de modelos de gestão de riscos com vistas a nortear os gestores na identificação, monitoramento e controle dos mesmos (LEONE et al., 2007; ZONATTO; BEUREN, 2010). Entretanto, vale ressaltar que, em virtude das várias tipologias que os riscos apresentam, foge ao escopo desta pesquisa uma descrição detalhada de cada um deles, e assim uma ênfase maior é atribuída ao risco de crédito na seção seguinte, que é um dos focos da presente investigação.

2.2.1 Risco de crédito

Caouette et al. (2009), ressaltam que o crédito é tido como a forma de risco mais antiga da história do mercado financeiro, não sendo possível estabelecer com precisão a data da sua origem, mas acredita-se que o mesmo remonta por volta de 1.800 a.C.

No panorama atual, o crédito representa um instrumento indispensável no ambiente financeiro, nacional e internacional, onde os mais variados tipos de empresas buscam constantemente este recurso para atenderem as suas diversas necessidades, entre elas a de investimento e de capital de giro, expandirem seus empreendimentos, ampliar suas instalações e modernizar suas unidades de produção (ECKERT et al., 2011). O autor ainda ressalta que embora o crédito tenha seu efeito positivo, ele também tem o seu efeito negativo, ou seja, podendo levar a empresa demandante de crédito à insolvência.

A discussão em torno da gestão do risco de crédito passa a ter mais notoriedade no cenário corporativo e econômico mundial, em decorrência da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, enquanto gerador de riquezas e desenvolvimento nos negócios (FERREIRA; CELSO; BARBOSA NETO, 2012). Conforme Lameira et al. (2010), os investidores analisam vários aspectos relevantes nas empresas antes de aplicarem seu capital, de modo particular, o potencial que cada uma delas tem para crescer, haja vista que este aspecto reflete o volume de recursos disponíveis a ser investido e a capacidade de geração de retornos que sejam interessantes para os investidores.

Adicionalmente, a discussão da gestão do risco de crédito é tema proeminente nos meios acadêmicos e corporativos, sendo necessário um melhor entendimento deste termo, em virtude de ele ser parte integrante da atividade bancária, que é o processo de intermediação financeira, assim como a sua relevância para o sistema financeiro. Nesse processo, especialmente no segmento bancário, é que reside a geração de receita dos bancos, em que aplicadores (agentes superavitários) e tomadores (agentes deficitários) de recursos financeiros se encontram para negociarem os seus interesses.

Portanto, é na atividade da intermediação financeira que as instituições financeiras vêm desempenhando a sua atribuição enquanto intermediador financeiro, captando recursos junto aos agentes poupadores e emprestando para agentes devedores (SOARES; COUTINHO; CAMARGOS, 2012). Dessa forma, é possível ter uma visão geral da importância do crédito no contexto da intermediação financeira através do setor bancário, conforme é esquematizado na Figura 2 (2) da página seguinte.

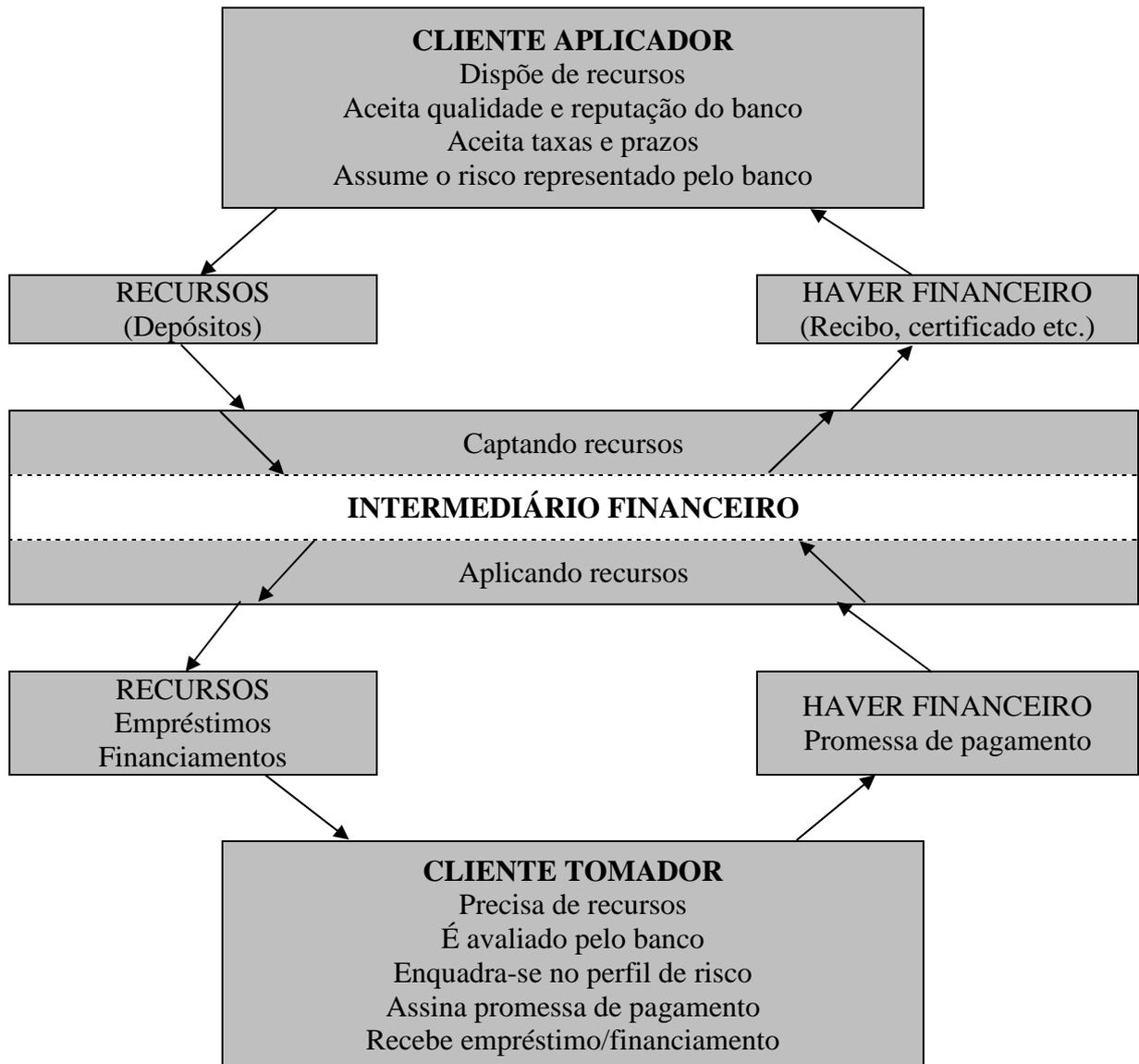


Figura 2 (2) – Ciclo da intermediação financeira.

Fonte: Silva (2008, p. 47).

Haja vista que a concessão de crédito é uma operação inerente às instituições financeiras através do processo de intermediação financeira, consequentemente, existem várias tipologias de riscos presentes na atividade bancária (risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional etc.), sendo o principal o risco de crédito. Por isso, é pertinente a discussão acerca do conceito de risco de crédito envolvido neste contexto, uma vez este tipo de risco faz parte do escopo deste estudo.

Para o BCBS (2000, p. 1), “o risco de crédito pode ser definido de uma maneira simples como a possibilidade de um tomador ou contraparte de um banco não honrar suas obrigações nos termos pactuados”.

O CMN (2009) explicita o risco de crédito como sendo “a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados [...]”.

Para Fortuna (2010, p. 899), o risco de crédito “representa a possibilidade de perda pelo não pagamento de algum tipo de dívida que qualquer contraparte tenha assumido com uma instituição financeira”.

Caouette et al. (2009, p. 5) asseveram que “o risco de crédito é consequência de uma transação financeira contratada e/ou contingencial entre um fornecedor de fundos e um usuário desses fundos”.

Conforme Brito, Assaf Neto e Corrar (2009, p. 30), “o risco de crédito está associado à possibilidade de o credor incorrer em perdas caso as obrigações assumidas por um tomador não sejam liquidadas nas condições pactuadas”.

De acordo com Crouhy, Galai e Mark (2008, p. 25), “o risco de crédito é o risco que uma mudança na qualidade do crédito de uma contraparte afetará o valor de um título ou carteira”.

Nesta perspectiva, observa-se que a definição de risco de crédito na atividade bancária está relacionada ao não cumprimento das obrigações contratuais, nos respectivos prazos de vencimento, assumidas pelo demandante de crédito para com a instituição financeira que liberou o recurso.

2.2.2 Mercado de crédito bancário

A discussão acerca da temática da gestão de risco de crédito vem se tornando cada vez mais acentuada, por ocasião do crescimento gradual da economia mundial, em decorrência da crise global de 2008, impulsionada pela aceleração de investimentos e, por conseguinte, para a concessão de crédito (TOLEDO FILHO; KROENKE; SOTHE, 2009). Huang e Lee (2013) corroboram com os argumentos desses autores ao explicitarem que os mercados financeiros mundiais foram significativamente afetados com a recente crise financeira e, apesar de eles ainda não terem se recuperado econômica e financeiramente em sua totalidade, enfatizam a necessidade de aumentar a importância da previsão dos eventos de crédito.

Tendo em vista que o crédito é parte integrante da atividade bancária, e de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira (REF)³ de publicação semestral do BACEN (2013), cuja finalidade é divulgar os principais resultados das análises sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN) com foco no risco sistêmico, o panorama internacional do segundo semestre de 2012 continuou complexo, especialmente no enfrentamento das incertezas relacionadas à volatilidade dos mercados financeiros, porém com efeitos limitados no mercado financeiro nacional. Ainda com base no REF, o segmento bancário manteve a solidez, cuja disponibilidade de recursos nos mercados doméstico e externo permitiu aos bancos financiar o crescimento da carteira de crédito.

Conforme o REF do BACEN (2013), apesar de ser constante a participação do SFN na concessão de crédito, o crédito concedido vem crescendo de forma moderada no semestre e no ano, mantendo a projeção de desaceleração constatada desde o primeiro semestre de 2011, com vistas a um ritmo mais sustentável de expansão da carteira de crédito no longo prazo.

Portanto, nesse contexto de incertezas e crises que as instituições financeiras desempenham um papel importante em seu processo de intermediação financeira entre agentes superavitários e agentes deficitários, isto é, a concessão de crédito, considerada um instrumento impulsionador da economia de um país e que precisa ser gerenciada de maneira eficiente e eficaz, a fim de que seja preservada a solvência e liquidez do SFN.

2.2.3 Risco de crédito nas atividades bancárias

Camargos, Camargos e Araújo (2012) ressaltam que esta temática é considerada pertinente no que diz respeito aos riscos relativos ao setor bancário, particularmente o crédito, em face da perspectiva de incerteza que envolve os bancos e, conseqüentemente, necessita ampliar a discussão sobre o assunto.

Assim, o risco de crédito está associado a incertezas, caso o tomador de crédito não honre suas obrigações junto ao credor. Por isso, a gestão do risco de crédito é um tema proeminente nas instituições financeiras, haja vista que elas devem zelar pela solvência e liquidez do sistema financeiro nacional e, conseqüentemente, é imprescindível a adoção de modelos de uma gestão transparente que possam contribuir para mitigar os riscos, a exemplo das melhores práticas de governança corporativa.

³ Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?relestab>. Acesso em 05/08/2013.

No que diz respeito à fixação da política de crédito, esta constitui a primeira fase para que uma instituição bancária realize a concessão de crédito, que após análise dos indicadores adotados parte para a segunda etapa que é a concessão de crédito propriamente dita. Conforme Assaf Neto e Silva (1997), o processo de concessão de crédito na sua fase de definição abrange todos os clientes, enquanto que na sua aplicação torna-se específico para cada indivíduo tendo em conta a sua necessidade e também o risco que este apresenta.

Fortuna (2007) explicita que erros advindos das instituições financeiras, particularmente no gerenciamento de riscos, podem provocar efeitos adversos na estabilidade de todo o sistema financeiro, além de provocar a perda de investidores. Nessa perspectiva de riscos, especialmente na de crédito, o Conselho Monetário Nacional – CMN (1999)⁴ instituiu a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre os critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além do mais, é oportuno ressaltar que a Resolução nº 2.682/99 definiu que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN classifiquem as operações de crédito, em ordem crescente de risco, considerando os dias de atraso e o respectivo percentual de provisionamento para as operações de crédito conforme se observa no Quadro 1 (2).

Quadro 1 (2) – Classe de risco, dias de atraso e provisionamento.

Classe de risco	Dias de atraso	Provisionamento
AA	–	–
A	–	0,5%
B	15 e 30 dias	1%
C	31 e 60 dias	3%
D	61 e 90 dias	10%
E	91 e 120 dias	30%
F	121 e 150 dias	50%
G	151 e 180 dias	70%
H	superior a 180 dias	100%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base na Resolução Nº 2.682/99.

Nota: Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 20/08/2013.

⁴ Órgão normativo, por excelência, não lhe cabem funções executivas, sendo o responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do país. Pelo envolvimento destas políticas no cenário econômico nacional, o CMN acaba se transformando num conselho de política econômica (FORTUNA, 2010, p. 19).

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 1 (2), a classe AA é a que não representa risco entre as demais e, por conseguinte, não há provisionamento para crédito de liquidação duvidosa. No outro extremo, encontra-se a classe H, que tem o maior risco e, ao mesmo tempo, o seu provisionamento é de 100%; nessa situação, o BACEN preconiza que operações dessa natureza sejam provisionadas em sua totalidade. A Resolução nº 2.682/99 exige que a classificação das operações seja revisada mensalmente, conforme os estratos em função do número de dias atrasados.

Aebi, Sabato e Schmid (2012) enfatizam que a crise financeira de 2008 evidenciou claramente uma maior preocupação por parte dos bancos com o gerenciamento dos riscos inerentes ao seu segmento de atuação, de modo particular, o risco de crédito. Porém, os bancos têm dedicado uma atenção especial a essa temática no sentido de adotarem as proposições de reguladores financeiros internacionais, como o BIS e o BCBS, enquanto mecanismos para melhor gerenciar os riscos.

2.2.4 Proposições dos Acordos de Basileia

A dinamicidade do setor econômico-financeiro mundial marcado por crises financeiras, escândalos corporativos e a necessidade de sofisticação das atividades bancárias refletem um panorama no qual o aumento da incerteza nas economias de vários países pode provocar a instabilidade e a insolvência dos mercados financeiros. Nesse panorama, fazia-se necessária a convergências de normas no que se refere aos bancos internacionais, com vistas a administrar a liquidez em conformidade com práticas que sejam imprescindíveis à perenidade de suas operações, entre elas a transparência e a redução da assimetria de informações (FREITAS; AMARAL; BRAGA, 2008).

Sob essa perspectiva, e conforme as considerações de Crouhy, Galai e Mark (2008), foi necessária a criação de padrões de gestão de risco para a regulamentação bancária mundial, conseqüentemente, os reguladores financeiros internacionais propuseram a criação do BCBS, com o objetivo de ser uma entidade coordenadora do segmento bancário mundial. Os autores ainda enfatizam que o BCBS não é uma autoridade com legalidade própria, mas sim um coordenador de reguladores nacionais.

Almeida et al. (2012) argumentam que com a criação do BCBS e considerando a necessidade de controle de capital das instituições financeiras internacionais, foi celebrado o

Acordo de Basileia I, em 1988, enquanto um conjunto de diretrizes para mensurar o risco de crédito e estabelecer a exigência de capital mínimo para suportar riscos, como forma de fortalecer a liquidez e de prevenção contra crises que possam afetar o sistema financeiro mundial.

Sobreira e Martins (2011) afirmam que, no Brasil, a adequação das instituições financeiras as diretrizes recomendadas pelo Acordo de Basileia I veio, além de posteriores alterações, através da Resolução nº 2.099/94 do CMN (1994), que definiu as condições relativas ao acesso ao SFN, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Com o objetivo de proporcionar um ambiente de controle seguro e eficaz nas transações financeiras do setor bancário, o BCBS divulgou, em junho de 2004, o Novo Acordo de Capital (comumente chamado de Acordo de Basileia II), contendo novas diretrizes em relação ao anterior, entre elas a adoção de melhores práticas de gestão de riscos e maior transparência e disciplina no mercado financeiro (YANAKA; HOLLAND, 2010). Os autores asseveram que o Acordo de Basileia II é mais abrangente em relação ao primeiro, pois além de abordar os riscos de crédito e mercado, trata do risco operacional e, ao mesmo tempo, possibilita aos bancos a escolha entre abordagens padronizadas e modelos internos concernentes à gestão de risco, sendo que as regulamentações brasileiras foram adaptadas através do Comunicado 12.746/2004 do BACEN (2004), que trata dos procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital – Basileia II. Silva (2008) argumenta que essa nova abordagem está estruturada em três pilares centrais, conforme mostra a Figura 3 (2).

OS TRÊS PILARES		
PILAR 1 Dimensionamento Mínimo de Capital	PILAR 2 Processo de Revisão pela Supervisão	PILAR 3 Exigência de Disciplina de Mercado
Abordagem de inadimplência que baseia pesos e risco em classificações externas ou internas de crédito	Visa assegurar que os bancos sigam processos que possibilitem uma medição rigorosa dos riscos	Busca divulgação dos níveis de capital e exposição ao risco para o mercado avaliar a solvência dos bancos

Figura 3 (2) – Os Três Pilares de Basileia II.
Fonte: Silva (2008, p. 34).

Segundo Almeida et al. (2012), o Novo Acordo de Capital foi criado a partir da necessidade de se aprimorar o Acordo de Basileia I, através de técnicas que contribuíssem para o fortalecimento, a segurança e estabilidade sistema bancário internacional.

DANTAS et al. (2010) contribuem para a discussão ao salientarem que os mecanismos de regulação bancária expostos no Acordo de Basileia II atualiza o documento anterior, na tentativa de suprir suas limitações e propor alternativas mais sofisticadas para a mensuração do capital mínimo regulamentar, tendo como alicerce os Três Pilares de Basileia II, considerados um avanço qualitativo na gestão das instituições financeiras.

Entretanto, apesar do avanço no que concerne à gestão de riscos no mercado financeiro, o Novo Acordo de Capital não foi eficaz o suficiente para conter a crise mundial de 2008 (FORTUNA, 2010). Assaf Neto (2012) corrobora com esse autor ao afirmar que a crise do sistema financeiro internacional em 2008 sinalizou o grau de exposição dos bancos a riscos e, por conseguinte, resultou na criação do Acordo de Basileia III, em dezembro de 2010.

Segundo o BCBS (2010, p. 1), o Acordo de Basileia III tem por finalidade o fortalecimento da regulação, supervisão e gestão dos riscos inerentes ao segmento bancário, a fim de: “melhorar a capacidade do setor bancário para lidar com os distúrbios provocados pelo estresse financeiro ou econômico de qualquer tipo; melhorar a gestão do risco e da boa governança nos bancos; aumentar a transparência e divulgação de informações dos bancos”.

Com este propósito, a principal mudança neste novo mecanismo de regulação consiste na rígida necessidade de se considerar a reserva de fundos dos bancos, com o propósito de precavê-los de crises de liquidez, principalmente com uma maior participação de recursos próprios no financiamento de suas operações (ASSAF NETO, 2012). O autor ainda menciona que a principal implementação das diretrizes dessa norma no Brasil foi uma maior exigência no que concernem as reservas dos bancos, tendo como finalidade a proteção das instituições financeiras contra crises de liquidez, além de reforçar suas operações de possíveis perdas.

Dessa forma, os Acordos de Basileia I, II e III representam avanços significativos na regulamentação bancária internacional baseada em riscos, através da proposição de diretrizes que visam o fortalecimento da solidez e da estabilidade do sistema financeiro e bancário mundial (SOBREIRA; MARTINS, 2011; DANTAS et al., 2010).

2.2.5 Mensuração do risco de crédito

Considerando que o risco de crédito dos clientes varia consoante o tipo de cliente, o tipo de produtos e serviços oferecidos, o montante em causa e o tipo de entidade que concede o crédito, as técnicas de mensuração do risco de crédito são imprescindíveis para estimar as probabilidades dos créditos serem pagos, permitindo, por meio do controle das variáveis utilizadas, a definição de um critério que vise à maximização das receitas ou a minimização das perdas, fornecendo uma base estatística satisfatória para comprovação das decisões (CAMARGOS; CAMARGOS; ARAÚJO, 2012).

Sob este aspecto, Caouette et al., (2009) explicitam que os bancos têm buscado ativamente técnicas eficazes para o tratamento da gestão e análise do risco de crédito, principalmente nas diretrizes propostas pelos Acordos de Basileia, com vistas a não incorrem em significativas perdas financeiras, em decorrências de crises e, ao mesmo tempo, a fim de contribuir para a manutenção da solvência e liquidez do sistema financeiro mundial, através de uma melhor credibilidade nas operações do segmento bancário.

Brito e Assaf Neto (2008a) e Dantas e DeSouza (2008) complementam a discussão ao mencionarem que é nessa perspectiva de mensurar o risco de crédito, isto é, analisar a probabilidade do tomador de crédito não honrar suas obrigações contratuais junto ao aplicador de recursos conforme os vencimentos, que depende o êxito na concessão do crédito solicitado, além do que o processo de quantificação envolve dimensões de ordem qualitativa (a situação econômico-financeira do tomador de crédito, o histórico de inadimplemento, o prazo das garantias etc.) e quantitativa (o montante de crédito concedido).

Com relação à abordagem da análise qualitativa ou subjetiva de crédito, ela aborda fatores complexos de serem mensurados, entre eles a capacidade administrativa dos gestores e a qualidade dos controles da empresa (BRITO; ASSAF NETO, 2008a; BRITO; ASSAF NETO; CORRAR, 2009). Com isso, essa técnica de mensuração do risco de crédito trata dos chamados C's do Crédito e, sob este aspecto, Santos e Famá (2007) explicitam que a mesma consiste em uma melhor identificação do risco de crédito inerente ao cliente, a fim de que os analistas de crédito possam diagnosticar fatores de risco que comprometam o pagamento dos recursos tomados de acordo com os termos do contrato de concessão. Nesse sentido, a Figura 4 (2) da página seguinte traz a esquematização dos C's do Crédito.

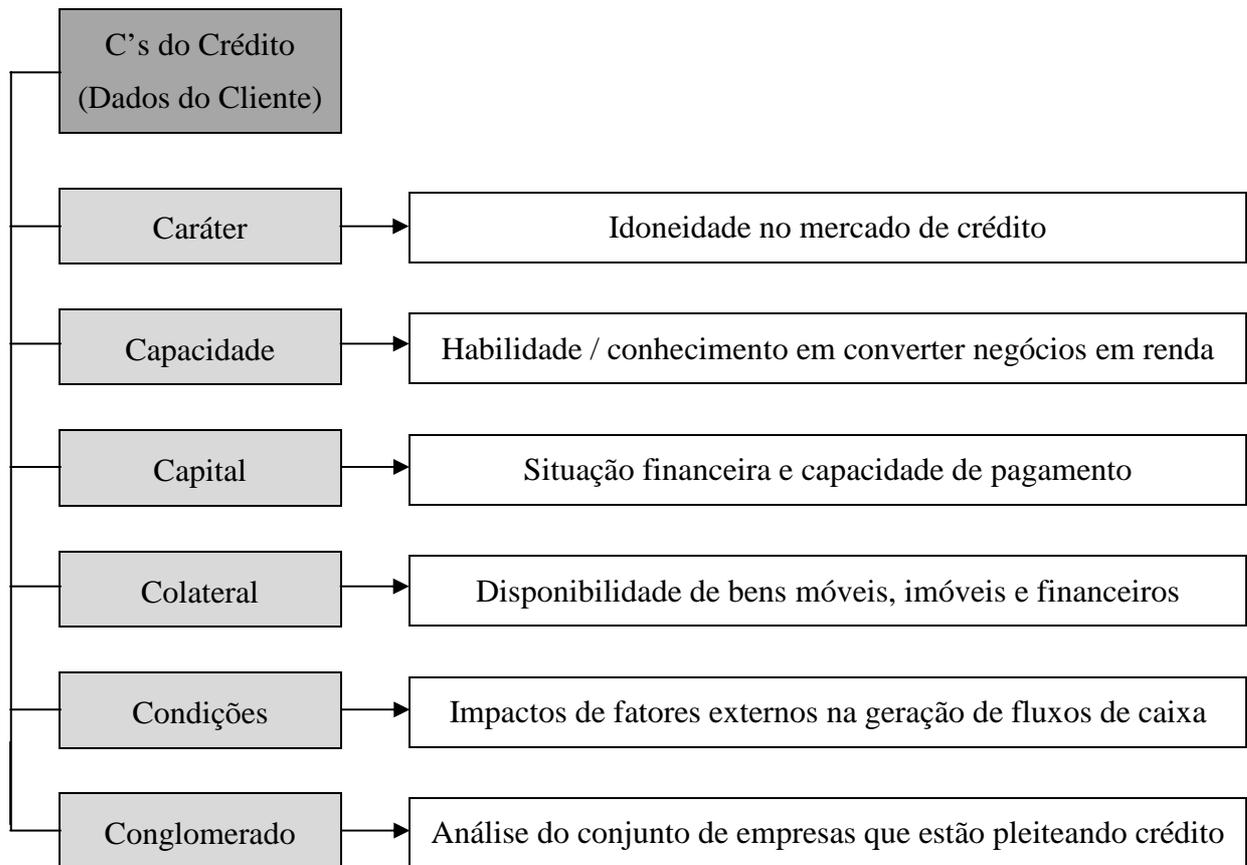


Figura 4 (2) – Os seis C's do Crédito.

Fonte: Adaptado de Silva (2008, p. 59) e Santos e Famá (2007, p. 108).

A análise qualitativa também pode envolver outros fatores considerados difíceis de serem mensurados, como: as variáveis associadas à empresa avaliada, entre eles a capacidade administrativa dos gestores e a qualidade dos controles internos; assim como fatores relacionados ao segmento econômico e ao país de atuação da empresa (BRITO; ASSAF NETO; CORRAR, 2009).

Outra dimensão de mensurar o risco de crédito é através da análise objetiva de crédito, que consiste na utilização de técnicas estatísticas que proporcionem uma melhor aferição dos resultados matemáticos que certifiquem a capacidade de pagamento dos tomadores (SANTOS; FAMÁ, 2007). Entre as técnicas estatísticas mais utilizadas nesta abordagem, têm-se: *credit scoring*, *ratings* de crédito, análise discriminante, regressão múltipla; regressão logística, redes neurais etc. (BRITO; ASSAF NETO, 2008b; GOUVÊA; GONÇALVES; MANTOVANI, 2012).

Considerando-se os argumentos de Gouvêa, Gonçalves e Mantovani (2012) e Santos e Famá (2007) sobre estas técnicas de mensuração do risco de crédito, eles destacam que a análise objetiva de crédito é mais eficaz em relação à análise subjetiva, haja que a primeira dispõe de um arcabouço de ferramentas estatísticas mais sofisticadas, a disposição das instituições financeiras, para avaliar a pertinência da concessão de crédito, enquanto que a segunda se baseia na experiência adquirida dos analistas de crédito e num manual de informações técnicas (internas ou externas) sobre crédito que os bancos dispõem.

Adicionalmente, Silva (2008) assevera sobre a importância das informações contidas na ficha cadastral da empresa, haja vista que ela é tida como um instrumento para auxiliar o gestor do banco no momento da análise e concessão de crédito. O autor ainda menciona que essa ficha não tem um modelo único que seja eficaz para os bancos e as empresas, mas a maioria das contemplam as seguintes informações: identificação da empresa (firma ou razão social); ramo de atividade; acionistas/sócios; diretores ou sócios-gerentes; conselho de administração; bens imóveis da empresa; participação em outras empresas; participações (inclusive anteriores) de acionistas, sócios e diretores; seguros contratados; referências comerciais (fornecedores); e referências bancárias.

Portanto, as técnicas de mensuração do risco de crédito têm por premissa básica nortear os gestores das instituições financeiras na hora da tomada de decisão da concessão de crédito, bem como agilizar todo o processo. Pois, conforme ressaltam Camargos, Camargos e Araújo (2012), a abordagem da mensuração do risco de crédito, além de se manter atual no recente cenário de crise, visa identificar condicionantes da inadimplência das empresas em processos de empréstimos e financiamentos, considerando, por exemplo, os C's do Crédito no momento da análise de concessão.

2.2.6 Orientações do BACEN para o risco de crédito dos bancos

No sentido de nortear as instituições financeiras sobre as operações de crédito, o BACEN disponibiliza no seu *site* o Sistema de Informações de Crédito (SCR)⁵. Trata-se de um banco de dados relacionado às operações e títulos com características de crédito e respectivas garantias contratadas, que abrange todos os bancos do país. Porém, é pertinente ressaltar que esse sistema também explicita orientações relacionadas ao Segmento de Pessoa

⁵ Disponível em http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/scr.asp#3. Acesso em: 01/07/2014.

Física. Contudo, o mesmo não faz parte do escopo desta pesquisa e, conseqüentemente, ele não é abordado, mas apenas o que se refere ao Segmento de Pessoa Jurídica.

Os bancos alimentam o SCR, mensalmente, mediante a coleta de informações sobre as operações concedidas, entre elas, apenas as dos clientes com responsabilidade total igual ou superior a R\$ 1 mil, a vencer e vencidas. As operações que são registradas no SCR abrangem: empréstimos e financiamentos; adiantamentos; operações de arrendamento mercantil; coobrigações e garantias prestadas; compromissos de crédito não canceláveis; operações baixadas como prejuízo e créditos contratados com recursos a liberar; e demais operações que impliquem risco de crédito.

Além do mais, o SCR não é um cadastro de natureza restritiva, ele contempla tanto informações positivas quanto negativas, sendo que em muitos casos ele é uma fonte de informação positiva, haja vista que o mesmo comprova a capacidade de pagamento (capacidade) e a pontualidade (caráter) do cliente, ou seja, dois componentes dos C's do Crédito que o BACEN considera como sendo relevantes no processo de análise de concessão de crédito.

Assim, o fato de o cliente estar no SCR não implica que isso seja uma situação negativa para ele, nem muito menos o impede de demandar crédito juntos aos bancos, mas ao contrário, pode favorecê-lo de maneira positiva na decisão do banco em conceder o crédito pleiteado pelo mesmo.

3 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos têm por objetivo explicitar os métodos de pesquisa que foram utilizados pelo pesquisador, a fim de detalhar as etapas sobre como os dados foram tratados e analisados. Dessa forma, o presente capítulo aborda as seguintes etapas, respectivamente: o delineamento da pesquisa; a população e amostra da pesquisa; o tipo, o instrumento e a estratégia de coleta de dados; as estratégias de análise de dados; e as limitações da pesquisa. Além disso, a literatura abordada no presente capítulo é oriunda de livros que abordam métodos e técnicas de pesquisa em Administração e Estatística.

3.1 Delineamento da pesquisa

Este estudo pode ser considerado a partir dos métodos de pesquisa como sendo quantitativo e qualitativo, haja vista que envolverá os processos de identificar a população e amostra, além de que especificará a estratégia de coletar e analisar os dados, bem como interpretá-los. Então, a utilização de métodos mistos de pesquisa pode proporcionar resultados pertinentes retirados de análises quantitativas multivariadas, bem como uma ampla descrição explicativa oriunda de análises qualitativas (CRESWELL, 2010).

Sob esta temática, Santos (2009) contribui para a discussão ao enfatizar que os métodos mistos de pesquisa têm como base os pontos fortes das abordagens quantitativa e qualitativa, com a finalidade de unir diversas informações que podem ser comparadas pelo pesquisador, a fim de que o mesmo tenha uma melhor perspectiva dos resultados, tanto na investigação quanto no aprofundamento da análise dos dados.

Com o objetivo de classificar a presente pesquisa, a mesma é estruturada como sendo: exploratória e transversal. Neste sentido, o objetivo de uma pesquisa de natureza exploratória consiste em explicitar uma visão geral acerca de um determinado fenômeno, de modo particular, quando o tema abordado é pouco explorado, a fim de que o pesquisador possa torná-lo notório ou desenvolver hipóteses (GIL, 2012). No que diz respeito à dimensão de tempo, o estudo é tido como transversal, pois, conforme Cooper e Schindler (2003), o mesmo é único e compreende um instante de determinado momento.

Então, o presente estudo teve como foco a análise da percepção dos gerentes de conta de pessoa jurídica dos bancos, localizados na cidade do Recife (PE), acerca das práticas de governança corporativa adotadas pelas empresas demandantes de crédito, ou seja, se o fato de essas empresas adotarem modelos adicionais de gestão transparente, bem como publicarem informações e relatórios financeiros adicionais em relação ao que é exigido pelas autoridades monetárias e financeiras, podem favorecê-las na concessão do crédito solicitado por elas.

3.2 População e amostra da pesquisa

Inicialmente, foi utilizado o sistema “Busca Banco” – banco de dados referentes a todas as instituições financeiras que atuam no país – da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)⁶, para fazer um levantamento das agências bancárias presentes no Recife (PE), por ocasião de a mesma ser considerada a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro. Então, conforme dados da FEBRABAN, apresentados no Quadro 2 (3), a cidade do Recife (PE) possui as seguintes agências bancárias:

Quadro 2 (3) – Bancos presentes no Recife (PE).

Compensação	Bancos – Recife (PE)	Quantidade de agências
237	Banco Bradesco S.A.	37
745	Banco <i>Citibank</i> S.A.	3
001	Banco do Brasil S.A.	40
041	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1
004	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	3
320	Banco Industrial e Comercial S.A.	1
389	Banco Mercantil do Brasil S.A.	1
422	Banco Safra S.A.	2
033	Banco Santander (Brasil) S.A.	38
634	Banco Triângulo S.A.	1
655	Banco Votorantim S.A.	1
104	Caixa Econômica Federal	26
399	HSBC <i>Bank</i> Brasil S.A. - Banco Múltiplo	4
341	Itaú Unibanco S.A.	45
TOTAL	14 BANCOS	203

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados da FEBRABAN.

Nota: Dados atualizados em 01/09/2013.

⁶ Dados disponibilizados na página da FEBRABAN: <http://www.buscabanco.com.br>. Acesso em 29/09/2013.

Porém, é pertinente ressaltar que dessa população não estão incluídos os postos, como por exemplo: Posto de Atendimento Bancário (PAB), Posto Avançado de Atendimento (PAA), Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE), Posto de Atendimento ao Micro Crédito (PAM), Posto Bancário de Arrecadação e Pagamento (PAP), Posto de Atendimento Transitório (PAT) e Posto de Câmbio Permanente (PCP).

Assim, a amostra da pesquisa foi composta por 80 gerentes de conta de pessoa jurídica, distribuídos em 10 bancos, sendo 3 públicos e 7 privados, conforme o Quadro 3 (3).

Quadro 3 (3) – Amostra da pesquisa (bancos públicos e privados).

Bancos públicos	Bancos privados
Banco do Brasil S.A.	Banco <i>Azteca</i> S.A.
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Banco Bradesco S.A.
Caixa Econômica Federal	Banco <i>Citibank</i> S.A.
	HSBC <i>Bank</i> Brasil S.A. - Banco Múltiplo
	Itaú Unibanco S.A.
	Banco Safra S.A.
	Banco Santander (Brasil) S.A.
TOTAL: 10 Bancos	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Entretanto, é pertinente ressaltar que em campo foi identificado o Banco *Azteca* S.A., sendo que o mesmo não se encontrava disponível no sistema “Busca Banco” da FEBRABAN quando foi feito o levantamento dos bancos, presentes no Recife (PE) e, conseqüentemente, este banco fez parte da amostra.

Adicionalmente, o critério de representatividade da amostra caracterizou-se como sendo por acessibilidade ou conveniência, ou seja, de natureza não-probabilística. Essa delimitação de amostragem, por conveniência, justifica-se em virtude de esta pesquisa ser de natureza exploratória, haja vista que é o próprio pesquisador quem seleciona os elementos que estão à sua disposição, considerando que eles possam representar a população, assim como tal critério não envolve rigor estatístico e, geralmente, possui um baixo custo e é mais fácil de conduzir (COOPER; SCHINDLER, 2003; GIL, 2012).

Assim, a população desta pesquisa de campo teve como participantes os gerentes de conta de pessoa jurídica das dez agências bancárias mencionadas anteriormente. Pois, o objetivo consistiu em analisar a percepção desses gestores, e não dos bancos, sobre as práticas

de governança corporativa das empresas que pleiteiam crédito e, por conseguinte, a relevância das mesmas para a concessão de crédito.

3.3 Tipo, instrumento e estratégia de coleta de dados

3.3.1 Tipo de dados coletados

Os dados utilizados foram predominantemente primários, coletados diretamente pelo pesquisador junto aos gerentes de conta de pessoa jurídica dos bancos, localizados na cidade do Recife (PE). Desse modo, foram aplicados 80 questionários, conforme a distribuição por bancos mostrada no Quadro 4 (3).

Quadro 4 (3) – Distribuição dos gestores por banco.

Ordem	Bancos	Tipo	Total de gestores por banco
1	Banco <i>Azteca</i> S.A.	Privado	1
2	Banco do Brasil S.A.	Público	10
3	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Público	1
4	Banco Bradesco S.A.	Privado	16
5	Caixa Econômica Federal	Público	7
6	Banco <i>Citibank</i> S.A.	Privado	3
7	HSBC <i>Bank</i> Brasil S.A. - Banco Múltiplo	Privado	2
8	Itaú Unibanco S.A.	Privado	19
9	Banco Safra S.A.	Privado	7
10	Banco Santander (Brasil) S.A.	Privado	14
TOTAL			80

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Adicionalmente, foram usados dados secundários para complementar e viabilizar as informações necessárias a esta pesquisa, sendo eles relativos aos bancos e disponibilizados no *site* da FEBRABAN, entre eles: o levantamento das agências bancárias, suas respectivas localizações (bairro e rua/avenida), os contatos das mesmas (telefones e *sites*) e os nomes dos gerentes responsáveis pelas respectivas agências.

3.3.2 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado (ver Apêndice B), com as respostas considerando a escala do tipo Likert de 5 pontos, totalizando 50 assertivas. Sendo assim, o grau de importância atribuído aos itens analisados seguiu uma escala com numeração crescente (1 a 5), onde o número 1 (um) indicou que a assertiva com “menor importância”, e o número 5 (cinco) para “maior importância”.

Com isso, o questionário foi dividido em três partes, respectivamente, a saber: informações iniciais, critérios considerados na análise de concessão de crédito e a percepção dos gestores de bancos acerca das práticas de governança corporativa das empresas que pleiteiam crédito. Neste sentido, as fontes referenciais utilizadas para elaborar os grupos das assertivas do questionário encontram-se disponíveis no Quadro 5 (3).

Quadro 5 (3) – Fontes referenciais para cada conjunto de assertivas.

Grupo de perguntas	Fontes referenciais
Critérios considerados na análise de concessão de crédito.	Santos e Famá (2007); Crouhy, Galai e Mark (2008); Silva (2008); Brito, Assaf Neto e Corrar (2009); Caouette et al. (2009); Assaf Neto (2012); Camargos, Camargos e Araújo (2012).
Percepção dos gestores de bancos acerca das práticas de governança corporativa das empresas que pleiteiam crédito.	Fortuna (2007); Caouette et al. (2009); IBGC (2009); Rossoni e Machado-da-Silva (2010); Correia, Amaral e Louvet (2011); Barbosa (2012); CVM (2012); Ponte et al. (2012); Erfurth e Bezerra (2013); Fortuna (2010).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A primeira parte abrangeu informações iniciais, ou seja, de natureza social que são comuns em pesquisas acadêmicas e que foram adaptadas ao segmento bancário. Neste caso, foram elaboradas sete assertivas (1 a 7), com padrões de respostas abertas e fechadas, cujo objetivo foi investigar algumas informações dos gestores de conta de pessoa jurídica, por exemplo: o sexo, a idade, a formação acadêmica, o nível de pós-graduação etc.

Na segunda parte, buscou-se conhecer a relevância que os gestores de conta de pessoa jurídica atribuíram aos critérios considerados na análise de concessão de crédito. Para isso, foram elaboradas 21 assertivas (8 a 28), com padrões de respostas da escala do tipo Likert de 5 pontos, que variaram entre: 1 (um), para “nenhuma relevância”; e 5 (cinco), para “máxima relevância”.

A última parte consistiu em investigar a percepção dos gestores de conta de pessoa jurídica acerca das práticas de governança corporativa das empresas que pleiteiam crédito. Dessa forma, foram elaboradas 22 assertivas (29 a 50), com padrões de respostas da escala do tipo Likert de 5 pontos para as assertivas de 29 a 45 e dicotômicas (sim/não) para as assertivas de 46 a 50. As respostas utilizando a escala Likert estavam compreendidas entre: 1 (um), para “discordo fortemente”; e 5 (cinco), para “concordo fortemente”. No caso das respostas dicotômicas, foi atribuído o número 1 (um) para “resposta positiva” e 0 (zero) para “resposta negativa”.

Ainda no próprio questionário, foi apresentada uma proposta a todos os gerentes de conta de pessoa jurídica que participaram do presente estudo, que consistiu em disponibilizar aos mesmos, após o término desta pesquisa, um relatório gerencial contendo os principais resultados encontrados, caso fosse do interesse deles.

É importante salientar que o questionário foi submetido, pelo pesquisador, à realização de um pré-teste com três gerentes de conta de pessoa jurídica de bancos públicos e privados, respectivamente, a saber: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Santander (Brasil) S.A. O objetivo desta etapa consistiu em simular os procedimentos designados para a coleta dos dados, pois Cooper e Schindler (2003) mencionam que o pré-teste consiste em detectar possíveis pontos fracos no questionário-piloto e, conseqüentemente, proceder às melhorias consideradas pertinentes pelos participantes durante a fase inicial da pesquisa.

Assim, os gerentes de conta de pessoa jurídica dos bancos mencionados foram escolhidos por conveniência, sendo que os mesmos julgaram pertinentes o questionário-piloto e a linguagem acadêmica do mesmo, ou seja, eles não tiveram dificuldades em responder o questionário e não fizeram sugestões de melhoria. Ainda nesta fase do pré-teste, percebeu-se que o tempo entre 15 e 20 minutos foi suficiente para que os referidos gestores respondessem o questionário.

3.3.2.1 Consistência do instrumento de coleta de dados

Em toda pesquisa acadêmica, o pesquisador deve avaliar as características de uma boa ferramenta de mensuração, a fim de evitar erros que possam comprometer o que ele está interessado em medir. Sob este aspecto, existem três critérios principais que o pesquisador

tem à sua disposição para avaliar uma ferramenta de mensuração e, conforme Cooper e Schindler (2003, p. 183, grifo dos autores), os mesmos são:

- *Validade*: refere-se ao quanto um teste mede o que de fato desejamos medir;
- *Confiabilidade*: está relacionada à acuidade e precisão do procedimento de mensuração;
- *Praticidade*: está relacionada a um vasto leque de fatores de economia, conveniência e interpretação.

Assim, a literatura de pesquisa apresenta várias formas de validade e, além do mais, o número é cada vez maior à medida que aumentam as preocupações com mensurações mais científicas (COOPER; SCHINDLER, 2003). Porém, a discussão de questões metodológicas de pesquisa não é de praxe em Finanças e, conseqüentemente, não faz parte do escopo deste estudo o aprofundamento do tema.

Então, a validade da escala diz respeito ao grau de uma determinada medida ou um conjunto de medidas representarem com precisão o conceito de estudo, ou seja, o grau em que se está livre de qualquer erro sistemático (HAIR et al. 2009). Dessa forma, a validade da escala pode ser considerada adequada, em virtude de a mesma ter sido obtida a partir da literatura (HAIR et al., 2009; FIELD, 2009; MALHOTRA, 2012), ratificando assim a sua aplicação para o problema de pesquisa abordado. Também é importante explicitar que foi considerado o critério de validade externa, na qual os resultados não podem ser generalizados em virtude de esta pesquisa ser de natureza exploratória.

Com relação à confiabilidade, Hair et al. (2009) argumentam que essa característica avalia o grau de consistência que uma variável ou conjunto de variáveis é consistente com o que se pretende medir. Com isso, a análise estatística da confiabilidade dos dados teve como base o coeficiente *alfa de Cronbach*, que foi calculado para o grupo das assertivas referentes ao risco de crédito (8 a 28) e a governança corporativa (29 a 45). Dessa forma, o resultado do teste do *alfa de Cronbach* é apresentado no Quadro 6 (3).

Quadro 6 (3) – Teste do alfa de Cronbach.

<i>Cronbach's Alpha</i>	<i>Cronbach's Alpha Based on Standardized Items</i>	<i>N of Items</i>
0,870	0,869	43

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Adicionalmente, foi considerado nesta pesquisa os critérios definidos por Field (2009) e Hair et al. (2009), que consideram os coeficientes acima de 0,70 como aceitáveis, embora possa ser reduzido para 0,60 quando se tratar de pesquisa exploratória, como é o caso desta pesquisa. Com base nos resultados do Quadro 5 (3), verifica-se que os coeficientes do *alfa de Cronbach* não padronizado e padronizado são, respectivamente, 0,870 e 0,869, levando-se em consideração as quarenta e três assertivas referentes ao risco de crédito e a governança corporativa. Consequentemente, os valores da estatística (padronizado ou não) são satisfatórios para a aplicação da análise multivariada, haja vista que os mesmos são superiores ao recomendado pela literatura (FIELD, 2009; HAIR et al., 2009).

Enquanto que a confiabilidade se refere à consistência das medidas de uma variável, isto é, com o modo como é medido; a validade tem a sua ênfase no que deveria ser medido, ou seja, o quanto pertinente o conceito é definido pelas medidas.

Sobre a praticidade, o foco consistiu na conveniência de utilizar um questionário estruturado com instruções detalhadas e claras; e na economia, esta no sentido de tempo, em que o intuito foi reduzir o tempo que os participantes da pesquisa necessitariam para responder o questionário.

3.3.3 Estratégia de coleta de dados

A estratégia de escolha dos bancos, para fazer a aplicação dos questionários, teve como justificativa a quantidade de agências bancárias por bairros e a proximidade entre elas, ou seja, escolheram-se os bairros que tinham uma maior quantidade de bancos em relação aos demais e o fato de os bancos serem próximos uns dos outros, a fim de que o pesquisador dispendesse menos tempo possível no deslocamento entre os bancos, haja vista que foi apenas o mesmo o responsável pela coleta de dados. Dessa forma, os detalhes da aplicação dos questionários, contendo os bairros, os bancos e o total de questionários aplicados, estão explicitados no Apêndice C.

Assim, a coleta de dados propriamente dita ocorreu no período de 18 a 21 e 24 a 28 de fevereiro, e 5 a 7 e 10 de março de 2014, compreendendo um total de treze dias úteis. Durante essa fase, o pesquisador fez visitas a 50 agências bancárias, sendo que foi em 38 (76%) delas

que se obteve o total de 80 questionários respondidos. Além do mais, os gerentes de conta de pessoa jurídica responderam o questionário no tempo previsto durante a fase do pré-teste, que foi entre 15 e 20 minutos.

Adicionalmente, foi disponibilizada, para cada participante da pesquisa, uma carta de apresentação (ver Apêndice A) do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do qual o pesquisador fez parte enquanto mestrando. Com isso, a finalidade consistiu em explicar, aos participantes da pesquisa, o objetivo do presente estudo e ratificar a sua finalidade única e exclusivamente acadêmica.

Porém, nas 12 (24%) agências bancárias restantes, os gerentes de conta de pessoa jurídica apresentaram duas justificativas para não participarem do estudo, sendo elas: a primeira era que não dispunham de tempo para participar da pesquisa, por ocasião de visitas técnicas que tinham que fazer as empresas que demandam crédito; e a segunda foi que algumas das informações do questionário estavam relacionadas à política do banco, contudo, eles não mencionaram quais seriam as mesmas, por se tratar de informações confidenciais.

Entretanto, é importante explicitar que apesar de alguns gestores terem relatado que o questionário contém informações que dizem respeito à política dos bancos, em nenhum momento essa situação não fez parte do escopo desta pesquisa. Além do mais, teve-se a preocupação de evitar que isso acontecesse quando o questionário foi elaborado, haja vista que para a elaboração do referido instrumento de coleta de dados foram utilizadas apenas referências acadêmicas, conforme já apresentado no Quadro 4 (3).

Dessa forma, é pertinente ressaltar que o objetivo do presente estudo consistiu em investigar a visão dos gerentes de conta de empresa – e não dos bancos – em relação às práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito. Portanto, neste trabalho houve a precaução de nortear as assertivas para conhecer a percepção desses gestores e não a visão dos bancos.

3.4 Estratégias de análise de dados

Os dados coletados foram tratados utilizando o *software Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS (PASW Statistics 18). Entretanto, é pertinente ressaltar que, com o objetivo de garantir o total sigilo das informações coletadas com os questionários, a fim de

preservar o componente puramente acadêmico desta pesquisa, os dados foram analisados em conjunto, isto é, sem relacionar os nomes dos bancos aos seus respectivos resultados, no que diz respeito ao risco de crédito e as práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito.

Assim, os dados foram analisados, primeiramente, através da estatística descritiva, fazendo uso de distribuições frequências para os mesmos, com o objetivo de criar tabelas e figuras que pudessem facilitar a leitura, descrição e interpretação dos dados investigados nesta pesquisa.

Adicionalmente, foi realizada, a partir da estatística inferencial, uma Análise Fatorial (AF) para as assertivas referentes ao risco de crédito e a governança corporativa, com exceção das cinco últimas que são dicotômicas. Neste sentido, a finalidade de se utilizar essa técnica estatística consistiu em identificar, através do conjunto de assertivas referentes ao risco de crédito e a governança corporativa, estruturas existentes que não são observáveis diretamente e, por conseguinte, que explicasse a parcela máxima de variância das mesmas. Em outras palavras, a AF é uma técnica estatística de interdependência que tem a finalidade de detectar, por meio da avaliação de um conjunto de variáveis, uma estrutura subjacente entre as variáveis que estão sendo analisadas (HAIR et al., 2009; CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012).

Assim, a AF é utilizada com o objetivo de identificar um menor número de fatores que possam ser usados para explicar o relacionamento entre um determinado grupo de variáveis (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012). Dessa forma, executou-se, primeiramente, uma AF para o grupo de assertivas referentes ao risco de crédito (8 a 28) e outra para o grupo de assertivas da governança corporativa (29 a 45). Em seguida, executou-se outra AF abrangendo, ao mesmo tempo, os dois referidos grupos de assertivas (8 a 45).

Além do mais, utilizou-se nesta pesquisa o tipo de AF mais comum na literatura, ou seja, a Análise Fatorial Exploratória (AFE). Pois, neste tipo de AF, “o pesquisador não tem certeza de que as variáveis possuem uma estrutura de relacionamento, e muito menos que essa estrutura pode ser interpretada de forma coerente” (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012).

Porém, Corrar, Paulo e Dias Filho (2012) enfatizam que antes de o pesquisador fazer uso da AF, é pertinente que o mesmo leve em consideração algumas escolhas que serão influenciadas pelo tipo de pesquisa que está sendo implementada. Assim, as considerações

que foram feitas sobre o uso da AF, bem o embasamento teórico para justificar os argumentos utilizados, tiveram como base a literatura desses autores, e encontram-se explicitadas a seguir:

- **Método utilizado para a extração dos fatores**

O método escolhido foi a Análise dos Componentes Principais, pois, como foi mencionado, o objetivo consistiu na identificação de um número mínimo de fatores que explicasse a parcela máxima da variância existente nas variáveis originais (risco de crédito e governança corporativa). Vale ressaltar que este método não pressupõe que as variáveis envolvidas na pesquisa tenham que seguir uma distribuição gaussiana (distribuição normal).

- **Tipo de análise realizada**

Neste caso, a AF criou um agrupamento das assertivas com base em sua estrutura de relacionamento. Conforme a Figura 5 (3), este tipo de análise é denominado *R-mode factor analysis* e também é a estrutura mais comum de uma AF.

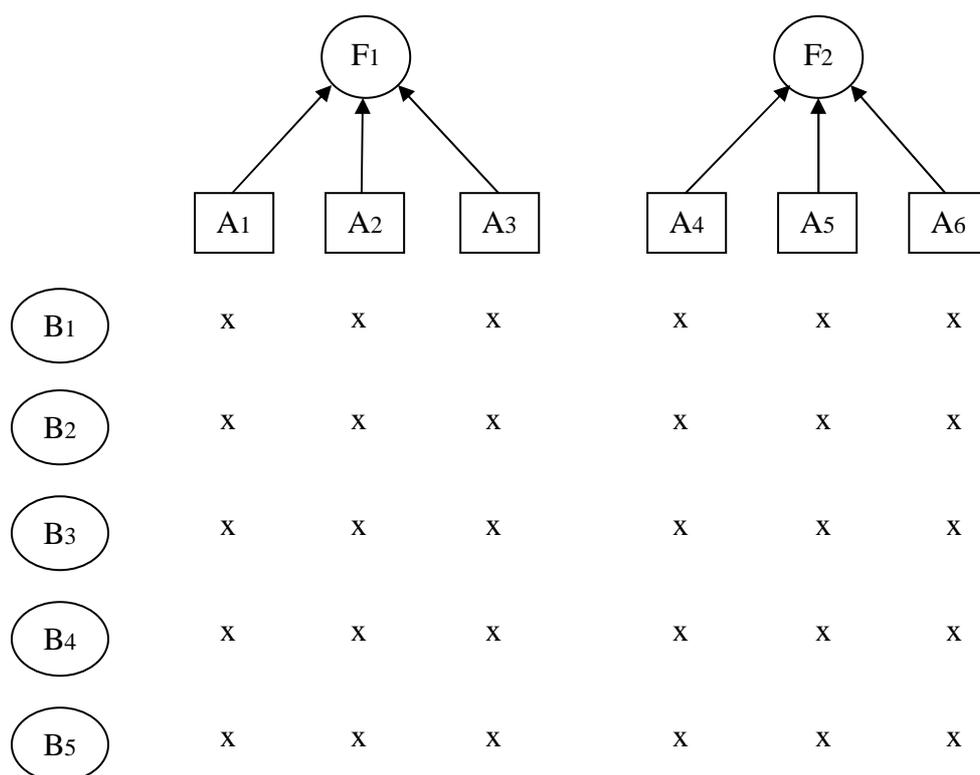


Figura 5 (3) – R-mode factor analysis.

Fonte: Adaptado de Corrar, Paulo e Dias Filho (2012, p. 82).

Onde:

B₁, B₂, B₃... = são os bancos pesquisados;

$A_1, A_2, A_3...$ = são as assertivas (para risco de crédito e governança corporativa);

$F_1, F_2...$ = são os fatores.

- **Critério de escolha dos fatores**

O número de fatores foi escolhido pelo **critério Kaiser** (variância explicada de no mínimo 1,0), também chamado de critério Autovalor (*Eigenvalue*). Desta forma, fatores que explicam um valor de variância inferior à capacidade de explicação das próprias variáveis do estudo não foram tratados.

- **Método escolhido para aumentar o poder de explicação da AF**

Foi escolhido o método de rotação **ortogonal Varimax**, pois a intenção consistiu em facilitar ao máximo o entendimento dos relacionamentos subjacentes entre as variáveis (fatores), haja vista que os métodos oblíquos criam relações entre fatores, sendo que isso produziria relações ainda mais complexas para análises subsequentes.

Além do mais, o critério de escolha das assertivas, a partir da Matriz dos Componentes Rotacionada, agrupadas em seus respectivos fatores, teve como fundamento a garantia da significância prática. Segundo Hair et al. (2009), tal critério não se baseia em nenhuma proposição matemática, apenas diz respeito a significância prática de um exame preliminar da matriz fatorial, considerando as cargas fatoriais; sendo que cargas de $\pm 0,50$ ou maiores são tidas como praticamente significantes.

Então, uma vez explicitadas às considerações acerca da AF, também é relevante enfatizar que os pressupostos desta técnica estatística – que são mais conceituais do que estatisticamente comprovados – de gaussianidade, multicolineariedade e linearidade impactam a AF no grau em que interferem na observação das correlações entre as variáveis (HAIR et al., 2009; CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012).

Além do mais, Hair et al. (2009) chamam a atenção para a importância que a multicolineariedade tem para a AF, pois, como esta técnica tem por finalidade a identificação de relacionamento entre um conjunto de variáveis, conseqüentemente, um pouco de multicolineariedade é viável.

De acordo com Hair et al. (2009) e Corrar, Paulo e Dias Filho (2012), o pesquisador também deve considerar outras orientações importantes na avaliação da AF, a saber: um forte embasamento teórico; o teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), ou seja, a Medida de

Adequação da Amostra: *Measure of Sampling Adequacy* (MSA); e o teste de esfericidade de Bartlett (*Bartlett's test of sphericity*).

Com relação ao embasamento teórico, o mesmo é relevante no sentido de pressupor a existência de uma estrutura antes de realizar a AF (HAIR et al., 2009). Já o teste de KMO está relacionado ao grau de explicação das variáveis a partir dos fatores encontrados na AF e, para que o mesmo possa descrever satisfatoriamente as variações das variáveis originais, ele deve exceder 0,50 para o teste geral, quanto para cada variável individual e, por conseguinte, eliminar uma por vez, as que apresentem valor inferior a 0,50, a começar pela de menor valor (HAIR et al.,2009; CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2012). E o teste de esfericidade de Bartlett indica, ao nível de significância estatística de 5% (sig. <0,05), que existem correlações suficientes entre as variáveis para aplicação da AF (HAIR et al.,2009).

3.5 Limitações

Realizar pesquisas acadêmicas em Finanças não é tarefa fácil, sobretudo quando se trata do segmento bancário. Pois os funcionários dos bancos têm receio em poder participar de pesquisas, ainda que no nível acadêmico, por ocasião de os mesmos trabalharem com políticas de negócios e informações financeiras de natureza sigilosas.

Nesta pesquisa, a maior dificuldade encontrada foi a localização geográfica dos bairros que tinham uma maior quantidade de bancos, isto é, muitos dos bairros eram distantes uns dos outros e, por conseguinte, perdeu-se muito tempo no deslocamento entre eles, haja vista que a aplicação dos questionários foi feita apenas pelo pesquisador. Por essa razão, não foi possível fazer visitas em mais agências bancárias.

Além disso, a época da coleta de dados não favoreceu muito esta pesquisa, já que a mesma ocorreu entre o final de fevereiro e início de março de 2014, haja vista que esse período de tempo nos bancos é muito intenso em decorrência de fechamento de balanços financeiros e, por conseguinte, muitos gestores não puderam participar da pesquisa.

4 Análise e discussão dos resultados

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados desta pesquisa, realizada nas agências bancárias da cidade do Recife (PE). Dessa forma, buscou-se responder à pergunta de pesquisa, cujo objetivo consistiu em investigar, segundo a visão dos gestores, se as boas práticas de governança corporativa das empresas pleiteantes de crédito podem contribuir para a redução do risco de crédito.

Partindo dessas considerações, os resultados encontram-se explicitados nas seguintes etapas, respectivamente: caracterização dos bancos; análise das informações sociais; análise descritiva do risco de crédito; análise descritiva da governança corporativa; resultados da análise fatorial para o risco de crédito; resultados da análise fatorial para a governança corporativa; e os resultados da análise fatorial para o risco de crédito e a governança corporativa.

4.1 Caracterização dos gestores dos bancos

Esta seção apresenta uma contextualização dos gestores dos bancos pesquisados, assim como o perfil dos gerentes de conta de pessoa jurídica (públicos e privados), distribuídos nas respectivas agências bancárias onde eles trabalham, e o total de gestores que participaram respondendo os questionários.

Tabela 1 (4) – Caracterização geral dos gestores por bancos
Representação dos bancos com suas respectivas agências e o total de questionários aplicados.

Ordem	Bancos	Tipo	Qdade. de agências	Total de gestores
1	Banco <i>Azteca</i> S.A.	Privado	1	1
2	Banco do Brasil S.A.	Público	7	10
3	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Público	1	1
4	Banco Bradesco S.A.	Privado	7	16
5	Caixa Econômica Federal	Público	5	7
6	Banco <i>Citibank</i> S.A.	Privado	1	3
7	HSBC <i>Bank</i> Brasil S.A. - Banco Múltiplo	Privado	2	2
8	Itaú Unibanco S.A.	Privado	5	19
9	Banco Safra S.A.	Privado	2	7
10	Banco Santander (Brasil) S.A.	Privado	7	14
TOTAL			38	80

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A Tabela 1 (4) da página anterior apresenta a caracterização geral dos gestores por bancos pesquisados, onde se observa que, dentre os 10 tipos de bancos participantes, 3 são públicos e 7 são privados, compreendidos em um total de 38 agências bancárias.

Percebe-se também que foi aplicado um total de 80 questionários nas referidas agências bancárias, ou seja, esse total representa a quantidade de gestores que participaram da presente pesquisa. Entretanto, é importante ressaltar que se obteve 100% dos casos válidos, isto é, cada um dos 80 gerentes respondeu todas as assertivas do questionário, consequentemente, não houve perda de informações (*missing values*).

Além do mais, foi feita a caracterização dos bancos e, como se percebe na Figura 6 (4), o maior percentual foi atribuído aos privados, com 70%; enquanto que os públicos representaram apenas 30%.

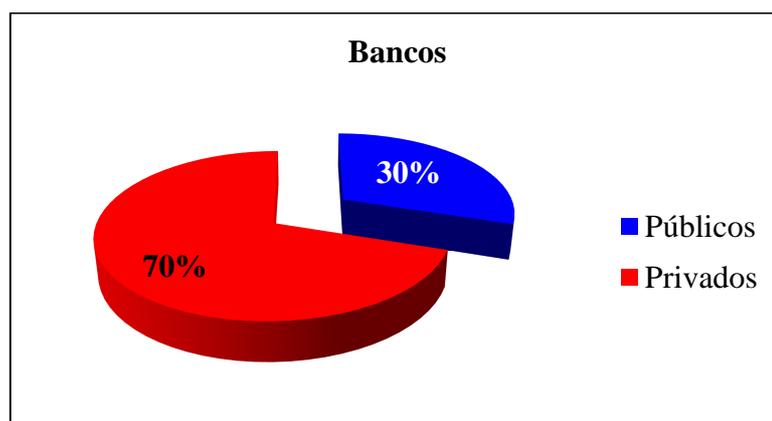


Figura 6 (4) – Caracterização dos bancos (total=10).

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

No que concerne à distribuição dos gestores dos bancos por tipo, a Figura 7 (4) traz esse detalhamento. Assim, observa-se que a maioria dos gestores que participaram da pesquisa foi dos bancos privados, representando um percentual de 78%, em comparação com apenas 22% dos bancos públicos.

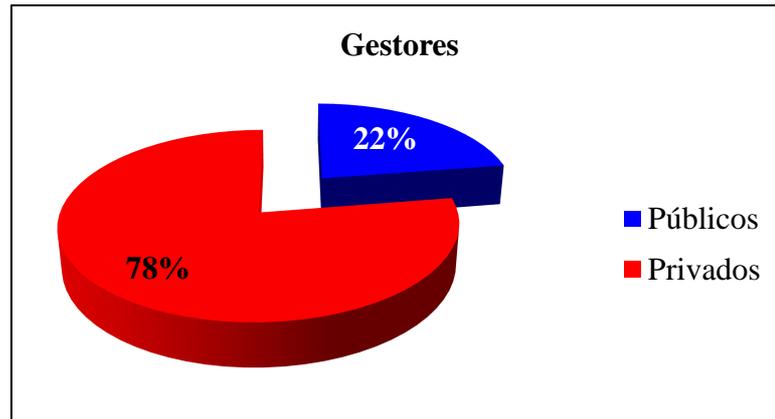


Figura 7 (4) – Distribuição dos gestores dos bancos por tipo (total=80).
 Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Já a Figura 8 (4) representa a participação dos gestores de bancos públicos, nas respectivas agências onde eles trabalham. Percebe-se que a grande maioria deles foi do Banco do Brasil S.A., com um percentual de 56%, seguido da Caixa Econômica Federal com apenas 39%.

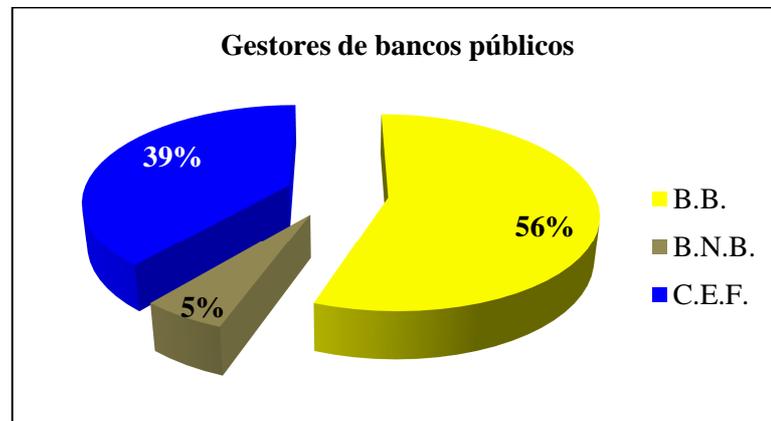


Figura 8 (4) – Participação dos gestores de bancos públicos.
 Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Agora com relação à participação dos gestores de bancos privados, nas respectivas agências onde eles trabalham, a Figura 9 (4) ilustra os respectivos detalhes. Observa-se que a maioria deles foi do Itaú Unibanco S.A., com um percentual de 31%, seguido do Banco Bradesco S.A. com 26% e do Banco Santander (Brasil) S.A. com 22%.

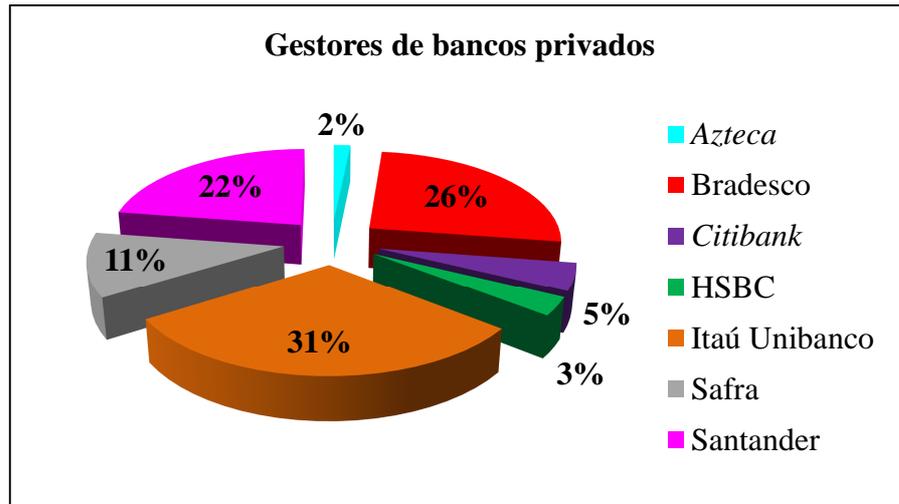


Figura 9 (4) – Participação dos gestores de bancos privados.
 Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Portanto, feita a caracterização dos bancos, com suas respectivas discriminações em públicos e privados e o perfil dos gestores (públicos e privados), passa-se agora à análise das informações sociais, referente à primeira parte do questionário.

4.2 Análise das informações sociais

As informações sociais estão sempre presentes nas pesquisadas acadêmicas, com a finalidade de apresentar o perfil dos participantes da pesquisa que contribuíram para a realização da investigação. Dessa forma, esta seção apresenta o perfil social dos gestores que participaram deste estudo.

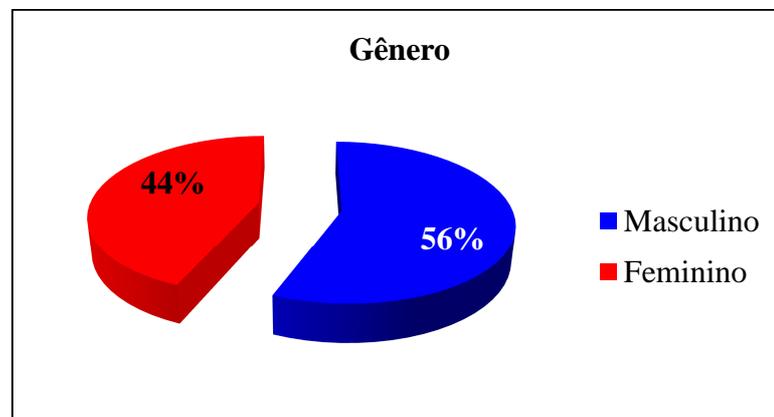


Figura 10 (4) – Distribuição dos gestores por gênero.
 Fonte: elaborado pelo pesquisador.

A Figura 10 (4) da página anterior apresenta a distribuição dos gestores por gênero, ou seja, masculino e feminino. Considerando-se o total de 80 gerentes que participaram desta pesquisa, percebe-se que a maioria deles foi do sexo masculino, com 56%; enquanto que 44% foram do sexo feminino.

Conforme se observa na Figura 11 (4), referente à distribuição dos gestores por idade, o percentual mais expressivo (de 25%) foi para a faixa de idade de 26 a 30 anos, sendo considerada a mais jovem em relação às subsequentes. As demais foram para as faixas de idade 31 a 35, 36 a 40, e 46 a 50 anos, com 16%, 19% e 16%, respectivamente.

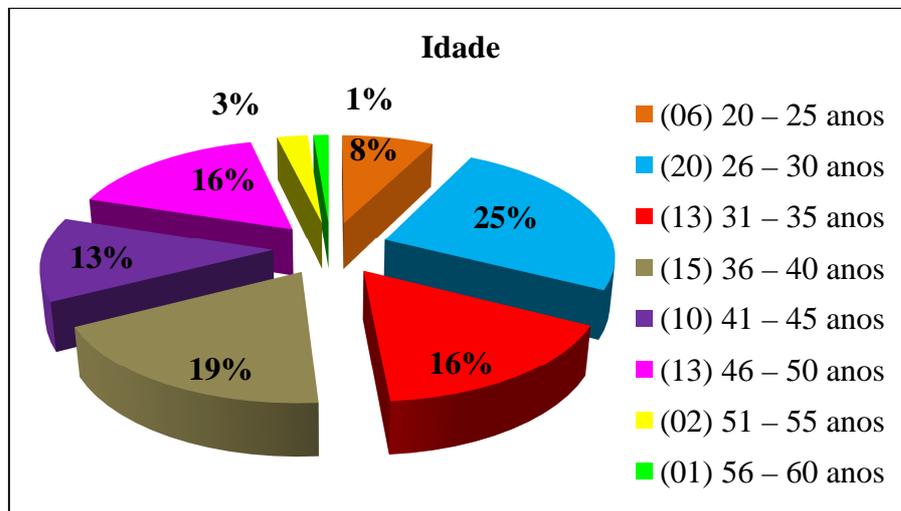


Figura 11 (4) – Distribuição das quantidades de gestores por faixa de idade.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Entretanto, a escala de faixa etária ainda contemplou os seguintes intervalos: idade de 61 e 65 e de 66 e 70 anos; porém, não houve gestores que tivessem idade para as referidas escalas.

Cruzando-se a faixa etária dos gestores com o gênero deles, se obteve a caracterização mostrada na Tabela 2 (4), da página a seguir. Constata-se que a grande maioria dos gestores está distribuída nas seis primeiras faixas etárias (em ano), respectivamente: 20 a 25, com 6 gestores; 26 a 30, com 20 gestores; 31 a 35, com 13 gestores; 36 a 40, com 15 gestores; 41 a 45, com 10 gestores; e 46 a 50, com 13 gestores.

Tabela 2 (4) – Quantidade de gestores por gênero e faixa de idade
Distribuição dos gestores por gênero, considerando suas respectivas faixas etárias (em ano).

Gênero	Faixa etária dos gestores (em ano)							
	20–25	26–30	31–35	36–40	41–45	46–50	51–55	56–60
Masculino	1	11	8	8	4	11	1	1
Feminino	5	9	5	7	6	2	1	0
TOTAL	6	20	13	15	10	13	2	1

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

No que diz respeito à formação acadêmica dos gestores, a Tabela 3 (4) mostra os respectivos detalhes. Percebe-se uma grande variedade na formação acadêmica dos gerentes, sendo que as três mais frequentes foram: Administração, com 46%; Ciências Contábeis, com 14%; e Economia, com 5%.

Tabela 3 (4) – Formação acadêmica dos gestores.
Distribuição de frequência (%) da formação acadêmica dos gestores.

Ordem	Formação acadêmica	Quantidade	Porcentagem
1	Administração	37	46%
2	Administração (em andamento)	4	5%
3	Administração e Economia	1	1%
4	Administração com Hab. em Marketing	2	3%
5	Arquitetura e Urbanismo e Administração	1	1%
6	Biologia	1	1%
7	Ciências Contábeis	11	14%
8	Comunicação Social	2	3%
9	Direito	1	1%
10	Direito e Ciências Contábeis	1	1%
11	Economia	4	5%
12	Economia (em andamento)	1	1%
13	Engenharia Civil	1	1%
14	Fonoaudiologia	1	1%
15	Geografia	1	1%
16	Informática	1	1%
17	Jornalismo	1	1%
18	Logística	1	1%
19	Matemática	1	1%
20	Relações Públicas	3	4%
21	Relações Públicas e Comunicação Social	1	1%
22	Secretário Executivo Bilingue	1	1%
23	Sistemas de Informação	1	1%
24	Turismo	1	1%
TOTAL		80	100%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Porém, apesar de estudos acadêmicos não fazer menção a formação acadêmica das pessoas que trabalham em bancos, supunha-se que as referidas graduações, referentes às Ciências Sociais Aplicadas, fossem as predominantes na pesquisa.

Por sua vez, a Tabela 4 (4) da página seguinte ilustra a caracterização do nível de pós-graduação dos gestores. Como se pode observar, somente 39 gestores possuem curso de pós-graduação, apenas no nível “*lato sensu*” (compreendendo especialização e MBA). Neste sentido, os três cursos de pós-graduação mais frequentes foram: Administração Financeira, com 13%; Gestão de Negócios, com 8%; e MBA em Gestão Empresarial, com 8%.

Tabela 4 (4) – Caracterização do nível de pós-graduação dos gestores.
Distribuição de frequência (%) do nível de pós-graduação (*Lato Sensu*) dos gestores.

Ordem	Pós-graduação (<i>Lato Sensu</i>)	Qdade.	Porcen.
1	Administração com ênf. em Marketing / Gestão Empresarial	1	3%
2	Administração Financeira	5	13%
3	Administração Financeira em Bancos	1	3%
4	Administração em Marketing	1	3%
5	Consultoria Cont-Fin / Adm. em Mkt. / MBA em Ges. Emp.	1	3%
6	Direito Difuso e Coletivo / Dir. Trabalhista / Dir. Tributário	1	3%
7	Finanças	1	3%
8	Finanças e Controladoria	1	3%
9	Gestão da Capacidade Humana	1	3%
10	Gestão da Capacidade Humana nas Organizações	1	3%
11	Gestão de Crédito	1	3%
12	Gestão de Negócios	3	8%
13	Gestão de Pessoas	2	5%
14	Gestão Financeira	2	5%
15	Gestão Pública / Finanças Corporativas	1	3%
16	Gestor de Pessoa Jurídica	1	3%
17	Marketing	1	3%
18	Marketing de Serviço / Finanças	1	3%
19	Marketing e Vendas	1	3%
20	Marketing em Administração	1	3%
21	MBA em <i>Banking</i> (em andamento)	1	3%
22	MBA em Gestão de Crédito / Comércio Exterior	1	3%
23	MBA em Gestão de Pessoas	1	3%
24	MBA em Gestão Empresarial	3	8%
25	MBA em Gestão Empresarial e de Pessoas	1	3%
26	Perícia Contábil	1	3%
27	Planejamento e Gestão Organizacional	2	5%
28	Psicologia Organizacional	1	3%
TOTAL		39	100%

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Já a Tabela 5 (4) da página seguinte traz a caracterização do tempo de serviço dos gestores nos bancos. Percebe-se que as faixas de tempo mais expressivas foram: de 0 a 5,9; 6 a 9,9; e 10 a 14,9 anos, cada uma com um total de 29, 20 e 17 gestores, respectivamente.

Tabela 5 (4) – Caracterização do tempo de serviço dos gestores nos bancos.
Distribuição dos gestores por banco, considerando as faixas do tempo de serviço (em ano).

Ordem	Bancos	Tempo de serviço nos bancos (em ano)						
		0–5,9	6–9,9	10–14,9	15–19,9	20–24,9	25–29,9	30–35
1	<i>Azteca</i>	1	0	0	0	0	0	0
2	B.B.	1	2	5	0	0	1	1
3	B.N.B.	0	1	0	0	0	0	0
4	Bradesco	3	9	2	0	1	1	0
5	C.E.F.	2	0	3	0	1	1	0
6	<i>Citibank</i>	2	0	1	0	0	0	0
7	HSBC	0	0	0	1	1	0	0
8	Itaú Unibanco	9	1	5	0	1	1	2
9	Safra	5	1	0	0	0	1	0
10	Santander	6	6	1	0	1	0	0
TOTAL		29	20	17	1	5	5	3

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Também se verifica que mais da metade dos gerentes que trabalham nos referidos bancos estão compreendidos na faixa de tempo de serviço entre zero e aproximadamente 15 anos.

Com relação à caracterização dos gestores em relação aos cargos ocupados nos bancos, a Tabela 6 (4) da página seguinte ilustra os detalhes. Conforme se verifica, a denominação dos cargos ocupados pelos gerentes varia muito, conseqüentemente, as três denominações mais utilizadas por eles foram, respectivamente: Gerente de Pessoa Jurídica, com 39%; Gerente de Relacionamento de Pessoa Jurídica, com 19%; e Gerente de Empresas, com 10%.

Todavia, é pertinente salientar que, apesar de ter havido uma variação em relação à nomenclatura dos cargos ocupados pelos gestores, tais cargos dizem respeito às mesmas atribuições de um gerente de conta de pessoa jurídica. Pois, muitos dos gestores disseram que as diferenças de nomenclatura se devem, por exemplo: ao próprio setor de pessoa jurídica, haja vista que existem vários níveis hierárquicos, ou seja, Gerente I, Gerente II etc.; e ao banco, pelo fato de não existir um padrão de cargos para todos os bancos.

Tabela 6 (4) – Caracterização dos gestores em relação aos cargos ocupados nos bancos.
Distribuição de frequência (%) dos cargos dos gestores nos bancos.

Ordem	Cargos ocupados nos bancos	Quantidade	Porcentagem
1	Coord. de Equipe de Pessoa Jurídica	1	1%
2	Gerente Assistente de PJ	2	3%
3	Gerente <i>Business</i>	1	1%
4	Gerente Comercial de PJ	3	4%
5	Gerente de Atendimento de PJ	3	4%
6	Gerente de Contas de PJ	3	4%
7	Gerente de Empresas	8	10%
8	Gerente de Empresas I	1	1%
9	Gerente de Empresas II	2	3%
10	Gerente de Negócios	1	1%
11	Gerente de Pessoa Jurídica	31	39%
12	Gerente de Relac. de Empresas	4	5%
13	Gerente de Relac. de Empresas I	1	1%
14	Gerente de Relacionamento de PJ	15	19%
15	Gerente de Suporte	1	1%
16	Gerente Empresarial	1	1%
17	Gerente Eventual de PJ	1	1%
18	Gerente <i>Middle</i>	1	1%
TOTAL		80	100%

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Agora, a Tabela 7 (4) da página seguinte diz respeito à caracterização do tempo de serviço dos gestores nos cargos ocupados nos bancos. Verifica-se que houve uma maior concentração do tempo de serviço dos gerentes nos cargos para as seguintes faixas: de 0 a 5,9; 6 a 9,9; e 10 a 14,9 anos, sendo que o total deles foram de 50, 12 e 9 gestores, respectivamente.

Adicionalmente, a maioria dos gestores está compreendida nos seguintes cargos, respectivamente: Gerente de Pessoa Jurídica (total de 22) e Gerente de Relacionamento de Pessoa Jurídica (total de 7).

Tabela 7 (4) – Caracterização do tempo de serviço dos gestores nos cargos ocupados nos bancos.

Distribuição dos gestores por nomenclatura dos cargos adotados pelas instituições financeiras, segundo a faixa de tempo de serviço (em ano).

Ordem	Cargos ocupados nos bancos	Tempo de serviço nos cargos (em ano)					
		0–5,9	6–9,9	10–14,9	15–19,9	20–24,9	25–30
1	Coord. de Equipe de PJ	0	1	0	0	0	0
2	Ger. Assistente de PJ	2	0	0	0	0	0
3	Ger. <i>Business</i>	0	0	1	0	0	0
4	Ger. Comercial. de PJ	0	0	0	2	0	1
5	Ger. de Atend. de PJ	2	0	1	0	0	0
6	Ger. de Contas de PJ	3	0	0	0	0	0
7	Ger. de Empresas	5	1	1	0	1	0
8	Ger. de Empresas I	1	0	0	0	0	0
9	Ger. de Empresas II	1	0	1	0	0	0
10	Ger. de Negócios	0	0	0	0	1	0
11	Ger. de PJ	22	4	4	1	0	0
12	Ger de Relac. de Emp.	3	0	0	0	1	0
13	Ger de Relac. de Emp. I	0	1	0	0	0	0
14	Ger de Relac. de PJ	7	5	1	2	0	0
15	Ger. de Suporte	1	0	0	0	0	0
16	Ger. Empresarial	1	0	0	0	0	0
17	Ger. Eventual de PJ	1	0	0	0	0	0
18	Ger. <i>Middle</i>	1	0	0	0	0	0
TOTAL		50	12	9	5	3	1

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Portanto, uma vez caracterizado o perfil social dos gerentes, ao longo deste tópico, prossegue-se agora para a análise descritiva do risco de crédito, que se referente à segunda etapa do questionário.

4.3 Análise descritiva do risco de crédito

A finalidade desta seção é explicitar o grau de relevância que os gerentes de conta de pessoa jurídica atribuíram, com base nas suas percepções, e não dos bancos, aos critérios considerados na análise de concessão de crédito.

Tendo em vista os percentuais do conjunto das assertivas (8 a 13), conforme os resultados apresentados na Figura 12 (4), os gestores atribuíram “máxima relevância” ao

conjunto dos seis C's do Crédito, ou seja, o grau de relevância considerado por eles é de natureza indispensável à análise de concessão de crédito.

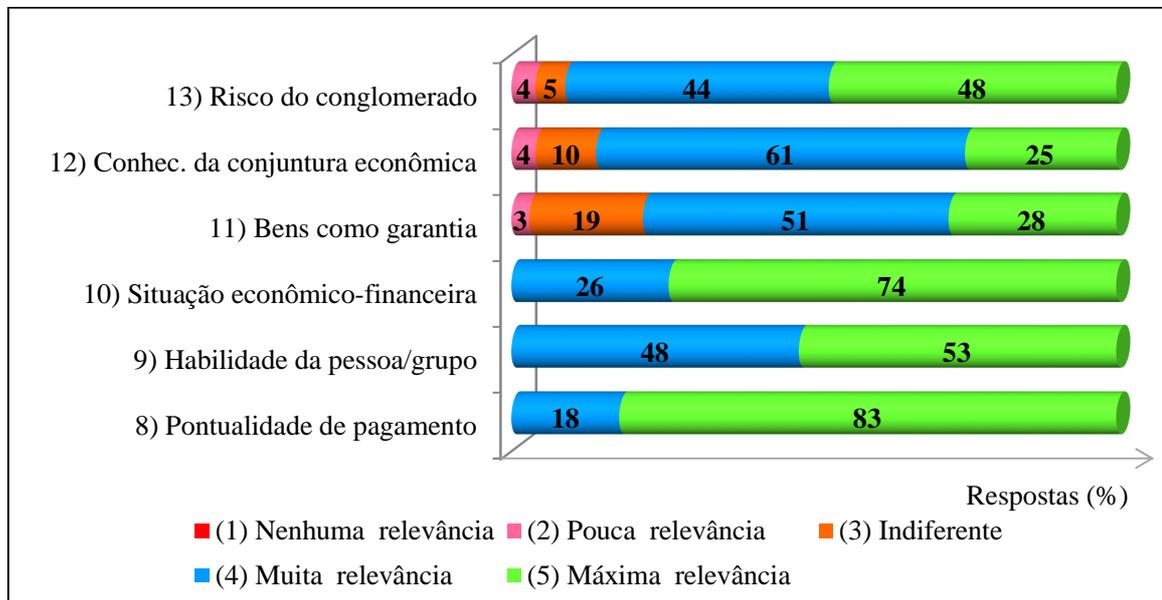


Figura 12 (4) – Relevância dos C's do Crédito, relativa às assertivas 8 a 13.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Contudo, é importante ressaltar que, apesar de os C's do Crédito serem caracterizados pela literatura como uma abordagem qualitativa (BRITO; ASSAF NETO; CORRAR, 2009; BRITO), muitos dos participantes da pesquisa enfatizaram que, embora a análise de uma solicitação de crédito de uma empresa seja feita eletronicamente, isto é, pelo próprio sistema do banco, os C's do Crédito fazem parte dessa análise propriamente dita.

Adicionalmente, apesar de a análise conjunta dos seis C's do Crédito ser considerada importante pela literatura para análise de concessão de crédito, mais da metade dos gestores atribuíram, ainda com base na Figura 12 (4), “máxima relevância” a três deles, em particular: a pontualidade de pagamento da empresa demandante de crédito (assertiva 8: caráter), com 83%; a habilidade da pessoa ou grupo de pessoas no gerenciamento da empresa (assertiva 9: capacidade), com 53%; e a situação econômico-financeira da empresa (assertiva 10: capital), com 74%.

Ainda com relação à análise conjunta dos seis C's do Crédito, relacionando-os ao não pagamento de crédito por parte das empresas demandantes, mais da metade dos gerentes consideraram esses critérios de análise com sendo de “muita relevância”, de acordo com a Figura 13 (4), referente à assertiva catorze do questionário.

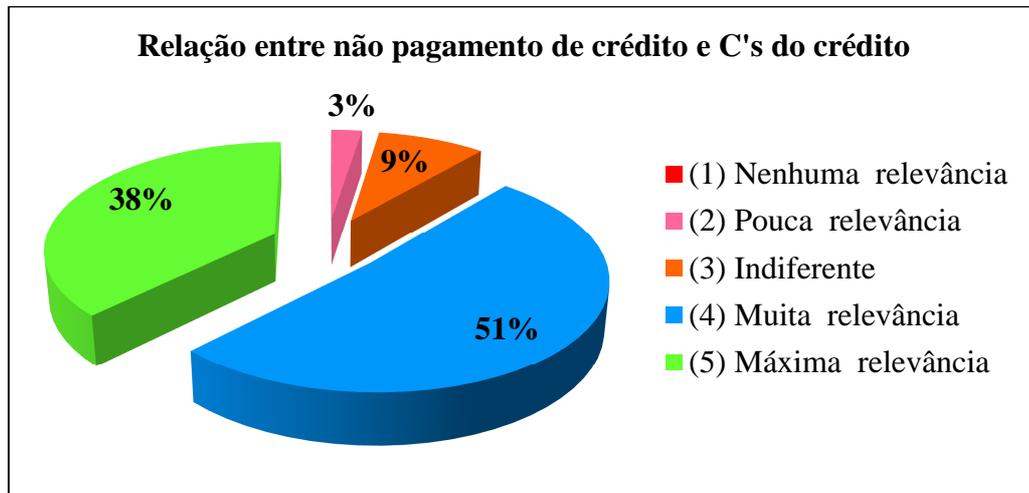


Figura 13 (4) – Percepção dos gestores com relação ao não pagamento de crédito e os C's do Crédito, relativa à assertiva 14.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Em outras palavras, a Figura 13 (4) evidencia que 51% dos gestores consideraram que o não cumprimento das promessas de pagamento das empresas pleiteantes de crédito está relacionado aos C's do Crédito. Este resultado é condizente com a teoria e, apesar de os C's do Crédito consistir em uma eficiente identificação do risco de crédito, no que concerne ao pagamento dos recursos tomados, tais critérios também envolvem fatores considerados difíceis de serem mensurados, como por exemplo, certas variáveis relacionadas à empresa demandante, entre elas a capacidade administrativa dos gestores e a qualidade dos controles internos (SANTOS; FAMÁ, 2007; BRITO; ASSAF NETO; CORRAR, 2009).

Os participantes da pesquisa também relataram que muitas das empresas que pleiteiam crédito junto aos bancos não atende de maneira eficaz ao conjunto de premissas dos seis C's do Crédito, sendo essa uma das razões para terem suas solicitações de crédito indeferidas logo de imediato. Eles ainda comentaram que existem outras razões para o não cumprimento das promessas de pagamento estar relacionados aos C's do Crédito, porém, eles não informaram quais são por se tratar de informações confidenciais.

Para as assertivas da ficha cadastral de pessoa jurídica, delimitando informações gerais como a identificação da empresa pleiteante de crédito e o ramo de atividade, os resultados apresentados na Figura 14 (4) mostram, com base nos percentuais do conjunto das assertivas (15 a 23), que os gestores classificaram as referidas informações como sendo “muito relevante”.

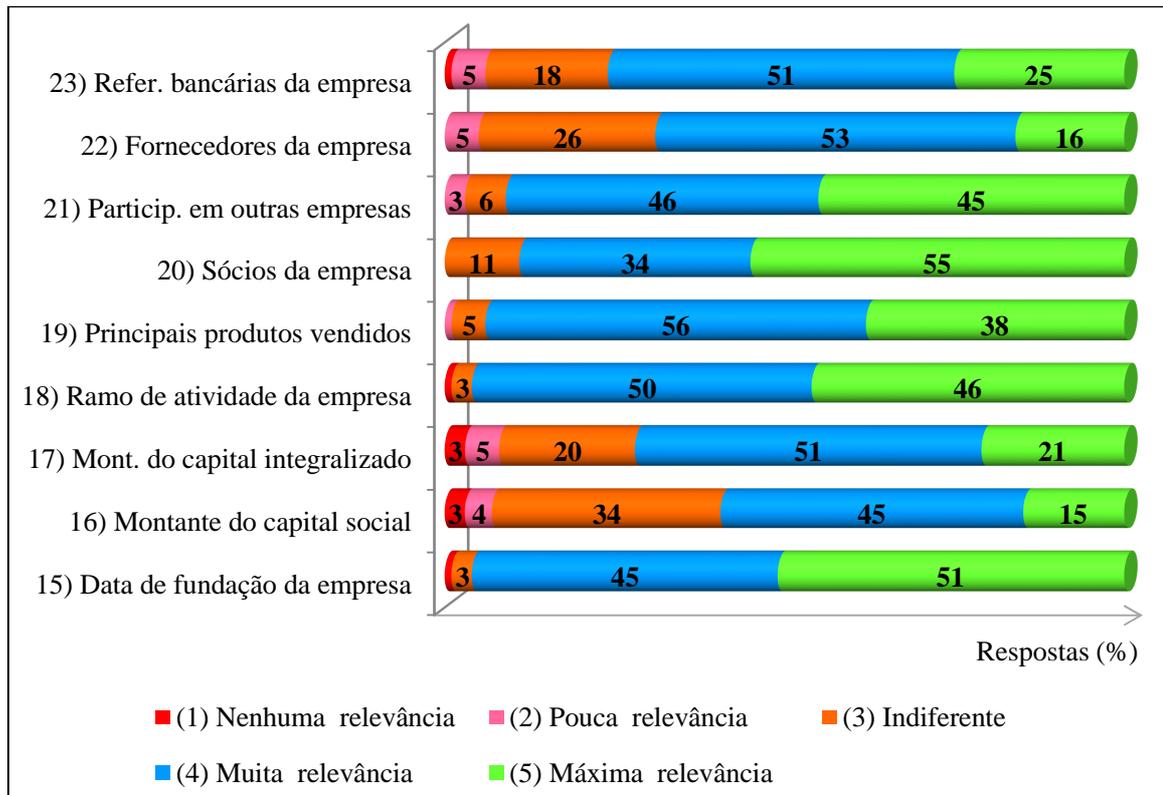


Figura 14 (4) – Percepção dos gestores com relação às informações gerais da ficha cadastral de pessoa jurídica, relativas às assertivas 15 a 23.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Os gerentes ainda atribuíram, como mostra a Figura 14 (4), “máxima relevância” para as seguintes assertivas: a data de fundação da empresa de mandante de crédito, com 51% (assertiva 15); o ramo de atividade da empresa, com 46% (assertiva 18); os nomes dos sócios da empresa, com 55% (assertiva 20); e a participação em outras empresas, com 45% (assertiva 21). Esses resultados já eram esperados, pois muitos dos participantes da pesquisa já tinham relatado, durante a coleta de dados, que esses quatro critérios fazem parte das informações preliminares, sendo muito importantes para a análise da solicitação de crédito.

Além do mais, conforme se observa nos resultados da Figura 14 (4), os gestores consideraram algumas assertivas como sendo de “muita relevância”, a saber: o montante do capital integralizado, com 51% (assertiva 17); os principais produtos vendidos, com 56% (assertiva 19); os fornecedores da empresa, com 53% (assertiva 22); e as referências bancárias da empresa, 51% (assertiva 23).

Ainda considerando a análise das informações da ficha cadastral de pessoa jurídica, agora no que diz respeito há alguns dos indicadores da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Figura 15 (4) explicita os referidos resultados. A partir dos percentuais das assertivas (24 a 28), se percebe que os gerentes as consideraram como sendo “muito relevantes” para a análise da solicitação de crédito.

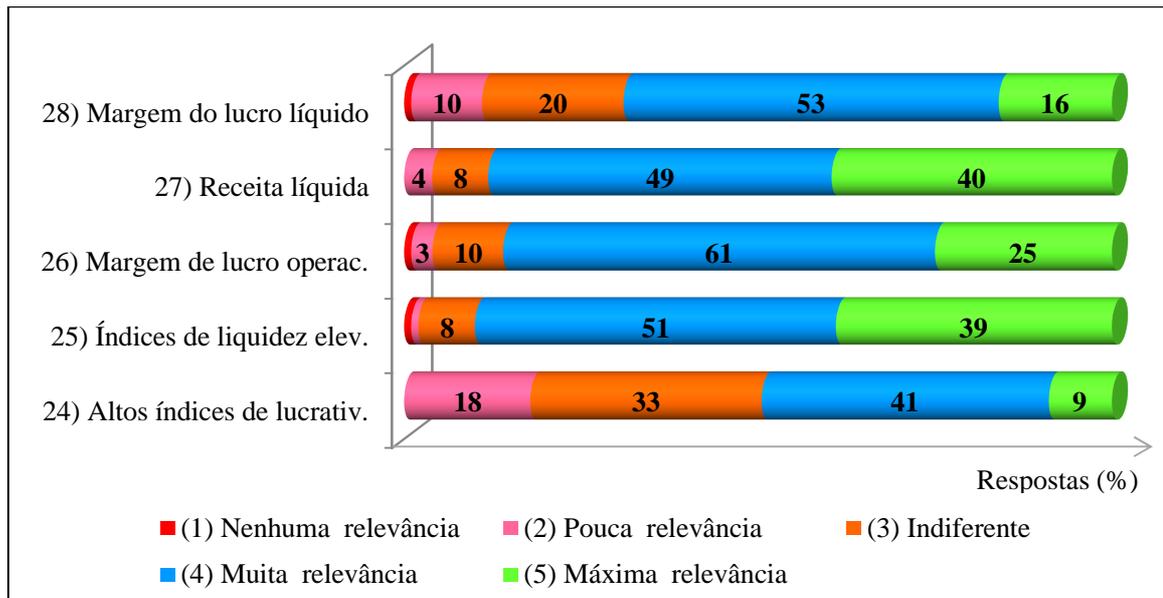


Figura 15 (4) – Percepção dos gestores com relação aos indicadores contábeis da ficha cadastral de pessoa jurídica, referentes às assertivas 24 a 28.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Segundo os gestores, a análise de solicitação de crédito de uma empresa pleiteante não se restringe apenas a análise dos C's do Crédito e da ficha cadastral de pessoa jurídica. Os mesmos ainda mencionaram que antes de o crédito solicitado pela empresa ser aprovado, o gestor tem que fazer uma visita à referida empresa, com o objetivo de conhecer melhor o empreendimento e analisar se o crédito demandado é viável para o mesmo.

Esse resultado é congruente ao encontrado por Barbosa (2012), e a autora ainda argumenta que mesmo após o crédito ter sido aprovado, o gestor faz visitas periódicas à empresa, a fim de verificar se o recurso está sendo aplicado de maneira eficaz.

É importante salientar que a teoria não evidencia um elenco de índices, componentes das demonstrações financeiras, que sejam pertinentes de serem considerados numa análise de concessão de crédito a empresas pleiteantes. Porém, os índices oriundos da DRE, presentes na

ficha cadastral de pessoa jurídica desta pesquisa, foram considerados com base na literatura de Silva (2008), sendo que este autor não os agrupa em uma ordem de importância.

Segundo os participantes da pesquisa, toda a análise de solicitação de crédito de uma empresa pleiteante é feita eletronicamente, ou seja, pelo sistema dos bancos. Contudo, eles ainda enfatizaram que os bancos estão sempre aperfeiçoando seus sistemas de controles internos, a fim de reduzir mais e mais o risco de crédito.

Adicionalmente, os gerentes fizeram uma consideração importante sobre o processo de concessão de crédito: mesmo que uma determinada solicitação de crédito seja deferida pelo sistema do banco, com base nas informações da empresa pleiteante, o gerente de conta de pessoa jurídica tem o poder de decisão para indeferi-la, caso ele julgue que determinadas informações não condigam com a realidade da empresa.

Nesta situação, o gestor comunica o caso ao comitê de crédito do banco, a fim de que esse órgão, juntamente com o mesmo gerente de conta pessoa jurídica que fez a análise da solicitação de crédito e o gerente geral da agência, delibere sobre fato ocorrido. Todavia, ressalta-se ainda que eles não puderam relatar com mais detalhes sobre esse e outros casos que ocorrem numa solicitação de crédito por se tratar de informações de natureza confidencial, isto é, únicas e exclusivamente dos bancos.

De modo geral, os resultados apontam que a importância atribuída pelos gestores aos critérios considerados na análise de concessão de crédito, tendo como base os percentuais das assertivas dos C's do Crédito e da ficha cadastral de pessoa jurídica, é de “máxima relevância” e “muita relevância”, respectivamente.

Além do mais, os gerentes consideram que o não cumprimento das promessas de pagamento das empresas demandantes de crédito está associado, na maioria das vezes, ao fato de elas não atenderem aos critérios dos seis C's do Crédito, cujo percentual mostrado na Figura 13 (4) foi de 51%.

Por fim, os gestores também enfatizaram que o fato de muitos empresários não possuir uma qualificação profissional, e até mesmo não recorrer a uma orientação do próprio Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) antes de solicitar um crédito ao banco, também contribui para o aumento das taxas de inadimplência dos créditos não pagos, pelas empresas, aos bancos. Assim, segue-se agora para a análise descritiva da governança corporativa, referente à terceira parte do questionário.

4.4 Análise descritiva da governança corporativa

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados sobre a percepção dos gerentes de conta de pessoa jurídica, e não dos bancos, acerca das práticas de governança corporativa das empresas que pleiteiam crédito.

De acordo com o conjunto de percentuais das assertivas (29 a 34) da Figura 16 (4), referentes às boas práticas de governança corporativa, se percebe, no geral, que os gestores “concordam um pouco” sobre as mesmas.

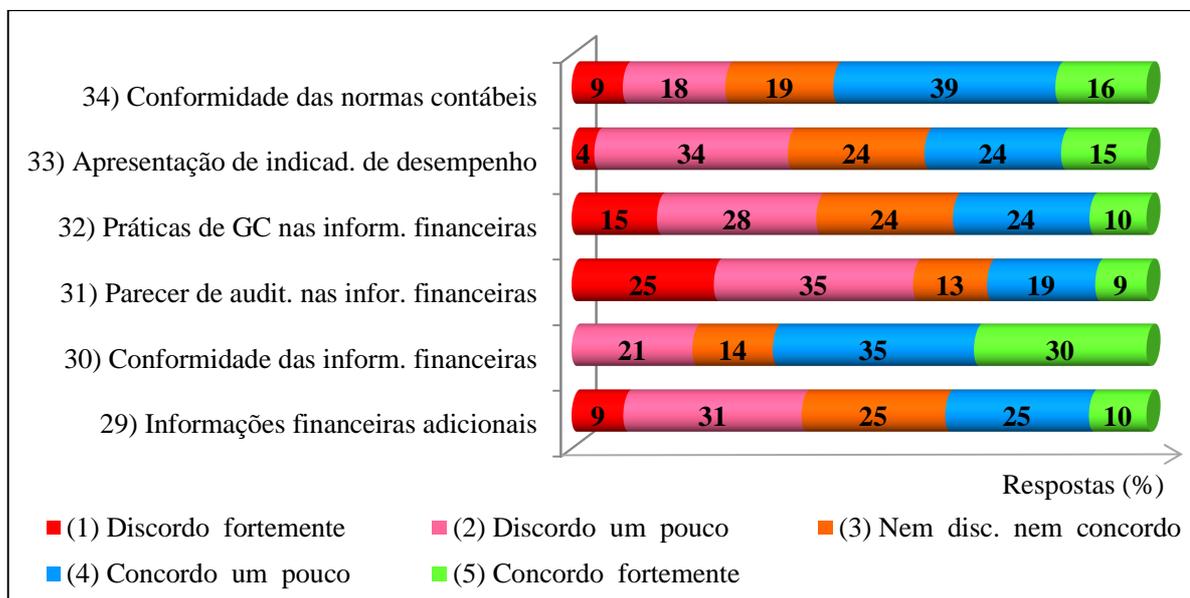


Figura 16 (4) – Percepção dos gestores acerca das boas práticas de governança corporativa, relativas às assertivas 29 a 34.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Esse resultado já era esperado, pois durante a fase de coleta de dados, os gerentes comentaram que o fato de muitas empresas serem de porte pequeno e médio, o conhecimento delas sobre o tema ainda era incipiente e, por conseguinte, as demonstrações financeiras de muitas delas não evidenciam práticas de governança corporativa, a exemplo das seguintes assertivas: informações financeiras adicionais, com 31% (assertiva 29); parecer de auditores nas informações financeiras, com 35% (assertiva 31); e apresentação de indicadores de desempenho, com 34% (assertiva 33).

A referida constatação corrobora com a pesquisa realizada por Barbosa (2012), haja vista que a autora enfatiza que além da falta de conhecimento de muitas empresas sobre o

tema, elas iriam incorrer em altos custos para implementar práticas de governança corporativa em suas demonstrações financeiras.

Porém, é pertinente ressaltar que, apesar de o fato de muitas das demonstrações financeiras das empresas demandantes de crédito não evidenciarem práticas de governança corporativa, as assertivas 30 e 34 da Figura 16 (4), “conformidade das informações financeiras” (concordo um pouco: 35%) e “conformidade das normas contábeis” (concordo um pouco: 39%), respectivamente, explicitam que os gerentes atribuíram percentuais significativos para ambas, em relação às demais.

Em outras palavras, os gestores argumentaram que em decorrência de várias empresas não possuírem práticas de governança corporativa em suas demonstrações financeiras, elas têm se empenhado em apresentar tais relatórios em conformidade com as normas exigidas pelo banco, enquanto condição essencial para terem suas solicitações de crédito deferidas.

A percepção dos gestores de pessoa jurídica em relação às práticas de governança corporativa das empresas pleiteantes de crédito, estão apresentados na Figura 17(4).

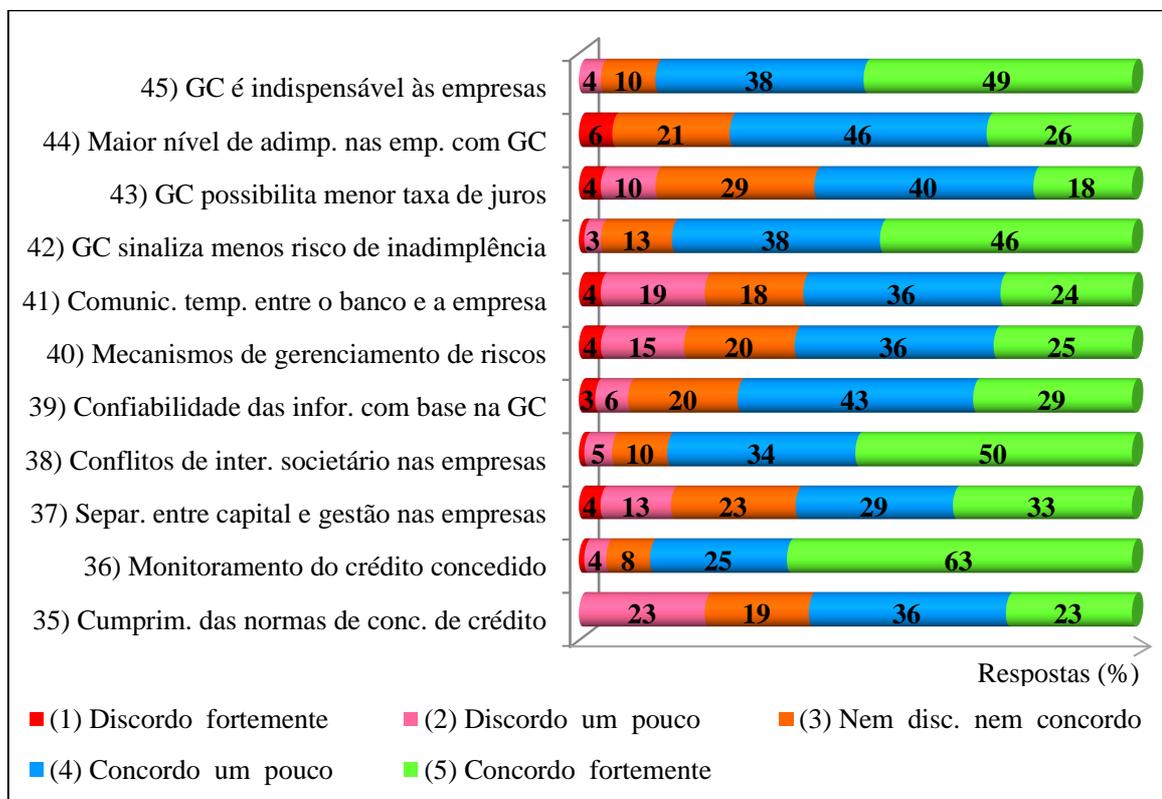


Figura 17 (4) – Percepção dos gestores sobre as práticas de governança corporativa das empresas solicitantes de crédito, referentes às assertivas 35 a 45.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

De modo geral, observa-se que a visão deles, a partir dos percentuais das assertivas (35 a 45), é que “concordam um pouco” com as mesmas.

Os gestores argumentaram, durante a fase de coleta de dados, que o perfil da grande maioria das empresas pleiteantes de crédito é de porte pequeno e médio, conseqüentemente, muitas delas ainda não possuem práticas de governança corporativa, conforme explicitado. Entretanto, eles afirmaram que as principais motivações das empresas para adorem boas práticas de governança corporativa consistem em transmitir uma maior transparência e relacionamento com os bancos e facilitar o acesso delas ao crédito, percepções essas que corroboram com os resultados do estudo de Ponte et al. (2012).

Na pesquisa realizada por Barbosa (2012), os resultados da autora evidenciaram que os gerentes também consideram importante que as empresas pleiteantes de crédito adotem boas práticas de governança corporativa, no sentido de que elas possam transmitir ao banco uma transparência e segurança, de modo especial, na análise do processo de concessão de crédito. A constatação dessa autora reflete a visão dos gestores ao se observar ainda as assertivas 42 e 45 da Figura 17 (4), respectivamente: a governança corporativa sinaliza menos risco de inadimplência (concorda fortemente: 46%) e é indispensável às empresas (concorda fortemente: 49%).

Além do mais, esse resultado também corrobora com os da pesquisa realizada por Fortuna (2007), em que o autor argumenta que a importância atribuída às boas práticas de governança corporativa entre as empresas e o sistema bancário ajuda a minimizar o risco de crédito dos bancos e, por conseguinte, a evitar uma crise financeira, no sentido de manter a continuidade dos sistemas de pagamentos e de créditos.

Dessa forma, os resultados apresentados evidenciam que a percepção que os gestores têm acerca das empresas pleiteantes de crédito é que eles “concordam pouco” com as práticas de governança corporativa dessas empresas, ou seja, muitas delas ainda não as adotam, sendo que as principais razões são: o porte delas, em virtude de muitas serem pequenas e médias; o pouco conhecimento que os dirigentes delas têm sobre o tema; e o alto custo para implementá-las. Neste sentido, essas constatações são congruentes com os resultados de outras pesquisas acadêmicas (FORTUNA, 2007; PONTE et al., 2012; BARBOSA, 2012).

No que diz respeito aos atributos de gestão, referentes aos mecanismos de governança corporativa que são considerados na análise de concessão de crédito, a Tabela 7 (4) da página seguinte ilustra os respectivos resultados.

Tabela 8 (4) – Atributos de gestão referentes os mecanismos de governança corporativa que são considerados na análise de concessão de crédito.

Distribuição de frequência (%), sobre a percepção dos gestores, relativa às assertivas 46 a 50 referentes aos mecanismos de governança corporativa.

Assertivas	SIM		NÃO	
	Qdade.	%	Qdade.	%
46) Entre os critérios estabelecidos pelo banco em suas normas e procedimentos internos, referentes à concessão de crédito, a governança corporativa está presente?	66	83%	14	18%
47) As práticas de governança corporativa, adotadas pelas empresas demandantes de crédito, são relevantes no processo de análise e concessão de crédito?	73	91%	7	9%
48) O fato de as empresas, que pleiteiam crédito junto aos bancos, adotarem práticas de governança corporativa pode contribuir para que elas tenham a sua solicitação de crédito aprovada?	59	74%	21	26%
49) O banco disponibiliza linhas especiais de crédito as empresas que adotam boas práticas de governança corporativa?	31	39%	49	61%
50) Na sua percepção, as empresas demandantes de crédito que adotam boas práticas de governança corporativa sinalizam ao banco uma maior segurança e retorno do recurso concedido?	78	98%	2	3%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

No geral, verifica-se, a partir dos percentuais das assertivas (46 a 50), a existência de mecanismos de governança corporativa que fazem parte da análise de concessão de crédito e, conseqüentemente, a maioria deles é levada em consideração na liberação desse recurso, segundo a percepção dos gestores.

Sobre os critérios estabelecidos pelos bancos em seus regulamentos, visando à concessão de crédito (assertiva 46), perguntou-se aos gerentes se as práticas de governança corporativa fazem parte dos mesmos. Conseqüentemente, a Tabela 7 (4) indica que 83% dos gestores afirmaram que nas agências onde eles trabalham a governança corporativa faz parte das normas de concessão de crédito.

Esse percentual significativo para a referida resposta afirmativa ratifica os resultados da pesquisa de Ponte et al. (2012), no sentido de que as boas práticas de governança

corporativa vem sendo discutidas tanto no meio corporativo quanto no acadêmico e, por conseguinte, implementadas pelos agentes de mercado, neste caso, os bancos.

No que tange a relevância das práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito, para o processo de análise de concessão de crédito (assertiva 47), a Tabela 7 (4) ilustra que 91% dos gerentes explicitaram que elas são de natureza relevante.

Essa constatação é congruente com os resultados da pesquisa realizada por Barbosa (2012), pois a autora também evidenciou em seu estudo que as boas práticas de governança corporativa, adotadas pelas empresas pleiteantes de crédito, fazem parte das informações consideradas no processo de análise de concessão de crédito.

Com relação ao fato de as empresas demandantes de crédito adotarem práticas de governança corporativa, visando à aprovação de suas solicitações de crédito (assertiva 48), a Tabela 7 (4) mostra que 74% dos gestores mencionaram que elas podem sim terem seus pedidos deferidos. Esse achado reforça a confirmação do resultado anterior, e também corrobora com a pesquisa de Fortuna (2007), haja vista que nos seus resultados, esse autor também evidenciou que a governança corporativa é vital para aprovação de crédito.

Em se tratando de os bancos disponibilizarem linhas especiais de crédito as empresas que adotam boas práticas de governança corporativa (assertiva 49), a Tabela 7 (4) evidencia que somente 39% dos gerentes informaram que nos bancos em que eles trabalham essa informação procede.

Embora esse percentual de 39% não seja expressivo, percebe-se que os bancos já estão articulando linhas especiais de crédito as boas práticas de governança corporativa das empresas demandantes, pois, conforme Erfurth e Bezerra (2013), elas sinalizarão mais confiança à medida que divulgarem informações oportunas para todos os seus usuários internos (sócios e clientes) e externos (órgãos de controle, bancos etc.).

Por outro lado, esse resultado é contrário ao encontrado por Barbosa (2012), uma vez que nos bancos pesquisados pela autora, eles não possuem linhas especiais de crédito para empresas que adotam boas práticas de governança corporativa, ainda que ela tenha constatado a importância das mesmas para a liberação de crédito. Dessa forma, é possível que os bancos pesquisados pela autora também façam parte dos 61%, assertiva 49 da Tabela 7 (4), dos bancos desta pesquisa que também não possuem linhas especiais de crédito para empresas que fazem uso das práticas de governança corporativa.

Acerca da percepção dos gestores, em relação às práticas de governança corporativa das empresas pleiteantes de crédito transmitirem mais segurança do recurso concedido pelo banco (assertiva 50), a Tabela 7 (4) mostra que 98% deles concordam com esta informação, ou seja, é um percentual muito significativo, haja vista que quase todos os participantes desta pesquisa concordaram com a procedência da mesma.

Por conseguinte, esta constatação corrobora com o estudo de Ponte et al. (2012), em que os autores argumentam que um dos fatores motivadores para as empresas adotarem boas práticas de governança corporativa baseia-se na expectativa que o retorno ou benefício pode gerar, isto é, garantir maior transparência e relacionamento com o mercado e facilitar o acesso ao crédito.

Portanto, os resultados mostram que a percepção que os gerentes de conta de pessoa jurídica têm, e não dos bancos, sobre as práticas de governança corporativa das empresas que demandam crédito, é que as mesmas são de fato relevantes no processo de análise de concessão de crédito. Em outras palavras, as empresas que adotam boas práticas de governança corporativa, tendo como base a transparência e a prestação responsável de contas, podem ter mais chance de terem suas solicitações de crédito aprovadas.

4.5 Resultados da análise fatorial para o risco de crédito

A presente seção mostra os resultados da AF para o grupo de assertivas (8 a 28) referentes ao risco de crédito, que corresponde à segunda parte do questionário. Entretanto, antes de realizar a AF para as referidas assertivas, foi necessário fazer um teste de confiabilidade dos dados.

Neste sentido, a análise estatística da confiabilidade dos dados teve como base o teste do *alfa de Cronbach*, que consideram os coeficientes acima de 0,70 como aceitáveis, a fim de avaliar o grau de consistência que uma variável ou conjunto de variáveis é consistente com o que se pretende medir (HAIR et al., 2009).

Em seguida, executou-se a AF propriamente dita, sendo que a escolha das assertivas para o risco de crédito se deu com a Matriz dos Componentes Rotacionada (ver Apêndice D), considerando-se apenas cargas de $\pm 0,50$ ou maiores como sendo praticamente significantes (HAIR et al., 2009). Ressalta-se que as assertivas 19 e 24, ainda na referida matriz, não atenderam ao critério de significância prática e, por essa razão, não foram consideradas.

Dessa forma, a AF gerou 6 fatores, agrupando um total de 19 assertivas, conforme se percebe na Tabela 9 (4) e, conseqüentemente, o resultado do teste do *alfa de Cronbach* é considerado aceitável, ratificando assim a confiabilidade dos dados, uma vez que o valor do mesmo é de 0,859.

Tabela 9 (4) – Análise fatorial para o risco de crédito.

Apresentação dos resultados da AF para as assertivas (8 a 28) referentes ao risco de crédito, entre eles: a variância explicada (%), a variância total acumulada (%), o *alfa de Cronbach*, o teste de KMO, o teste de Bartlett e a significância estatística.

Assertivas	Fatores					
	1	2	3	4	5	6
26) Margem de lucro operac.	0,746					
27) Receita líquida	0,732					
13) Risco do conglomerado	0,684					
12) Conhec. da conjuntura econômica	0,680					
25) Índices de liquidez elev.	0,627					
16) Montante do capital social		0,785				
17) Mont. do capital integralizado		0,781				
18) Ramo de atividade da empresa		0,777				
15) Data de fundação da empresa		0,674				
20) Sócios da empresa			0,783			
21) Particip. em outras empresas			0,552			
22) Fornecedores da empresa			0,539			
23) Refer. bancárias da empresa			0,510			
8) Pontualidade de pagamento				0,778		
11) Bens como garantia				0,597		
10) Situação econômico-financeira					0,759	
9) Habilidade da pessoa/grupo					0,710	
14) Relaç. entre não pgto. de créd. e C's do créd.						0,779
28) Margem do lucro líquido						0,583
Variância Explicada (%)	27,17	10,04	8,41	6,43	6,13	5,60
Variância Total Acumulada (%)			63,78			
<i>Alfa de Cronbach</i>			0,859			
Teste de KMO			0,728			
Teste de Bartlett			627,02			
Significância			0,000			

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Verifica-se ainda na Tabela 9 (4) que o resultado do teste de KMO resultou no valor de 0,728, indicando um bom grau de explicação das assertivas a partir dos fatores encontrados

na AF. Outro teste que também pode ser visualizado é o de esfericidade de Bartlett, cujo resultado encontrado foi 627,016, indicando ao nível de significância estatística de 5% (sig.<0,05) que existem correlações suficientes entre as assertivas para aplicação da AF.

Além do mais, a Tabela 9 (4) mostra que 19 assertivas referentes ao risco de crédito são explicadas por 6 fatores e que os três primeiros foram os que mais agruparam assertivas, conseqüentemente, também apresentaram as maiores variâncias explicadas, com percentuais de, respectivamente: 27,17%; 10,04%; e 8,41%; significando que são os fatores que estão mais correlacionados entre si, isto é, se comportam de modo semelhante.

O primeiro fator agrupou assertivas que estão relacionadas às informações sobre o desempenho econômico-financeiro das empresas, consideradas importantes pelos gestores participantes desta pesquisa. Ele foi composto por: 26) Margem de lucro operacional; 27) Receita líquida; 13) Risco do conglomerado; 12) Conhecimento da conjuntura econômica; e 25) Índices de liquidez elevados.

No segundo fator, as assertivas agrupadas dizem respeito à relevância do conhecimento das informações referentes à identificação das empresas e o ramo de atividade delas, de acordo com a visão dos gestores. O mesmo foi composto por: 16) Montante do capital social; 17) Montante do capital integralizado; 18) Ramo de atividade da empresa; e 15) Data de fundação da empresa.

Por sua vez, as assertivas que foram agrupadas no terceiro fator explicitam, segundo a percepção dos gestores, a importância de conhecer quem são os *stakeholders* das empresas, sejam eles internos quanto externos. Ele foi composto por: 20) Sócios da empresa; 21) Participações em outras empresas; 22) Fornecedores da empresa; e 23) Referências bancárias da empresa.

Portanto, o modelo gerado pela AF, para as assertivas referentes ao risco de crédito, conseguiu explicar quase 64% (variância total acumulada) dos dados originais, indicando assim uma boa estrutura de relacionamento entre as 19 assertivas do grupo, distribuídas em 6 fatores.

Na seção a seguir serão apresentados os resultados das respostas dos gestores para as questões sobre governança corporativa, mediante uso da análise fatorial.

4.6 Resultados da análise fatorial para a governança corporativa

Esta seção apresenta os resultados que a AF gerou para o grupo de assertivas (29 a 45) referentes à governança corporativa, que diz respeito à terceira parte do questionário. Porém, antes de proceder à execução da AF, teve-se que fazer um teste de confiabilidade dos dados para as referidas assertivas.

Com isso, também foi escolhida a análise estatística da confiabilidade dos dados baseada no teste do *alfa de Cronbach*, sendo considerados os coeficientes acima de 0,70 como aceitáveis, de maneira que o grau de consistência que uma variável ou conjunto de variáveis seja consistente com o que se pretende medir (HAIR et al., 2009).

Dessa forma, executou-se a AF propriamente dita e, por conseguinte, observou-se a Matriz dos Componentes Rotacionada (ver Apêndice E) como parâmetro para a escolha das assertivas referentes à governança corporativa, considerando-se apenas cargas de $\pm 0,50$ ou maiores como sendo praticamente significantes (HAIR et al., 2009).

Porém, é pertinente salientar que durante a execução da AF as assertivas 31, 32 e 42 tiveram que ser eliminadas desta análise, em virtude de as mesmas terem apresentado cargas cruzadas, ou seja, elas demonstraram que tinham mais de uma carga significativa. Tendo em vista esta constatação, Hair et al. (2009) consideram que cargas cruzadas são problemáticas no processo de interpretação dos fatores, pois o ideal seria que cada assertiva tivesse apenas uma carga significativa e, para se atingir tal objetivo, fez-se necessária a eliminação das referidas assertivas nesta análise.

Então, conforme se observa na Tabela 10 (4) da página seguinte, a AF gerou 5 fatores, agrupando ao todo 14 assertivas e, ao mesmo tempo, o resultado do teste do *alfa de Cronbach* é considerado aceitável, cujo valor é de 0,773.

Ainda na Tabela 10 (4), o resultado do teste de KMO apresentou o valor de 0,709, evidenciando um bom grau de explicação das assertivas a partir dos fatores encontrados na AF. Observa-se também que o teste de esfericidade de Bartlett, cujo resultado encontrado foi 627,016, indica ao nível de significância estatística de 5% (sig.<0,05) que existem correlações suficientes entre as assertivas para aplicação da AF.

Tabela 10 (4) – Análise fatorial para a governança corporativa.

Apresentação dos resultados da AF para as assertivas (29 a 45) referentes à governança corporativa, entre eles: a variância explicada (%), a variância total acumulada (%), o *alfa de Cronbach*, o teste de KMO, o teste de Bartlett e a significância estatística.

Assertivas	Fatores				
	1	2	3	4	5
34) Conformidade das normas contábeis	0,823				
33) Apresentação de indicad. de desempenho	0,783				
40) Mecanismos de gerenciamento de riscos	0,653				
44) Maior nível de adimp. nas emp. com GC	0,626				
35) Cumprim. das normas de conc. de crédito	0,545				
29) Informações financeiras adicionais		0,845			
30) Conformidade das inform. financeiras		0,766			
45) GC é indispensável às empresas			0,821		
39) Confiabilidade das infor. com base na GC			0,684		
37) Separ. entre capital e gestão nas empresas			0,515		
36) Monitoramento do crédito concedido				0,879	
41) Comunic. temp. entre o banco e a empresa				0,704	
38) Conflitos de inter. societário nas empresas					0,781
43) GC possibilita menor taxa de juros					0,640
Variância Explicada (%)	26,93	11,93	9,65	9,20	7,18
Variância Total Acumulada (%)			64,88		
<i>Alfa de Cronbach</i>			0,773		
Teste de KMO			0,709		
Teste de Bartlett			274,867		
Significância			0,000		

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Adicionalmente, ainda se percebe na Tabela 10 (4) que as 14 assertivas geradas pela AF são explicadas por 5 fatores. Além do mais, os três primeiros concentraram mais da metade dos agrupamentos das assertivas, apresentando assim as maiores variâncias explicadas, cujos percentuais são: 26,93%; 11,93%; e 9,65%, respectivamente. Com isso, os fatores 1, 2 e 3 representam os que estão mais correlacionadas entre si, ou seja, o comportamento entre eles é semelhante.

As assertivas agrupadas no primeiro fator explicitam a importância das boas práticas de governança corporativa nas demonstrações financeiras das empresas, ou seja, os gestores enfatizaram a importância de que os relatórios apresentados ao banco sejam transparentes e transmitam de fato informações que sejam fidedignas. Este fator foi composto por: 34) Conformidade das normas contábeis; 33) Apresentação de indicadores de desempenho; 40)

Mecanismos de gerenciamento de riscos; 44) Maior nível de adimplência nas empresas com governança corporativa; e 35) Cumprimento das normas de concessão de crédito.

Já o segundo fator agrupou assertivas que os gestores destacaram a importância de um dos princípios básicos da governança corporativa das empresas, que diz respeito à prestação responsável de contas, ou seja, além de elas publicarem suas informações financeiras, as mesmas devem ser transparentes e refletir a realidade da empresa. Ele foi composto por: 29) Informações financeiras adicionais e 30) Conformidade das informações financeiras.

Por fim, foram agrupadas no terceiro fator as assertivas que os gestores consideraram que são relevantes para as empresas, ou seja, a confiabilidade das informações à luz das boas práticas de governança corporativa. O mesmo foi composto por: 45) Governança corporativa é indispensável às empresas; 39) Confiabilidade das informações com base na governança corporativa; e 37) Separação entre capital e gestão nas empresas.

Portanto, o modelo gerado pela AF, para as assertivas que tratam da governança corporativa, conseguiu explicar aproximadamente 65% (variância total acumulada) dos dados originais, indicando assim uma boa estrutura de relacionamento entre as 14 assertivas do grupo, distribuídas em 5 fatores.

4.7 Resultados da análise fatorial para o risco de crédito e a governança corporativa

Nesta seção, são explicitados os resultados gerados pela AF, ao mesmo tempo, para o grupo de assertivas (8 a 45) referentes ao risco de crédito e a governança corporativa, que dizem respeito à segunda e terceira partes do questionário. Contudo, antes de executar a AF, teve-se que fazer um teste de confiabilidade dos dados para o referido conjunto de assertivas.

Dessa forma, a análise estatística da confiabilidade dos dados baseou-se no teste do *alfa de Cronbach*, considerando-se somente os coeficientes acima de 0,70 como aceitáveis, com a finalidade de avaliar o grau de consistência que uma variável ou conjunto de variáveis é consistente com o que se pretende medir (HAIR et al., 2009).

Logo, executou-se a AF propriamente dita e o critério de escolha das assertivas baseou-se na Matriz dos Componentes Rotacionada (ver Apêndice F), considerando-se apenas cargas de $\pm 0,50$ ou maiores como sendo praticamente significantes (HAIR et al., 2009).

Porém, é pertinente salientar que as assertivas (15, 19, 35, 43 e 44), ainda na matriz mencionada, não atenderam ao critério de significância prática e, conseqüentemente, não foram consideradas.

Então, como se visualiza na Tabela 11 (4) das duas páginas seguintes, a AF gerou 13 fatores, agrupando ao todo 33 assertivas e, por conseguinte, o resultado do teste do *alfa de Cronbach* é considerado aceitável, ratificando com isso a confiabilidade dos dados, pois o valor do mesmo é de 0,823.

A Tabela 11 (4) também mostra que o teste de KMO apresentou um valor de 0,613, evidenciando um bom grau de explicação das assertivas a partir dos fatores encontrados na AF. Percebe-se ainda que o resultado do teste de esfericidade de Bartlett foi de 1456,833, indicando ao nível de significância estatística de 5% (sig.<0,05) que existem correlações suficientes entre as assertivas para aplicação da AF.

Ainda se pode evidenciar, nesta tabela, que as 33 assertivas referentes ao risco de crédito e a governança corporativa, que foram geradas pela AF, são explicadas por 13 fatores, sendo que os cinco primeiros abrangeram mais da metade dos agrupamentos das assertivas, apresentando assim as maiores variâncias explicadas, com percentuais de, respectivamente: 19,12%; 10,63%; 6,34%; 5,75%; e 4,92%; significando que são os fatores que estão mais correlacionados entre si, isto é, se comportam de modo semelhante.

No primeiro fator, as assertivas que foram agrupadas estão relacionadas à importância, de um dos princípios norteadores da governança corporativa nas informações financeiras, que é a transparência, no sentido de que o mesmo sinalize ao banco a veracidade das informações financeiras apresentadas pelas empresas. O mesmo foi composto por assertivas referentes à governança corporativa: 32) Práticas de governança corporativa nas informações financeiras; 31) Parecer de auditores nas informações financeiras; 33) Apresentação de indicadores de desempenho; 34) Conformidade das normas contábeis; 30) Conformidade das informações Financeiras; e 40) Mecanismos de gerenciamento de riscos. Ressalta-se ainda que esse agrupamento de assertivas é similar ao que foi encontrado no Fator 1 para a AF da governança corporativa (Seção 4.6).

Tabela 11 (4) – Análise fatorial para o risco de crédito e a governança corporativa.

Apresentação dos resultados da AF para o conjunto de assertivas (8 a 45) do risco de crédito e da governança corporativa, entre eles: a variância explicada (%), a variância total acumulada (%), o *alfa de Cronbach*, o teste de KMO, o teste de Bartlett e a significância estatística.

(continuação)

Assertivas	Fatores												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
9) Habilidade da pessoa/grupo						0,731							
10) Situação econômico-financeira						0,731							
38) Conflitos de inter. societário nas empresas							0,841						
42) GC sinaliza menos risco de inadimplência							0,552						
14) Relaç. entre não pgto. de créd. e C's do créd.								0,839					
36) Monitoramento do crédito concedido									0,818				
41) Comunic. temp. entre o banco e a empresa									0,704				
11) Bens como garantia										0,767			
25) Índices de liquidez elev.										0,612			
8) Pontualidade de pagamento											0,818		
29) Informações financeiras adicionais												0,730	
24) Altos índices de lucrativ.													0,515
Variância Explicada (%)	19,12	10,63	6,34	5,75	4,92	4,54	4,00	3,61	3,54	3,28	3,11	2,81	2,67
Variância Total Acumulada (%)							74,29						
<i>Alfa de Cronbach</i>							0,823						
Teste de KMO							0,613						
Teste de Bartlett							1456,833						
Significância							0,000						

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Para o segundo fator, as assertivas agrupadas se referem às informações que tratam do desempenho econômico-financeiro das empresas. Ele foi composto por assertivas relacionadas ao risco de crédito: 27) Receita líquida; 26) Margem de lucro operacional; 12) Conhecimento da conjuntura econômica; 13) Risco do conglomerado; e 28) Margem do lucro líquido. Percebeu-se também que quase todas as assertivas agrupadas nesse fator são iguais as que foram agrupadas no Fator 1 para a AF do risco de crédito (Seção 4.5).

Acerca do terceiro fator, agruparam-se assertivas que salientam a importância de se conhecer informações que digam respeito à identificação das empresas e o ramo de atividade delas. Este fator compôs assertivas que tratam do risco de crédito: 17) Montante do capital integralizado; 16) Montante do capital social; e 18) Ramo de atividade da empresa. Verificou-se que essas assertivas também fizeram parte da maioria das assertivas do Fator 2 da AF do risco de crédito (Seção 4.5).

Já com ao quarto fator, as assertivas que foram agrupadas explicitam a importância do conhecimento dos *stakeholders* das empresas, tanto os internos quanto os externos. Ele agrupou assertivas que enfatizam o risco de crédito: 20) Sócios da empresa; 22) Fornecedores da empresa; 21) Participações em outras empresas; e 23) Referências bancárias da empresa. É pertinente salientar que as referidas assertivas são exatamente as mesmas que foram agrupadas no Fator 3 para a AF do risco de crédito (Seção 4.5).

Por sua vez, o quinto fator agrupou assertivas que evidenciam a relevância das empresas considerarem importantes as boas práticas de governança corporativa, de modo particular, a transparência nas informações divulgadas. O mesmo agrupou assertivas que sobre a governança corporativa: 45) Governança corporativa é indispensável às empresas; 39) Confiabilidade das informações com base na governança corporativa; e 37) Separação entre capital e gestão nas empresas. Identificou-se que essas assertivas também foram as mesmas agrupadas no Fator 3 da AF da governança corporativa (Seção 4.6).

Em suma, os cinco primeiros fatores gerados pela AF, para o risco de crédito e a governança corporativa, corroboram com os resultados que foram gerados quando se executou a AF para cada grupo em particular, ou seja, foram as assertivas que mais se correlacionaram entre si, demonstrando comportamentos semelhantes e, conseqüentemente, explicaram mais da metade da variância (46,75%). Portanto, o modelo gerado pela AF, para o referido conjunto de assertivas, conseguiu explicar 74% da variância total acumulada dos dados originais, indicando assim uma boa estrutura de relacionamento entre as 33 assertivas do grupo, distribuídas em um total de 13 fatores.

5 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo investigar se as boas práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito contribuem para a redução do risco de crédito, na percepção dos gestores das instituições credoras localizadas na cidade do Recife (PE). Para responder a esse objetivo, procurou-se conhecer a visão dos gerentes de conta de pessoa jurídica – e não dos bancos – de 38 agências bancárias, entre públicas e privadas.

Dessa maneira, o instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário estruturado, com as respostas considerando a escala do tipo Likert de 5 pontos, que abordou questões relativas ao risco de crédito (critérios dos C's do Crédito e informações da ficha cadastral de pessoa jurídica) e as práticas de governança corporativa.

Adicionalmente, os dados foram analisados, primeiramente, através da estatística descritiva, em que se fez uso de distribuições de frequências para a maioria das assertivas. Por sua vez, executaram-se três Análises Fatoriais para os seguintes grupos de assertivas, respectivamente: risco de crédito, governança corporativa e o conjunto de risco de crédito e governança corporativa.

Os resultados iniciais evidenciaram que os percentuais de bancos pesquisados foram: 70% para os públicos e 30 % para os privados. Percebeu-se que participaram desta pesquisa 78% de gestores de bancos privados, em comparação com 22% de gestores de bancos públicos. Adicionalmente, os percentuais dos gestores em função do gênero foram de 56% para o sexo masculino e 44% para o sexo feminino.

Com o intuito de responder o primeiro objetivo específico, procurou-se conhecer o grau de relevância que os gestores atribuem aos critérios dos C's do Crédito e da ficha cadastral de pessoa jurídica, que fazem do conjunto de informações que são consideradas na análise de concessão de crédito. Constatou-se que os gestores consideraram essas informações como sendo muito relevantes para a liberação de crédito, especialmente as que se referem aos C's do Crédito, porém, as mesmas não são suficientes. Neste sentido, foi evidenciado que os gestores precisam fazer visitas às empresas antes de eles aprovarem suas solicitações de crédito, a fim de conhecê-las e analisar a necessidade do recurso demandado por elas. Além disso, observou-se ainda que mesmo após a aprovação do recurso, os gestores também fazem visitas periódicas às empresas, com a finalidade de avaliar se o crédito que foi liberado está sendo aplicado de maneira correta.

Identificou-se também que a maioria deles enfatizou que o não cumprimento das promessas de pagamento, por parte das empresas, está diretamente relacionado aos C's do Crédito, entre eles: a pontualidade de pagamento (caráter), a habilidade da pessoa ou grupo de pessoas na gestão (capacidade) e a situação econômico-financeira (capital).

Sobre a ficha cadastral de pessoa jurídica, percebeu-se que não existe um modelo padrão que os bancos precisem adotar, porém algumas informações são comuns, a saber: a data de fundação da empresa, o ramo de atividade, os principais produtos vendidos, o número de sócios, os fornecedores, as referências bancárias etc.

Para atender ao segundo objetivo específico, buscou-se investigar o grau de concordância que os gestores consideram importantes a respeito das práticas de governança corporativa das empresas demandantes de crédito, como sendo relevantes para dirimir riscos na análise de concessão de crédito. Identificou-se que os gestores consideraram as mesmas de suma importância, isto é, que elas possam transmitir ao banco uma maior transparência e segurança, como condição para liberação de crédito.

Entretanto, foi constatado que, na maioria dos bancos pesquisados, muitas das empresas pleiteantes de crédito são de porte médio e pequeno, conseqüentemente, boa parte delas não adotam práticas de governança corporativa, de modo particular, nas demonstrações financeiras, por exemplo: conformidade dos relatórios com as exigências dos bancos, parecer de auditores, apresentação de indicadores de desempenho etc.

Acerca das práticas de governança corporativa na gestão das empresas, observou-se que muitos gestores consideraram as mesmas como sendo ainda incipientes. Em outras palavras, confirmou-se que os gestores entendem que em muitas empresas existem conflitos de interesse societário, por ocasião da separação entre capital (sócios) e gestão (gerentes), além de elas não possuírem mecanismos de gerenciamento de riscos.

Tendo em vista essa constatação, percebeu-se que muitos gestores monitoram os créditos concedidos as empresas pleiteantes, conforme mencionado, a fim de verificar se elas estão observando o correto cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos pelos bancos, especialmente para renovação de limites.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico, investigou-se os atributos de gestão, referentes aos mecanismos de governança corporativa, que são considerados na análise de concessão de crédito. Verificou-se que muitos dos mesmos são considerados pelas políticas dos bancos pesquisados na liberação de crédito as empresas. Porém, apesar de a

grande maioria dos bancos não possui linhas especiais de crédito para empresas que adotam boas práticas de governança corporativa, percebeu-se pelo menos que alguns bancos já estão trabalhando com essa perspectiva.

Portanto, com base nas informações anteriores, pôde-se observar que as boas práticas de governança corporativa das empresas pleiteantes de crédito podem contribuir para dirimir o risco de crédito, segundo a percepção dos gestores das instituições credoras investigadas. Além disso, verificou-se que em muitas das agências bancárias, a governança corporativa faz parte do processo de análise e concessão de crédito. Também foi constatado que ainda não faz parte das estratégias de concessão de crédito, da maioria das instituições onde trabalham os gestores investigados, disponibilizar uma linha de crédito específica para contemplar as empresas que tenham boas práticas de governança.

5.1 Limitações e sugestões de pesquisa

A principal limitação deste estudo foi a pouca disponibilidade de tempo dos gestores em poder colaborar com a presente pesquisa. Em vários bancos visitados, os referidos gestores não estavam presentes nas agências, por ocasião de visitas técnicas que eles necessitavam fazer as empresas pleiteantes de crédito.

Adicionalmente, alguns gestores consideraram que não poderiam participar da pesquisa em virtude de a mesma conter informações sigilosas a respeito das normas dos bancos. Entretanto, como foi discutido nos procedimentos metodológicos, este estudo não teve a referida intenção, haja vista que as informações utilizadas para a elaboração do questionário da pesquisa foram única e exclusivamente acadêmicas, conforme foi explicitado.

Recomenda-se que este estudo seja realizado em outras cidades, a fim de que possam ser feitas comparações acerca da visão de mais gerentes de conta de pessoa jurídica. Além do mais, seja ampliado o número de bancos e suas respectivas agências bancárias e, por conseguinte, que a coleta de dados seja feita por várias pessoas, com o objetivo de contemplar o maior número possível de gestores.

Referências

AEBI, Vincent; SABATO, Gabriele; SCHMID, Markus. Risk management, corporate governance, and bank performance in the financial crisis. **Journal of Banking & Finance**, v. 36, n. 12, p. 3213-3226, Dec. 2012.

ALCHIAN, Armen A.; DEMSETZ, Harold. Production, information costs, and economic organization. **American Economic Review**, v. 62, n. 5, p. 777-795, Dec. 1972.

ALMEIDA et al., Mário Sérgio. Influência da crise financeira mundial na estrutura econômica das instituições financeiras bancárias brasileiras e seus reflexos no índice de Basileia: uma abordagem comparativa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 16, p. 73-94, Set./Dez. 2012.

ALMEIDA et al., Moisés Almeida. Determinantes da qualidade das práticas de governança corporativa das empresas brasileiras de capital aberto que possuem investimentos públicos. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 12, n. 37, p. 369-387, Out./Dez. 2010.

ANDRES, Pablo; VALLELADO, Eleuterio. Corporate governance in banking: the role of the board of directors. **Journal of Banking & Finance**, v. 32, n. 12, p. 2570-2580, Jun. 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, Cezar A. Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Relatório de estabilidade financeira, v. 12, n. 1, p. 1-59, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?relestab>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____. Comunicado nº 12.746, de 09 de dezembro de 2004. Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital – Basileia II. Brasília: D.O.U., 2004. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=104206982&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

BARBOSA, Flávia Lorenne Sampaio. **A governança corporativa na análise de crédito de instituições financeiras bancárias do Brasil**: um estudo multicaso. 2012. 168 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza (UNIFOR), PPGA, Fortaleza, 2012.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (BCBS). Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring. Bank for International Settlements: December, 2010. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs188.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

BEDICKS, Heloisa Belotti. Dispersão de capital em empresas brasileiras sob a perspectiva da governança corporativa. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA. **Governança corporativa**: estrutura de controles societários. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009. p. 79-92.

BELTRATTI, Andrea; STULZ, René M. The credit crisis around the globe: why did some banks perform better? **Journal of Financial Economics**, v. 105, n. 1, p. 1-17, Jul. 2012.

BERLE, Adolf; MEANS, Gardiner. **The modern corporation and private property**. New York: MacMillan, 1932. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=KbxhFrNr4IAC&printsec=frontcover&dq=the+modern+corporation+and+private+property&sig=5PJNd0Q8fUk9NeUK7Q-ZngnNvkQ>> Acesso em: 10 jul. 2013.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira; BERNARDES, Patrícia; BRANDÃO, Mônica Mansur. Políticas e práticas de governança corporativa em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 183-193, Abr./Maio/Jun. 2006.

BEUREN, Ilse Maria; DALLABONA, Lara Fabiana; DANI, Andréia Carpes. Disclosure de informações sobre gestão de riscos e controle interno pelas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Economia e Administração**, v. 10, n. 1, p. 44-65, Jan./Mar. 2011.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO (BM&FBovespa). Segmentos especiais de listagem. Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/pages/empresas_segmentos-de-listagem.asp>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BRITO, Giovanni Antonio Silva; ASSAF NETO, Alexandre; CORRAR, Luiz João. Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 51, p. 28-43, Set./Dez. 2009.

BRITO, Giovanni Antonio Silva; ASSAF NETO, Alexandre. Modelo de classificação de risco de crédito de empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 46, p. 18-29, Jan./Abr. 2008a.

_____. Modelo de risco para carteiras de créditos corporativos. **Revista de Administração da USP**, v. 43, n. 3, p. 263-274, Jul./Ago./Set. 2008b.

CAMARGOS, Marcos Antônio; CAMARGOS, Mirela Castro Santos; ARAÚJO, Elisson Alberto. A inadimplência em um programa de crédito de uma instituição financeira pública de Minas Gerais: uma análise utilizando regressão logística. **Revista de Gestão**, v. 19, n. 3, p. 467-486, Jul./Set. 2012.

CAOQUETTE et al., John. B. **Gestão do risco de crédito: o grande desafio dos mercados financeiros globais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

CHING, Hong Yuh; COLOMBO, Thalita Maricone. Gestão de risco nas empresas do segmento novo mercado: um estudo exploratório. **Revista de Economia e Administração**, v. 11, n. 2, p. 167-187, Abr./Jun. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa. Junho/2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito. Rio de Janeiro: D.O.U., 2009. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=109034287&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

_____. Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Brasília: D.O.U., 1999. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=099294427&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Brasília: D.O.U., 1994. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1994&numero=2099>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração.** 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; FILHO DIAS, José (Coord). **Análise multivariada de dados:** para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2012.

CORREIA, Laise Ferraz; AMARAL, Hudson Fernandes; LOUVET, Pascal. Um Índice de Avaliação da Qualidade da Governança Corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 55, p. 45-63, Jan./Fev./Mar./Abr. 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CROUHY, Michel; GALAI, Dan; MARK, Robert. **Fundamentos da gestão de risco.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco:** uma referência para tomada de riscos empresariais. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DANTAS et al., José Alves. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 21, n. 52, p. 1-27, Jan./Abr. 2010.

DANTAS, Régis Façanha; DESOUZA, Sérgio Aquino. Modelo de risco e decisão de crédito baseado em estrutura de capital com informação assimétrica. **Pesquisa Operacional**, v. 28, n. 2, p. 263-284, Maio/Ago. 2008.

ECKERT et al., Alex. A proposição de uma ferramenta de auxílio para a concessão de crédito por uma instituição bancária privada. **Revista Gestão Organizacional**, v. 4, n. 1, art. 1, p. 3-29, Jan./Jul. 2011.

ERFURTH, Alfredo Ernesto; BEZERRA, Francisco Antônio. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. **Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 10, n. 1, p. 32-42, Jan./Mar. 2013.

ERKENS, David H.; HUNG, Mingyi; MATOS Pedro. Corporate governance in the 2007–2008 financial crisis: evidence from financial institutions worldwide. **Journal of Corporate Finance**, v. 18, n. 2, p. 389-411, Apr. 2012.

FAHLENBRACH, Rüdiger; STULZ, René M. Bank CEO incentives and the credit crisis. **Journal of Financial Economics**, v. 99, n. 1, p. 11-26, Jan. 2011.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; CELSO, Alex Sandro dos Santos; BARBOSA NETO, João Estevão. Aplicação do modelo Logit Binominal na análise do risco de crédito em uma instituição bancária. **Revista de Negócios**, v. 17, n. 1, p. 41-59, Jan./Mar. 2012.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTUNA, Eduardo Luiz Peixoto. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 18. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

_____. A governança corporativa no sistema bancário: uma visão orientada aos depositantes, credores e à sociedade. **Tese de Doutorado** (Administração), Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, 2007.

FREITAS, Alan Ferreira; AMARAL, Isis de Castro; BRAGA, Marcelo José. A influência dos riscos de liquidez e de crédito no processo de conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de crédito de livre admissão: um estudo de caso. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, art. 8, p. 126-147, Set./Dez. 2008.

GARTNER, Ivan Ricardo; MOREIRA, Tito Belchior Silva; GALVES, Herley Martins. Análise do risco setorial como instrumento de controle gerencial em instituições financeiras. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 5, p. 107-129, Set./Out. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIROUD, Xavier; MUELLER, Holger M. Corporate governance, product market competition, and equity prices. **The Journal of Finance**, v. 66, n. 2, p. 563-600, Apr. 2011.

GOUVÊA, Maria Aparecida; GONÇALVES, Eric Bacconi; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. Aplicação de regressão logística e algoritmos genéticos na análise de risco de crédito. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 2, p. 84-102, Abr./Jun. 2012.

HAIR et al., Joseph F. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HERMALIN, Benjamin E.; WEISBACH, Michael S. Information disclosure and corporate governance. **The Journal of Finance**, v. 67, n. 1, p. 195-233, Feb. 2012.

HUANG, Hsing-Hua; LEE, Han-Hsing. Product Market Competition and Credit Risk. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, n. 2, p. 324-340, Feb. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das melhores práticas de governança corporativa. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

JENSEN, Michael C. Agency costs of free cash flow, corporate finance, and takeovers. **American Economic Review**, v. 76, n. 2, p. 323-329, May 1986.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, Oct. 1976.

JUNQUEIRA, Luis Renato *et al.* Alavancagem financeira como estratégia de financiamento do processo de crescimento de empresas brasileiras de capital aberto no período de 1995-2002. **Revista Economia & Gestão**, v. 10, n. 23, p. 23-39, Maio/Ago. 2010.

LAMEIRA *et al.*, Valdir de Jesus. Governança, Risco e Desempenho das Companhias Abertas Brasileiras. **Revista de Economia e Administração**, v. 9, n. 1, p. 17-76, Jan./Mar. 2010.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, v. 54, n. 2, p. 471-517, Apr. 1999.

LA PORTA, Rafael *et al.* Law and finance. **Journal of Political Economy**, v. 106, n. 6, p. 1113-1155, Dec. 1998.

_____. Legal Determinants of external finance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 3, p. 1131-1150, Jul. 1997.

LEONE *et al.*, Rodrigo Proposta de mensuração de risco baseado em utilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 44, p. 23-32, Maio/Ago. 2007.

LEVINE, Ross. Law, finance, and economic growth. **Journal of Financial Intermediation**, v. 8, n. 1, p. 8-35, Jan. 1999.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MENDES-DA-SILVA, Wesley; NAKAMURA, Wilson Toshiro; MORAES, Daniel Carrasqueira. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from Brazil. **Brazilian Administration Review**, v. 9, n. 3, p. 351-373, july/sept., 2012.

PONTE *et al.*, Vera Maria Rodrigues. Motivações para a adoção de melhores práticas de Governança Corporativa segundo diretores de relações com investidores. **Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 9, n. 3, p. 255-269, Jul./Set. 2012.

PROCIANOY, Jairo Laser; VERDI, Rodrigo S. Adesão aos novos mercados da BOVESPA: novo mercado, nível 1 e nível 2 – determinantes e consequências. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 7, n. 1, p. 107-136, 2009.

REED, Edward W.; GILL, Edward K. **Bancos comerciais**. São Paulo: Makron Books, 1994.

ROSSONI, Luciano; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. Institucionalismo organizacional e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 173-198, 2010.

SANTOS, José Odálio; FAMÁ, Rubens. Avaliação da aplicabilidade de um modelo de credit scoring com variáveis sistêmicas e não-sistêmicas em carteiras de crédito bancário rotativo de pessoas físicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 44, p. 105-117, Maio/Ago. 2007.

SANTOS, Tania Steren. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 120-156, Jan./Jun. 2009.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, Jun. 1997.

SILVA, Dany Rogers; RIBEIRO, Karem Cristina de Sousa; SHENG, Hsia Hua. Mensuração da rentabilidade do crédito comercial: aplicação em um caso atacadista-distribuidor. **Brazilian Business Review**, v. 8, n. 2, p. 72-92, Abr./Jun. 2011.

SILVA, José Pereira. **Gestão e análise de risco de crédito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; PEROBELLI, Fernanda Finotti Cordeiro; BARROS, Lucas Ayres Barreira de Campos. Governança corporativa e os determinantes da estrutura de capital: evidências empíricas no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 3, p. 763-788, Jul./Set. 2008.

SOARES, Gustavo de Oliveira Godoy; COUTINHO, Eduardo Senra; CAMARGOS, Marcos Antônio. Determinantes do rating de crédito de companhias brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 3, p. 109-143, Jul./Set. 2012.

SOBREIRA, Rogério; MARTINS, Norberto Montani. Os Acordos de Basileia e bancos de desenvolvimento no Brasil: uma avaliação do BNDES e do BNB. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 2, p. 349-376, Mar./Abr. 2011.

TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro; KROENKE, Adriana; SOTHE, Ari. Impacto da crise do subprime na provisão do risco de crédito dos maiores bancos nacionais. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 248-259, Jul./Set. 2009.

VENTURA et al., Ana Flávia Albuquerque. A relação entre os níveis de governança corporativa e índices de rentabilidade econômica. **Reuna**, v. 17, n. 3, p. 73-84, Jul./Set. 2012.

YANAKA, Guilherme M.; HOLLAND, Marcio. Basileia II e exigência de capital para risco de crédito dos bancos no Brasil. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 8, n. 2, p. 167-195, 2010.

ZONATTO, Vinícius Costa da Silva; BEUREN, Ilse Maria. Evidenciação da gestão de riscos do coso (2004) nos relatórios da administração de empresas brasileiras com ADRs. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 9, n. 2, p. 127-143, Nov. 2010.

APÊNDICE A – Carta enviada aos bancos



Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Administração
Av. dos Funcionários, s/n - Sala D4 - 1º Andar - Cidade Universitária
Recife - PE. CEP: 50.740-580
Tel/Fax: (81) 2126-8880
E-mail: propad@ufpe.br / Home page: www.ufpe.br/propad

Recife, fevereiro de 2014.

Prezado/a Sr./a:

Cumprimentando-o/a, gostaríamos de nos apresentar. Faço parte do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD-UFPE), que oferece os Cursos de Mestrado (acadêmico e profissional) e de Doutorado em Administração. Seus principais objetivos são a formação de pesquisadores para o desenvolvimento teórico-empírico no campo da Administração e a qualificação de docentes para atender à expansão do ensino na área e de profissionais para o aperfeiçoamento e melhoria da gestão das organizações.

Neste sentido, apresento o mestrando **Fagunes Ferreira de Moura** que está realizando, sob minha orientação, sua dissertação de mestrado. O tema trata do “Risco de Crédito e Práticas de Governança Corporativa: um Estudo nas Instituições Fornecedoras de Crédito em Pernambuco”.

É de interesse do **PROPAD-UFPE** desenvolver a coleta de dados desta pesquisa nas instituições fornecedoras de crédito em Pernambuco, dada a importância do crescimento das atividades econômicas do Estado, que reflete diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) e preços de mercado. Como parâmetro inicial de escolha dos bancos a serem pesquisados, foi feita uma consulta ao sistema “Busca Banco”, banco de dados, da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), conforme disponível no seu *site* (<http://www.febraban.org.br>).

Sua **participação é inestimável e imprescindível** para a realização desta pesquisa, visto que as respostas obtidas com os questionários são vitais para a conclusão da referida dissertação. **É garantido total sigilo das informações coletadas** com os questionários e os dados serão analisados em conjunto, não havendo a identificação no tratamento dos dados. Reiteramos o componente puramente acadêmico da pesquisa. Caso seja do seu interesse, o mestrando se compromete a enviar um relatório gerencial com os principais resultados encontrados, necessitando apenas que indique o endereço no final do questionário.

Certos de sua compreensão sobre a importância do desenvolvimento desta pesquisa, agradecemos antecipadamente a atenção e aproveitamos para reiterar nossa estima e apreço.

Joséte Florencio dos Santos, Dra.

Professora Adjunta do DCA/UFPE

E-mail: jfs@ufpe.br

(81) 2126-7158

<http://lattes.cnpq.br/5657418279526928>

APÊNDICE B – Questionário da pesquisa



Pesquisa nas Instituições Credoras do Recife (PE)

Mestrando: **Fagunes Ferreira de Moura**
 Telefone: (81) 9826-6579 / (89) 9972-3123
 E-mail: fagunesferreira@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2381121053555142>

Orientadora: **Prof.^a Joséte Florencio dos Santos**
 Telefone: (81) 2126-7158
 E-mail: jfs@ufpe.br
<http://lattes.cnpq.br/5657418279526928>

PARTE I – INFORMAÇÕES INICIAIS

Dados do entrevistado

01) Gênero: (1) Masculino (0) Feminino

02) Idade:

- | | |
|------------------|-------------------|
| (1) 20 – 25 anos | (6) 46 – 50 anos |
| (2) 26 – 30 anos | (7) 51 – 55 anos |
| (3) 31 – 35 anos | (8) 56 – 60 anos |
| (4) 36 – 40 anos | (9) 61 – 65 anos |
| (5) 41 – 45 anos | (10) 66 – 70 anos |

03) Qual é sua formação acadêmica? _____

04) Realizou curso de pós-graduação:

(1) Sim, qual (is)?

- (a) Especialização: _____
 (b) Mestrado acadêmico: _____
 (c) Mestrado profissional: _____
 (d) Doutorado: _____
 (e) Pós-doutorado: _____

(2) Não

05) Há quanto tempo trabalha neste banco? _____

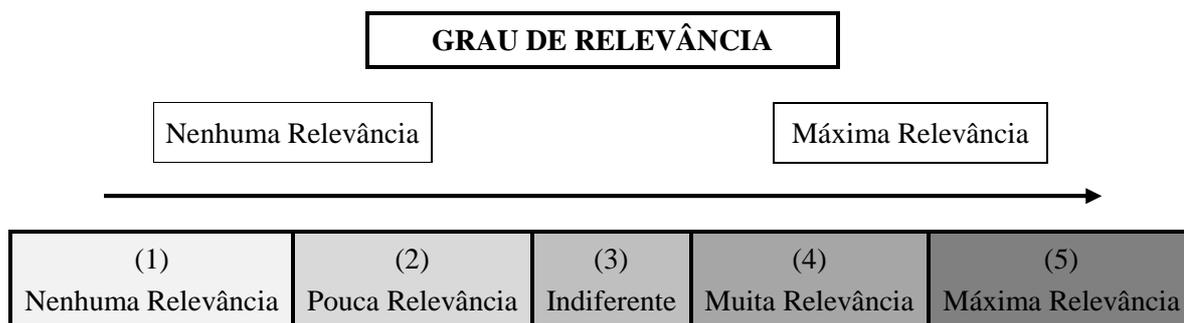
06) Qual é o seu cargo no banco? _____

07) Há quanto tempo que está neste cargo? _____

As empresas demandantes de crédito que adotam práticas de governança corporativa podem ter acesso a níveis diferenciados de crédito, ao mesmo tempo em que sinaliza ao banco uma maior segurança e retorno do recurso financeiro concedido. Dessa forma, temos por objetivo conhecer a percepção dos gestores dos bancos sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelas empresas demandantes de crédito, assim como analisar a relevância das mesmas para a concessão de crédito solicitado por elas.

PARTE II – CRITÉRIOS CONSIDERADOS NA ANÁLISE DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Considere a escala a seguir para identificar o **grau de relevância** dos critérios considerados na análise de concessão de crédito, sob sua percepção:



C's do crédito: consistem na análise qualitativa do risco de crédito inerente ao cliente, com base na capacidade administrativa dos gestores, a fim de diagnosticar fatores de risco que comprometam o pagamento dos recursos tomados de acordo com os termos do contrato de concessão. Que grau de relevância você atribui aos critérios elencados nas questões a seguir:					
08) É pertinente conhecer a pontualidade de pagamento da empresa demandante de crédito no mercado, ou seja, a disposição de a mesma cumprir a promessa de pagamento (caráter);	1	2	3	4	5
09) Conhecer a habilidade da pessoa ou grupo de pessoas no gerenciamento da empresa demandante de crédito, no tocante a visão de futuro (capacidade);	1	2	3	4	5
10) Conhecer a situação econômico-financeira da empresa demandante de crédito, mediante análise financeira e patrimonial (capital);	1	2	3	4	5
11) Em decorrência do risco inerente a empresa demandante de crédito, é indispensável que a mesma disponha de bens móveis, imóveis e financeiros, como uma espécie de segurança adicional ao banco (colateral);	1	2	3	4	5
12) Conhecer as influências do comportamento da conjuntura econômica que não são controláveis pela empresa, a exemplo da concorrência, e que tem impactos na geração de fluxos de caixa (condições);	1	2	3	4	5
13) Investigar acerca de fatores de riscos relativos ao conjunto de empresas, no qual a pleiteante de crédito está contida (conglomerado);	1	2	3	4	5
14) Na sua percepção, o não-cumprimento das promessas de pagamento, por parte das empresas demandantes de crédito, pode estar relacionado de alguma maneira aos C's do crédito.	1	2	3	4	5
Ficha cadastral de pessoa jurídica: é um instrumento que auxilia o gestor de crédito no momento da análise e decisão de concessão de crédito. Com isso, explicita o grau de relevância dos seguintes itens, presentes no referido documento.					
15) Conhecer o tempo de atuação da empresa demandante de crédito no mercado (data de fundação);	1	2	3	4	5
16) É importante para análise de crédito o montante do capital social de uma empresa pleiteante (capital social);	1	2	3	4	5
17) Conhecer o montante do capital integralizado (capital integralizado);	1	2	3	4	5

18) Conhecer o ramo de atividade da empresa demandante de crédito (ramo de atividade);	1	2	3	4	5
19) É importante conhecer os principais produtos vendidos das empresas demandantes de crédito, a fim de compará-los aos efeitos da demanda em face da situação econômica da população em geral, quanto à qualidade e preço;	1	2	3	4	5
20) É importante conhecer os nomes de todos dos sócios da empresa demandante de crédito, a fim de facilitar a análise das operações creditícias, como para solicitar garantias (nome);	1	2	3	4	5
21) Conhecer os nomes das empresas que as demandantes de crédito mantem participação (participação em outras empresas);	1	2	3	4	5
22) É importante a apresentação de referências comerciais (fornecedores), por parte das empresas demandantes de crédito;	1	2	3	4	5
23) Conhecer as referências bancárias das empresas demandantes de crédito é uma informação indispensável a concessão deste recurso financeiro;	1	2	3	4	5
24) É importante que as empresas demandantes de crédito possuam altos índices de lucratividade para terem suas solicitações aprovadas pelo banco;	1	2	3	4	5
25) Empresas demandantes de crédito que possuam índices de liquidez elevados sinalizam ao banco uma melhor capacidade de pagamento das suas obrigações assumidas;	1	2	3	4	5
26) É importante conhecer o percentual de retorno que as empresas demandantes de crédito obtêm nas operações normais e habituais (margem de lucro operacional);	1	2	3	4	5
27) É relevante saber a parte da receita que ficará para empresa demandante de crédito cobrir seus custos e despesas e para gerar lucro (valor da receita líquida);	1	2	3	4	5
28) Conhecer a parcela do resultado do período que sobrou para os sócios, após deduzidas todas as participações legais, como Imposto de Renda, debenturistas e funcionários (margem do lucro líquido).	1	2	3	4	5

PARTE III – PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE BANCOS ACERCA DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS EMPRESAS QUE PLEITEIAM CRÉDITO

Favor, assinalar como você avalia o **grau de concordância** das práticas de governança corporativa das empresas que pleiteiam crédito, a fim de preencher corretamente as lacunas a seguir.

GRAU DE CONCORDÂNCIA

Discordo Fortemente

Concordo Fortemente



(1) Discordo Fortemente	(2) Discordo um Pouco	(3) Nem Discordo nem Concordo	(4) Concordo um Pouco	(5) Concordo Fortemente
----------------------------	--------------------------	----------------------------------	--------------------------	----------------------------

De acordo com a sua visão, informe o grau de concordância das seguintes práticas de governança corporativa.

29) As empresas demandantes de crédito disponibilizam informações econômico-financeiras além das que são exigidas pelo banco;	1	2	3	4	5
30) Os relatórios e as demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas demandantes de crédito estão em conformidade com as exigências do banco;	1	2	3	4	5

31) Os relatórios e as demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas demandantes de crédito possuem parecer de auditores;	1	2	3	4	5
32) Os relatórios e as demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas demandantes de crédito explicitam práticas de governança corporativa;	1	2	3	4	5
33) As empresas demandantes de crédito apresentam indicadores de desempenho extraídos das demonstrações financeiras;	1	2	3	4	5
34) As normas contábeis utilizadas pelas empresas demandantes de crédito são ajustadas para trazê-las de acordo com o formato usado pelo banco;	1	2	3	4	5
35) As empresas demandantes de crédito cumprem adequadamente as normas e procedimentos estabelecidos na concessão deste recurso financeiro, especialmente visando à renovação dos limites;	1	2	3	4	5
36) O banco monitora os créditos concedidos as empresas pleiteantes, a fim de verificar se elas estão observando o correto cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos na concessão deste recurso financeiro, especialmente para renovação dos limites;	1	2	3	4	5
37) Nas empresas demandantes de crédito que adotam práticas de governança corporativa existe separação entre capital (sócios) e gestão (diretores);	1	2	3	4	5
38) No caso de empresas que apresentam conflitos de interesse societário entre sócios e diretores, essa situação pode prejudicá-las, caso solicitem crédito ao banco;	1	2	3	4	5
39) A relevância e a confiabilidade das informações transmitidas nos relatórios financeiros, divulgados pelas empresas demandantes de crédito, estão diretamente relacionadas à adoção de práticas de governança corporativa;	1	2	3	4	5
40) As empresas demandantes de crédito, através de suas notas explicativas às demonstrações financeiras, apresentam ao banco seus mecanismos de gerenciamento de riscos ou sobre determinadas contas ou transações;	1	2	3	4	5
41) A comunicação entre as empresas demandantes de crédito e o banco ocorre de maneira tempestiva e eficaz, sobretudo depois que a solicitação de crédito foi aprovada;	1	2	3	4	5
42) As empresas demandantes de crédito que adotam práticas de governança corporativa, como transparência e prestação responsável de contas, são menos propensas a se tornarem inadimplentes com o banco;	1	2	3	4	5
43) As empresas demandantes de crédito que adotam práticas de governança corporativa têm maior facilidade de acesso a uma menor taxa de juros;	1	2	3	4	5
44) O nível de adimplência das empresas demandantes de crédito que adotam práticas de governança corporativa é maior do que as empresas que não adotam as referidas práticas;	1	2	3	4	5
45) Um bom sistema de governança corporativa é indispensável a todas as empresas, particularmente aquelas que pleiteiam crédito junto aos bancos.	1	2	3	4	5

Favor, avaliar os **atributos de gestão** referentes os mecanismos de governança corporativa que são considerados na análise de concessão de crédito, com o propósito de preencher corretamente as lacunas seguintes.

Avalie os seguintes mecanismos de governança corporativa.	SIM	NÃO
46) Entre os critérios estabelecidos pelo banco em suas normas e procedimentos internos, referentes à concessão de crédito, a governança corporativa está presente?	1	0
47) As práticas de governança corporativa, adotadas pelas empresas demandantes de crédito, são relevantes no processo de análise e concessão de crédito?	1	0
48) O fato de as empresas, que pleiteiam crédito junto aos bancos, adotarem práticas de governança corporativa pode contribuir para que elas tenham a sua solicitação de crédito aprovada?	1	0

49) O banco disponibiliza linhas especiais de crédito as empresas que adotam boas práticas de governança corporativa?	1	0
50) Na sua percepção, as empresas demandantes de crédito que adotam boas práticas de governança corporativa sinalizam ao banco uma maior segurança e retorno do recurso concedido?	1	0

O Sr(a) deseja receber um relatório gerencial desta pesquisa? () sim () não

Em caso afirmativo, em qual endereço:

Nome: _____

Av/Rua: _____ Bairro _____ CEP _____

E-mail: _____

Muito obrigado!

APÊNDICE C – Detalhes das aplicações dos questionários

Bairro	Rua/Avenida/Praça	Banco	Total de quest.
Boa Viagem	Av. Domingos Ferreira	Banco <i>Azteca</i>	1
	Av. Conselheiro Aguiar	Banco do Brasil	2
	Av. Domingos Ferreira	Banco do Brasil	1
	Av. Domingos Ferreira	Banco do Nordeste do Brasil	1
	Av. Conselheiro Aguiar	Banco Bradesco	6
	Av. Domingos Ferreira	Banco Bradesco	1
	Av. Conselheiro Aguiar	Caixa Econômica Federal	3
	Av. Conselheiro Aguiar	Banco <i>Citibank</i>	3
	Av. Domingos Ferreira	HSBC <i>Bank</i> Brasil	1
	Av. Conselheiro Aguiar	Itaú Unibanco	8
	Av. Conselheiro Aguiar	Banco Safra	3
	Av. Conselheiro Aguiar	Banco Santander (Brasil)	2
	Av. Domingos Ferreira	Banco Santander (Brasil)	3
Total de questionários aplicados no Bairro de Boa Viagem			35
Bairro do Recife	Av. Rio Branco	Banco do Brasil	1
	Av. Rio Branco	Banco Bradesco	1
	Av. Marquês de Olinda	Caixa Econômica Federal	1
Total de questionários aplicados no Bairro do Recife			3
Boa Vista	Rua 7 de Setembro	Banco do Brasil	1
	Av. Conde da Boa Vista	Banco Bradesco	4
	Av. Conde da Boa Vista	HSBC <i>Bank</i> Brasil	1
	Av. Conde da Boa Vista	Itaú Unibanco	3
	Av. Conde da Boa Vista	Banco Santander (Brasil)	4
Total de questionários aplicados no Bairro da Boa Vista			13
Cidade Universitária	Rua Lindolfo Color	Caixa Econômica Federal	1
Total de questionários aplicados no Bairro de Cidade Universitária			1
Cordeiro	Av. Caxangá	Banco do Brasil	2
	Av. Caxangá	Banco Bradesco	2
	Av. Caxangá	Caixa Econômica Federal	1
	Av. Caxangá	Itaú Unibanco	5
	Av. Caxangá	Banco Santander (Brasil)	1
Total de questionários aplicados no Bairro do Cordeiro			11

Iputinga	Av. Caxangá	Banco Bradesco	1
Total de questionários aplicados no Bairro da Iputinga			1
Santo Antônio	Av. Guararapes	Banco do Brasil	1
	Av. Dantas Barreto	Banco do Brasil	2
	Rua Imperador Pedro II	Banco Bradesco	1
	Praça da República	Caixa Econômica Federal	1
	Av. Dantas Barreto	Itaú Unibanco	1
	Rua 1º de Março	Itaú Unibanco	2
	Av. Dantas Barreto	Banco Safra	4
	Av. Dantas Barreto	Banco Santander (Brasil)	2
	Rua Imperador Pedro II	Banco Santander (Brasil)	1
	Rua Siqueira Campos	Banco Santander (Brasil)	1
Total de questionários aplicados no Bairro de Santo Antônio			16
TOTAL GERAL DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS			80

APÊNDICE D – Matriz dos Componentes Rotacionada para as assertivas (8 a 28) referentes ao risco de crédito

Rotated Component Matrix^a

	Component					
	1	2	3	4	5	6
RC_Q8	-0,022	-0,039	0,133	0,778	0,002	0,061
RC_Q9	0,023	0,134	0,198	0,177	0,710	0,328
RC_Q10	0,304	0,058	0,206	0,024	0,759	-0,062
RC_Q11	0,188	0,203	-0,110	0,597	0,338	0,019
RC_Q12	0,680	-0,061	0,348	0,313	-0,131	0,045
RC_Q13	0,684	0,065	0,391	0,276	0,077	-0,097
RC_Q14	0,018	-0,074	0,065	0,075	0,214	0,779
RC_Q15	-0,137	0,674	0,317	-0,065	0,052	-0,010
RC_Q16	0,114	0,785	0,082	0,331	0,082	0,062
RC_Q17	0,309	0,781	-0,051	0,205	0,110	0,011
RC_Q18	0,049	0,777	0,014	-0,100	0,017	0,038
RC_Q19	0,392	0,213	0,322	-0,090	0,232	0,307
RC_Q20	-0,093	0,026	0,783	-0,071	0,136	0,108
RC_Q21	0,336	0,029	0,552	0,047	0,269	0,109
RC_Q22	0,059	0,305	0,539	0,280	-0,017	0,327
RC_Q23	0,357	0,290	0,510	0,297	0,154	-0,168
RC_Q24	0,228	0,275	0,044	0,480	-0,024	0,413
RC_Q25	0,627	0,119	-0,213	0,221	0,244	-0,170
RC_Q26	0,746	0,108	-0,092	0,005	0,093	0,207
RC_Q27	0,732	0,059	0,087	-0,187	0,210	0,236
RC_Q28	0,447	0,153	0,334	0,072	-0,254	0,583

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 8 iterations.

APÊNDICE E – Matriz dos Componentes Rotacionada para as assertivas (29 a 45) referentes à governança corporativa

Rotated Component Matrix^a

	<i>Component</i>				
	1	2	3	4	5
GC_Q29	0,071	0,845	0,119	0,019	0,129
GC_Q30	0,278	0,766	0,049	0,043	0,007
GC_Q33	0,738	0,329	-0,138	0,139	-0,020
GC_Q34	0,823	0,091	0,019	0,082	-0,169
GC_Q35	0,545	0,294	0,134	0,267	-0,287
GC_Q36	-0,028	-0,028	0,057	0,879	0,057
GC_Q37	0,253	0,294	0,515	-0,090	0,177
GC_Q38	-0,084	0,061	-0,019	0,067	0,781
GC_Q39	0,200	0,318	0,684	0,037	0,193
GC_Q40	0,653	0,175	0,291	0,012	0,173
GC_Q41	0,350	0,115	0,076	0,704	0,198
GC_Q43	0,031	0,064	0,149	0,107	0,640
GC_Q44	0,626	-0,253	0,446	-0,079	0,273
GC_Q45	-0,101	-0,132	0,821	0,204	-0,112

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 7 iterations.

**APÊNDICE F – Matriz dos Componentes Rotacionada para as assertivas (8 a 45)
referentes ao risco de crédito e a governança corporativa**

(continua)

Rotated Component Matrix^a

	Component												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
RC_Q8	0,131	0,004	0,071	0,074	-0,018	0,042	0,038	0,007	0,102	0,157	0,818	-0,036	0,091
RC_Q9	-0,055	0,102	0,216	0,094	-0,022	0,731	-0,074	0,331	-0,053	0,015	0,273	0,054	-0,028
RC_Q10	0,190	0,225	-0,005	0,191	0,088	0,731	0,143	-0,047	0,048	0,211	-0,078	0,028	-0,013
RC_Q11	0,144	0,025	0,212	0,177	-0,026	0,065	0,017	0,108	-0,025	0,767	0,218	0,047	0,001
RC_Q12	0,100	0,707	0,037	0,220	0,158	-0,021	-0,057	0,036	-0,008	-0,103	0,377	0,314	-0,101
RC_Q13	0,141	0,668	0,093	0,334	0,008	0,086	0,110	-0,078	0,193	0,099	0,271	0,124	-0,252
RC_Q14	0,117	0,073	-0,006	0,116	-0,009	0,106	0,132	0,839	0,029	0,024	0,059	0,007	0,027
RC_Q15	-0,010	-0,181	0,456	0,338	-0,051	0,216	0,432	-0,131	0,009	0,013	-0,116	-0,075	0,277
RC_Q16	0,000	0,060	0,831	0,159	0,166	0,077	-0,028	-0,006	0,108	0,121	0,127	0,040	0,094
RC_Q17	0,073	0,241	0,862	0,022	0,140	0,091	-0,080	-0,047	-0,050	0,134	0,025	0,024	-0,050
RC_Q18	-0,232	0,052	0,672	0,024	0,011	-0,032	0,466	0,113	-0,082	0,004	-0,033	0,085	-0,122
RC_Q19	0,102	0,461	0,260	0,231	-0,016	0,374	-0,069	0,084	0,108	-0,191	-0,029	-0,074	0,127
RC_Q20	-0,180	-0,032	-0,049	0,636	0,123	0,304	0,034	0,077	0,210	-0,232	0,011	0,157	-0,002
RC_Q21	-0,025	0,328	0,015	0,628	0,214	0,156	-0,124	0,146	-0,002	0,189	-0,028	-0,206	-0,122
RC_Q22	-0,012	0,103	0,291	0,630	0,054	-0,068	0,111	0,295	0,103	0,076	0,147	-0,126	0,098
RC_Q23	0,085	0,280	0,222	0,613	0,052	0,153	0,116	-0,240	-0,137	0,205	0,121	0,225	0,080
RC_Q24	0,183	0,232	0,378	0,131	-0,219	0,139	-0,198	0,074	0,053	0,140	0,241	0,207	0,515
RC_Q25	0,016	0,449	0,108	-0,153	0,261	0,143	-0,068	-0,090	0,174	0,612	-0,075	0,200	-0,020
RC_Q26	0,188	0,711	0,104	-0,049	0,009	0,037	0,274	0,096	-0,027	0,263	-0,080	-0,086	0,040
RC_Q27	-0,022	0,760	0,039	0,047	0,062	0,229	0,129	0,061	-0,135	0,065	-0,112	-0,107	0,155
RC_Q28	0,033	0,508	0,181	0,370	-0,034	-0,159	-0,072	0,373	0,211	-0,047	-0,026	-0,057	0,403

(continuação)

Rotated Component Matrix^a

	Component												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
GC_Q29	0,409	0,034	0,134	-0,050	0,123	0,126	0,161	0,039	0,005	0,194	0,034	0,730	0,044
GC_Q30	0,602	0,024	-0,092	0,168	0,089	-0,033	0,000	0,091	-0,010	0,227	-0,203	0,393	-0,053
GC_Q31	0,831	0,061	-0,008	0,016	0,003	-0,047	0,041	0,047	0,008	0,033	0,087	0,091	0,129
GC_Q32	0,847	0,133	-0,022	-0,057	-0,004	-0,067	-0,102	0,017	0,065	0,019	0,127	0,108	0,163
GC_Q33	0,788	-0,021	-0,010	-0,116	0,028	0,124	-0,039	0,036	0,096	0,006	0,074	0,013	-0,135
GC_Q34	0,645	0,137	0,106	0,012	0,079	0,186	-0,111	0,016	0,096	0,096	-0,029	-0,264	-0,385
GC_Q35	0,382	0,085	0,058	-0,018	-0,011	0,139	-0,167	0,348	0,280	0,236	0,059	0,098	-0,482
GC_Q36	0,000	0,023	0,059	0,085	0,026	-0,035	0,005	-0,018	0,818	0,020	0,153	0,065	-0,030
GC_Q37	0,174	0,063	-0,144	0,090	0,525	0,219	-0,080	0,497	-0,068	0,063	-0,169	0,143	-0,050
GC_Q38	-0,053	0,273	-0,059	0,051	0,001	-0,032	0,841	0,106	0,030	0,017	0,117	0,088	0,039
GC_Q39	0,315	-0,041	0,134	0,186	0,695	-0,120	0,087	0,143	-0,049	0,142	0,146	0,158	0,047
GC_Q40	0,508	0,156	-0,017	0,059	0,283	0,260	0,080	0,212	-0,013	-0,044	0,450	-0,010	-0,214
GC_Q41	0,401	-0,032	-0,124	0,046	0,161	0,074	0,138	0,103	0,704	0,020	-0,094	-0,120	0,071
GC_Q42	-0,050	0,040	0,145	-0,028	0,489	0,181	0,552	0,023	0,336	-0,060	-0,083	-0,002	-0,075
GC_Q43	-0,009	0,214	-0,361	-0,092	0,303	0,080	0,132	0,278	0,154	0,041	0,122	0,042	0,422
GC_Q44	0,286	0,104	-0,059	0,020	0,494	0,137	0,139	-0,037	-0,051	0,361	0,217	-0,454	-0,120
GC_Q45	-0,135	0,133	0,257	0,121	0,706	0,012	-0,030	-0,143	0,211	-0,062	-0,050	-0,041	-0,001

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 19 iterations.